



Governos
do **PSB**
na Paraíba
Gestões de
**Ricardo
Coutinho**
2011 - 2018

Coleção Eduardo Campos
Volume 1



Governos
do **PSB**
na Paraíba
Gestões de
**Ricardo
Coutinho**
2011 - 2018

Coleção Eduardo Campos
Volume 1



Copyright©Fundação João Mangabeira 2020

Diretor Presidente

Ricardo Coutinho

Diretor Vice-presidente

Alexandre Navarro

Diretor Financeiro

Francisco Cortez

Diretor de Estudos e Pesquisas

Carlos Amastha

Diretor de Organização

Fabio Maia

Conselho Curador

Presidente

Carlos Siqueira

Membros Titulares

Adilson Gomes da Silva

Álvaro Cabral

Cristina Almeida

Dalvino Franca

Felipe Martins

Gabriel Maia

Henrique Antão

Jairon Nascimento

James Lewis

Joilson Cardoso

Manoel Alexandre

Paulo Bracarense

Ricardo Coutinho

Serafim Corrêa

Silvânio Medeiros

Vera Regina Müller

Conselho Fiscal

Membros Titulares

Alessandro Antonio Stefanutto

Jônia Maria de Lima Pompeu

Thyago Henriques O. M. Freire

Suplentes

Luciana de Oliveira

Orlando José Felipe Castells

Coordenação da Coleção

Eduardo Campos

Fabio Maia

Edição

Márcia Rollemberg

Assessoria de

Comunicação

Luciana Capiberibe

Editoria

Adriana Silva

João Eduardo Fonseca

Tamara I. Crantschaninov

Projeto Gráfico

Adriana Silva

Fotos

Acervo do Memorial

Ricardo Coutinho

Revisão

João Eduardo Fonseca

Tiragem

3.000 exemplares

Distribuição FJM

versão impressa e *online*

Acesso e download

<http://www.fjmangabeira.org.br/estante/colecao-eduardo-campos-volume-1/>



A Coleção Eduardo Campos propõe o registro das boas políticas, a partir da biografia dos mandatos do Partido Socialista Brasileiro (PSB), e a difusão das experiências exitosas, como contribuição para preservar a história do Partido. Importante para o fortalecimento do Centro de Memória Socialista.

Catálogo na publicação (CIP)

Fundação João Mangabeira

Governos do PSB na Paraíba: Gestões de Ricardo Coutinho 2011-2018. / Fundação João Mangabeira - Brasília: Editora FJM, 2020.

212 p.il. color 17x 24cm - (Coleção Eduardo Campos; v.1)

ISBN 978-65-88179-08-6

1. Política Brasileira. 2. Paraíba . 3. PSB.

I. Título. II. Fundação João Mangabeira (FJM).

CDD 320

Alexandre Corrêa Martinelle CBR-8/6864



Fundação João Mangabeira

Sede própria – SHIS QI 5 – Conjunto 2 – Casa

CEP 71615-020 – Lago Sul – Brasília, DF

Telefax: (61) 3365-4099/3365-6277/3365-5279

fjm@fjmangabeira.org.br

www.fjmangabeira.org.br

www.facebook.com/Fjoaomangabeira

twitter.com/fj_mangabeira

www.instagram.com/fjmangabeira

www.tvjoaomangabeira.org.br

www.observatoriodademocracia.org.br



Sumário

Apresentação da Coleção Eduardo Campos

Fabio Maia

Diretor de Organização da Fundação João Mangabeira

8

A presença do PSB nos estados brasileiros

Carlos Siqueira

Presidente Nacional do Partido Socialista Brasileiro (PSB)

10

A trajetória política de Ricardo Coutinho

12

1 O poder constitucional que emana do povo

19

2 Um modelo de gestão socialista na Paraíba

29

2.1 Fazendo mais com menos: os desafios e avanços na estrutura da máquina pública da Paraíba

35

3 Por que fazer um Pacto pelo Desenvolvimento Social na Paraíba?

39

3.1 De cidade em cidade, o Pacto promoveu o Desenvolvimento Social em toda a Paraíba

59

4 Orçamento Democrático: Espaço de diálogo e empoderamento popular

63

4.1 Mudança de mentalidade

71

Com a palavra, quem ganhou voz

5 Para criar trabalho e gerar renda, aqui está o Empreender Paraíba

75

5.1 Medindo os avanços

80

5.2 Uma narrativa na primeira pessoa... do plural

82

| | |
|---|-----|
| 6 De uma estrada a outra, o fim do isolamento: Os caminhos da Paraíba | 87 |
| 7 Água para quem precisa de água. O fim da crise hídrica | 97 |
| 8 Uma revolução na educação pública do estado | 105 |
| 8.1 Um novo modelo de escola para um novo estado | 115 |
| 8.2 A soma das forças do estado e dos municípios | 123 |
| 9 Unidades de saúde pelos quatro cantos da Paraíba | 131 |
| 9.1 Depois do diagnóstico, governo propõe tratamento para a saúde | 135 |
| 10 Paraíba em paz e pela paz | 146 |
| 11 Políticas para garantir a visibilidade com foco no desenvolvimento humano | 169 |
| 12 Investir em cultura para transformar profundamente o estado | 185 |
| 12.1 Infraestrutura e incentivos culturais | 182 |
| 12.2 E mais | 190 |
| 13 Os dados comprovam a virada do jogo | 193 |

Apresentação da Coleção Eduardo Campos

Fabio Maia

Diretor de Organização da Fundação João Mangabeira

Homenagear Eduardo Campos; registrar políticas socialistas implementadas nos estados brasileiros pelos gestores do PSB; contribuir para o debate histórico a partir das experiências de importantes lideranças nacionais, colocando em evidência os trajetos percorridos, a fim de que possam ser estudados e replicados em outras iniciativas políticas e, muito importante, colaborar com o Partido Socialista Brasileiro na criação de uma identidade nacional. Esses são os objetivos da Coleção Eduardo Campos, criada em 2020 pela Fundação João Mangabeira.

O nome da coleção não poderia ser outro. O ex-governador de Pernambuco, liderança de renome internacional, homem de grandes teses, muita experiência e dono de uma brasilidade expressiva, enobrece a história do PSB e mantém vivo o debate do pensamento democrático e republicano.

Com as publicações da Coleção Eduardo Campos, a Fundação João Mangabeira espera promover e difundir a obra dos governadores do

partido que conduziram e conduzem seus estados numa perspectiva de construção e consolidação de um modo socialista de governar. O primeiro volume narra a história de oito anos da gestão de Ricardo Coutinho (2011-2018) à frente do governo da Paraíba, um período que entra para a história como um tempo de profundas transformações sociais, de inovação e de avanços, e consolidação de políticas públicas emancipatórias.

Governando na adversidade, com as representações dos poderes econômico, midiático e político na oposição à sua gestão, Ricardo Coutinho colecionou vitórias; todas elas demonstradas pelo índice de 84% de aprovação popular conferido ao governador em 2018. Ricardo deixou seus dois mandatos aclamado pelo povo da Paraíba.

Contar essa trajetória, refletir sobre o projeto implantado no estado, divulgar os indicadores que foram superados é, sobretudo, fazer justiça. Esse encontro entre as obras de Eduardo Campos e Ricardo Coutinho é uma demonstração da força e qualidade do projeto socialista para o Brasil.

A presença do PSB nos estados brasileiros

Carlos Siqueira

Presidente Nacional do Partido Socialista Brasileiro (PSB)

No ano em que o Partido Socialista Brasileiro faz emergir das suas bases nacionais uma autorreforma como a que está em movimento, lançar uma coleção como esta, que homenageia o ex-governador Eduardo Campos, é ampliar a oportunidade que todos possam reconhecer como o PSB dissemina suas teses socialistas.

Presente em quase 400 municípios e em vários estados brasileiros, o Partido avança, eleição a eleição, oferecendo ao povo deste País a oportunidade de escolha de um modelo democrático de gestão da coisa pública.

Um partido sempre haverá de refletir as práticas de seu conjunto de lideranças. Nesse sentido, Eduardo Campos enobrece a trajetória do PSB. Seja como governador de Pernambuco, por dois mandatos, seja como Presidente Nacional do Partido Socialista Brasileiro, ou, ainda, como candidato à Presidência da República do nosso País, ele propagou as teses mais

caras e intrínsecas às causas socialistas. Eduardo Campos trabalhou incansavelmente para levar o Brasil adiante e deixou uma trilha a ser percorrida por todos os que se filiam ao PSB.

Em busca de consolidar suas identidades, nosso partido está organizando experiências que o represente a fim de registrá-las, mas, mais do que isso, de permitir que, colaborem com a democratização da Nação; com a formação de bases cidadãs capazes de garantir a participação ativa do povo brasileiro nos destinos nacionais e de orientar um modelo de desenvolvimento livre dos privilégios das supremacias e comprometido com o Estado de Direito e busca incessante pela igualdade social.

A trajetória política de Ricardo Coutinho

Ricardo Vieira Coutinho nasceu em João Pessoa/PB, em 1960. Filho de Natércia Vieira e de Coriolano Coutinho, Ricardo passou a infância no bairro Jaguaribe, período em que estudou no Colégio Sete de Setembro, na Escola Estadual Bairro dos Estados e no Colégio Águia.

Seu interesse pela política surgiu e se consolidou entre 1978 e 1981, quando cursou a graduação em Farmácia, na Universidade Federal da Paraíba (UFPB). No movimento estudantil, lutou pela reabertura do Centro Acadêmico de Farmácia, do qual, depois, foi presidente.

Aprovado em concurso público para o cargo de farmacêutico do Hospital Universitário Lauro Wanderley, em pouco tempo começou a atuar na Associação dos Funcionários da Universidade, entidade que deu origem ao Sindicato dos Trabalhadores em Ensino Superior do Estado da Paraíba, o Sintes/PB.

Aos 24 anos, foi para o Rio de Janeiro fazer especialização em sua área de formação, com o apoio do Ministério da Educação.

Em 1985, de volta à Paraíba, foi eleito Presidente do Sindicato dos Farmacêuticos. Cinco anos depois, certo de que a atuação conjunta das

várias profissões da área da saúde fortaleceria o segmento em suas reivindicações e projetos, liderou a criação do SindSaúde e dirigiu a área de comunicação da CUT estadual.

Filiado ao Partido dos Trabalhadores, Coutinho foi eleito vereador, em 1992, e reeleito em 1996, com a maior quantidade de votos daquelas eleições municipais. Dois anos depois, foi eleito para a Assembleia Legislativa do estado, tendo sido o mais votado na cidade de João Pessoa. Na Assembleia, liderou a oposição e integrou a Comissão de Saúde em dois mandatos.

Na reeleição como deputado estadual, em 2002, Ricardo dobrou o número de votos obtidos na eleição para o primeiro mandato e foi o mais votado entre todos os eleitos daquele ano.

Sua ida para o Partido Socialista Brasileiro (PSB) ocorreu em 2003. Um ano depois, concorreu ao cargo de prefeito da capital paraibana e foi eleito, no primeiro turno, com 64,45% dos votos. Ricardo firmou-se como forte liderança política do Estado da Paraíba. O bom resultado de sua gestão foi posto à prova quatro anos depois. Sua reeleição estampou a satisfação do povo da cidade, que o reconduziu ao cargo de chefe do Executivo municipal com 73,85% dos votos.

Pleitear o comando do estado, em 2010, foi uma consequência política natural, naquele momento. Atendendo às expectativas de seu partido e de amplos setores da sociedade, Ricardo Coutinho, mais uma vez, apresentou seu nome para aprovação do eleitor. Ao longo da campanha, o candidato do PSB, mesmo em desvantagem, conseguiu garantir sua participação no segundo turno. Sua vitória surpreendeu a todos. Ele venceu o candidato à reeleição, José Maranhão, do MDB, com 53,70% da preferência dos eleitores.

Em 2014, ao se apresentar para a reeleição, Ricardo teve como adversário o senador pelo PSDB, Cássio Cunha Lima. Foi um embate ideológico. Apesar de ficar em segundo lugar no primeiro turno, o candidato do PSB reverteu a diferença, reelegendo-se, em segundo turno, com 52,61% dos

votos.

Mesmo com chances reais de se eleger senador, no pleito de 2018, Coutinho escolheu terminar o mandato e atuar no campo local para que o PSB fizesse o seu sucessor. Ele deixou o governo com uma aprovação significativa, segundo pesquisas realizadas naquele momento. Uma delas apontou o índice de 84% de aprovação.

Em 2019, a convite do PSB, Ricardo Coutinho assumiu a Presidência da Fundação João Mangabeira (FJM).

Diversas políticas públicas inovadoras marcaram a gestão do PSB à frente do governo da Paraíba. O Orçamento Democrático Estadual (ODE) reuniu paraibanos de todos os municípios, do litoral ao sertão, para apreciação das pautas políticas e destinação coletiva dos recursos estaduais. Com o programa **Empreender Paraíba**, o governo apoiou milhares de pessoas e centenas de iniciativas. Na área da educação, promoveu a qualificação das unidades escolares; o fortalecimento do modelo pedagógico, com destaque para o projeto de vida dos estudantes; a oferta de escola integral; além de oportunidades extraescolares inovadoras, como o projeto **Gira Mundo Paraíba**, que ampliou as oportunidades de formação qualificada dos jovens paraibanos. No futuro próximo, os êxitos dessas políticas poderão ser medidos a partir do sucesso desse público juvenil.

Os governos de Ricardo sanaram a precária situação financeira do estado e criaram diversas ações e projetos realizados com investimento de recursos próprios. Novas barragens, adutoras e instalações de cisternas transformaram a vida das populações antes atingidas pelas crises sucessivas do abastecimento de água. Quase 3 mil quilômetros de novas estradas retiraram do isolamento milhares de paraibanos e paraibanas. A construção e requalificação de hospitais, por todo o estado, ampliaram o acesso à saúde pública de qualidade. Ao atender às demandas de índios, quilombolas, ciganos, brancos e negros, o governo socialista trouxe para perto quem estava distante, ou excluído, do alcance das ações governamentais.

Este livro apresenta as políticas públicas implantadas pelo PSB nos dois mandatos de Ricardo Coutinho à frente do governo da Paraíba (2011-2018), com narrativas que contextualizam os problemas encontrados, as soluções e decisões adotadas e os resultados obtidos. As ações e os processos de gestão são mostrados em detalhes, a fim de que possam ser replicados e demonstrar como as políticas socialistas interferem positivamente no desenvolvimento de um estado e na qualidade de vida de sua população.



Ricardo Coutinho e Eduardo Campos durante a primeira campanha para o Governo do Estado. Recebe de sua mãe, a bandeira da Paraíba. Foto: Acervo Memorial Ricardo Coutinho.



Plenárias do OD. Acima, participação do índios Potiguaras, Mamanguape. Abaixo, apresentação cultural em Esperança. Fotos: Acervo Memorial Ricardo Coutinho, 2020.





Plenárias do OD. Acima, Pombal. Abaixo, Patos. Fotos: Acervo Memorial Ricardo Coutinho, 2020.



1 O poder constitucional que emana do povo

A retórica – arte de se comunicar com eloquência – consegue fazer parecer comum o que, na essência, se apresenta como inatingível. Anunciar que o poder emana do povo em territórios com bases políticas sedimentadas no patrimonialismo e no coronelismo, como as que fundaram o Estado da Paraíba e permaneceram atuantes e influentes até a primeira década do século XXI, é soprar aos ventos o improvável, esperando que as palavras se desfaçam descomprometidas com o que anunciam.

A democracia republicana, ainda que propagada aos quatro cantos, vem sendo travestida, já que não assume definição igual para todos, metamorfoseando-se conforme as variadas circunstâncias. Não se trata da mesma coisa, quando dita aos pobres pelos ricos. Nem quando reivindicada aos ricos pelos pobres. Muito menos num estado marcado pelo predomínio secular de algumas poucas famílias, que, cada uma a seu tempo, controlaram as instâncias de poder. Na Paraíba, a linhagem familiar sempre definiu, mesmo entre os ricos, quem podia e quem não podia exercer o poder.

Levantar-se contra esse estado enrijecido e definitivamente garantir o pleno exercício da democracia para quem mal consegue encontrar palavras para defini-la, é colocar-se postado entre dois mundos rivais.

A história do Estado da Paraíba deixa aparente essas dualidades, em especial, quando a narrativa aborda as práticas políticas como oriundas da supremacia econômica. Reverter essa realidade exigiu mais do que simplesmente abrir as portas para que todos passassem. Foi primordial, sobretudo, pavimentar os caminhos, a fim de que os mais distantes, isolados, pudessem se aproximar e transitar nos novos espaços de cidadania.

A eleição para o governo do Estado da Paraíba, em 2010, uma vitória considerada improvável, não apenas legitimou um projeto de governança democrática e popular exitoso no município de João Pessoa. Também expressou a capacidade de uma nova força política, surgida e forjada nas lutas sociais, aglutinar alianças capazes de romper com a velha ordem oligárquica; e de estabelecer uma nova hegemonia orientada, fortemente, para as políticas sociais, para o desenvolvimento econômico inclusivo e para a participação ativa da sociedade na gestão pública.

As experiências adquiridas na Câmara Municipal de João Pessoa (1993-1998), na Assembleia Legislativa (1999-2004) e na prefeitura da capital paraibana (2004-2010), balizaram a trajetória de Ricardo Coutinho à frente do governo do estado por dois mandatos (2011-2018). Apesar das dúvidas de vitória, ao longo dos percursos, nunca lhe faltaram certezas sobre o melhor modelo de gestão para o estado com o qual sempre manteve relações de pertencimento e de profunda identidade. Ricardo levou para o governo seu desejo de ver o povo paraibano emergir, empoderado e orgulhoso de sua identidade nordestina.

O governador eleito não precisou de muito tempo para mostrar que, distante das retóricas eloquentes, ele havia chegado ao governo com o objetivo de acender as luzes do futuro e tirar a Paraíba das sombras do passado. Em seu discurso de posse, ele disse: "O que antes foi regado em

múltiplos sonhos, hoje transborda numa mesma realidade: O povo chegou ao poder. A sociedade que ajudamos a construir e projetar, ao longo das últimas décadas, ganha, a partir deste momento, o formato concreto do que ousamos pensar e agir em conjunto, em instantes de euforia ou descrenças, com o ardor dos descontentes e esperançosos”.

O novo governador anunciou: “Eu vim para mudar a Paraíba. O Estado não pode continuar a ser um banquete para a classe política e um martírio para o povo que mais precisa”.

Quando chegou o dia de fazer a foto oficial, com a faixa de governador para o tradicional quadro emoldurado, multiplicado em dezenas de cópias, o governador surpreendeu, pedindo à sua equipe que providenciasse imagens de paraibanos e paraibanas representativas da diversidade cultural e social do estado. Ricardo Coutinho entendia que a personificação do poder não contribuiria em nada com sua árdua tarefa de restabelecer a autoestima do povo da Paraíba.

E assim foi feito. Diferentemente do que ocorria nos demais estados da Federação, entre 2011 e 2018, quem visitasse um espaço público estadual podia ver a faixa do governo paraibano no peito do seu povo. Índios, quilombolas, ciganos, homens e mulheres, brancos e negros de todas as geografias, do litoral ao extremo da caatinga, vindos do sertão, com as mais diversas experiências de vida. Ricardo anunciava, naqueles primeiros dias de governo, que não conduziria a Paraíba sozinho. Governaria apoiado pelos 1.079.164 eleitores que confiaram nele, ao depositarem seus votos nas urnas e com todos os que desejassem fazer parte daquele novo projeto de estado, proposto por ele.

O primeiro dia como governador pareceu interminável. Ao vencer o poder constituído, a nova gestão do PSB precisou cavar profundamente para acessar informações que deveriam ter sido disponibilizadas no período de transição. O Palácio da Redenção e a sede na Granja Santana pareciam ter sido saqueados. Não tinha nem água para beber. A equipe permaneceu

reunida até quatro horas da madrugada, investigando os dados não fornecidos; levantando a situação econômica do governo, os compromissos; estabelecendo as primeiras agendas.

Naquele primeiro dia, foi inevitável lembrar-se do início de sua trajetória. O estudante de Farmácia saiu do movimento estudantil e, ao se fazer liderança sindical, fincou seus pés na política, certo de que aquele era o caminho a ser trilhado. Um ativista reconhecido na área da saúde, e também muito considerado pelos movimentos culturais, seu nome surgiu como candidato a uma vaga no Legislativo municipal muito mais pela premente necessidade de formação de quadros políticos do que pela real possibilidade de vitória.

Tinha a certeza de que os ganhos mais importantes viriam do olhar feliz do paraibano mais humilde, que descobriria que seu pensamento interessava ao estado; da fala de agradecimento da mulher que encontrou a dignidade; ou do jovem repleto de esperança, ao garantir um espaço, mesmo que estreito, rumo ao seu futuro em uma boa universidade.

Ricardo Coutinho não vê contradições em seu discurso, nesses 28 anos de mandatos eletivos. Na alma de suas teses, estão enraizadas as causas juvenis do estudante inconformado com as desigualdades e com o autoritarismo; as suas crenças republicanas; os seus desejos de igualdade.

No campo administrativo, acertos e erros lapidaram suas práticas. Exercer os Legislativos municipal e estadual foi um ganho. Aprender os trâmites, os processos. Assumir a prefeitura da capital, João Pessoa, foi o melhor dos exercícios. Por mais difícil que possa ser vencer os representantes da oligarquia, ganhar em nome das novas ideias é agregar e animar uma multidão de vencidos. E essa força que vem do povo não é retórica. É realidade sócio-histórica.

Um olhar para trás e o ex-governador da Paraíba reconhece que, desde o início, suas propostas foram estruturantes: Democratização da gestão; orçamento com a participação dos paraibanos; programas de criação de

trabalho e geração de renda; todos sempre priorizando a ampliação das oportunidades.

Um primeiro grande desafio para manter a coerência política sem esmorecer diante da demanda popular aconteceu ainda no governo da prefeitura de João Pessoa. Ricardo precisou fazer intersecções profundas entre as necessidades da cidade e as vontades de um grupo expressivo de trabalhadores informais. O embate com os ambulantes foi uma incisão precisa para moldar o perfil de administrador público do então prefeito.

Ele lembra, e todos reconhecem, que a cidade estava tomada pelos vendedores de rua. As pessoas mal conseguiam transitar pelas calçadas. O centro da cidade era uma área degradada. A população, que podia se esquivar de frequentá-lo, o fazia, limitando esse território urbano como um lugar dos mais pobres. Era um problema mais abrangente do que um simples embate entre dois interesses. Era o povo contra o povo. “Eu sabia que, se não agisse de forma forte, decisiva, jamais conseguiria equacionar aquele dilema.”

A pauta do governo era oferecer dignidade a todos os envolvidos. O território urbano é público, coletivo, e deve expressar e induzir civilidade, solidariedade, igualdade e cidadania. Tratava-se de tirar os ambulantes das ruas, mas permitir que eles se estabelecessem, organizada e dignamente, em outro local. Aquela demanda colocou Ricardo Coutinho de frente com suas teses, e o resultado final fortaleceu seu ânimo, ao comprovar que é possível manter-se fiel a um projeto de cidade democrática sem sucumbir à vontade de grupos e corporações, com mais ou menos poder. Foram criados vários *shoppings* com boxes de vendas na área central, e as calçadas ficaram livres para que todos pudessem transitar e conviver.

A vitória não foi celebrada, de início. O governo ofertou coisa diferente da reivindicada, mas uma gestão responsável precisa nivelar as demandas por cima e representar todos os grupos, por mais que isso significasse enfrentar conflitos intensos e de longo prazo.

Outra anotação do ex-governador Ricardo refere-se ao fato de que, passados os oito anos de sua gestão, ele não conseguiu reverter a realidade de precária do sistema penitenciário do estado. Mesmo convicto de que essa deveria ser uma política federal, com padrão comum em todo o País, em conformidade com o código penal, ele queria ter feito mais. Difícil para o ex-governador é constatar que, mesmo tendo priorizado essa pauta, não conseguiu avançar. Com a gestão pública brasileira se “endireitizando”, termo usado por Coutinho, será ainda mais improvável que algo seja feito para qualificar o sistema prisional. As causas dos Direitos Humanos ficam ainda mais fragilizadas, sob governos de direita.

O ex-governador, entretanto, destaca a atenção especial dada à juventude assistida pelas medidas socioeducativas. Em seu governo, todas as unidades passaram a ter ensino integral e oferta de formação profissional.

Quando tinha que deliberar, com seus pares sobre as políticas a serem implementadas, deixava de fora do debate as questões eleitorais. Por isso, os benefícios do governo chegaram aos lugares mais longínquos do estado. Ricardo Coutinho também recorreu a um neologismo para explicar o projeto de sua gestão. Seu desejo era valorizar a identidade do povo paraibano com o objetivo de tornar visíveis os invisíveis e garantir a afirmação de uma “paraibanidade” para seu povo, capaz de permitir uma unidade cidadã sob as regras e os fundamentos do Estado de Direito. Tratava-se de elevar, socialmente, os que estavam muito embaixo e conduzir todos ainda mais para cima, na escala de acesso amplo aos direitos da cidadania. Para Ricardo, isso significava, portanto, governar para todos.

Para superar as bases arcaicas do desenvolvimento e criar novas condições de crescimento social e econômico, seria imperativo investir fortemente em infraestrutura. E assim foi feito. Com o programa **Caminhos da Paraíba**, o governo tirou todos os municípios do isolamento, permitindo que distâncias longas se tornassem mais próximas. A nova realidade

viabilizou uma gestão regionalizada e descentralizada. O mesmo aconteceu com o fornecimento de água. Com as obras de transposição, barragens, adutoras e ações mais simples, como a distribuição de cisternas, a Paraíba abandonou no passado oligárquico os flagelos da seca e pareceu sorrir.

A trajetória do **Orçamento Democrático Estadual**, que fez do governador um militante em visitas sucessivas aos municípios, reflete essa verdade. Nos primeiros anos, os pedidos se somavam a favor de água, hospitais, abertura de rodovias, pavimentação e escolas. Com o passar dos anos, as solicitações passaram a ser, principalmente, por educação com qualidade, o que demonstra a maturidade da vivência cidadã propiciada pelas políticas públicas participativas implantadas pelo governo estadual, bem como aponta para a necessidade de sua continuidade, consolidação e seu aperfeiçoamento.

Quando, lá no primeiro dia do governo, a equipe trabalhou até quatro horas da madrugada para preparar documentos urgentes que precisavam ser enviados para a Assembleia Legislativa, vencendo a adversidade da gestão anterior, que não facilitou em nada a transição, Ricardo Coutinho já sabia que um dos desafios mais estruturantes do seu mandato seria oferecer educação de qualidade para o seu povo. Era essa a paraibanidade que tomava o seu desejo de transformação socioeconômica, cultural e política.

Escolher mudar pela educação sempre será a mais certa das escolhas, mas é também uma das que exige mais trabalho, determinação e paciência. Talvez por isso, a Paraíba encontrava-se naquele estágio de dependência das políticas nacionais, de súplica por ajuda vinda de fora. Só a educação era capaz de fazer o estado ficar de pé, empoderado e soberano, solidificado para se desenvolver, especialmente, a partir de suas próprias potencialidades, seus talentos e suas vocações. E foi essa a escolha feita.

Nem todos os acertos visíveis facilitaram a trajetória do primeiro para o segundo mandato. A imprensa não foi imparcial, nem mesmo no momento de noticiar a inauguração de um hospital em uma região que, há

décadas, lutava por atenção na área da saúde. Nem mesmo a felicidade de um jovem aprovado no vestibular advindo da escola pública, feliz com o aprendizado adquirido e com seus professores dedicados, arrefecia a animosidade da mídia, sempre pronta para ocultar os créditos da gestão.

Nesse ambiente, amplos setores da mídia passaram, também, a apontar uma suposta intransigência do chefe do Poder Executivo, que, conforme seus opositores, teria dificuldades para dialogar amplamente com os variados setores da sociedade. Ricardo ficou estupefato com a crítica. O mesmo gestor que coloca parte das decisões do governo nas mãos do povo paraibano, que sai em caravanas de cidadania, por todo estado, no formato do Orçamento Democrático, era injustamente apontado como intransigente.

Se levados em consideração os muitos interesses contrariados pela conduta e pelas políticas do novo Executivo estadual paraibano, inclusive aqueles que, no passado, viciaram as relações entre governo e mídia, fica claro o real significado das críticas dirigidas ao então governador.

O fato é que, quando o governo da Paraíba começou a se mover, em 2011, os que estavam acostumados aos benefícios queriam erguer um paredão de obstáculos à nova administração. Eles consideravam as novas medidas não como uma proposta de inclusão dos que estavam longe do Estado, mas como iniciativas de exclusão dos que sempre estiveram muito perto.

Essa tensão principal foi marcante, na disputa eleitoral de 2014. Os opositores à democratização da Paraíba uniram-se, ávidos pela retomada das estruturas de poder. Contudo, pelo amplo e profundo alcance das transformações realizadas durante o primeiro mandato, Ricardo Coutinho obteve o apoio social necessário para garantir a continuidade e o aprofundamento do projeto socialista no estado por mais quatro anos.

No dia da solenidade de posse para o segundo mandato, os opositores, vencidos democraticamente nas urnas, numa atitude antirrepublicana, não se fizeram representar. Diante da sabotagem grosseira, o governador

reeleito convidou um autêntico representante do povo paraibano para empossá-lo no cargo. Barraqueiro da feira do Grotão, o senhor Pedro da Barraca, como é conhecido, vestiu a sua melhor indumentária; e, ali, naquela cerimônia, toda revestida de simbologia, conferiu a Ricardo Coutinho o mandato popular.



Ricardo Coutinho diplomado para o primeiro mandato.
Foto: Acervo Memorial Ricardo Coutinho, 2011.

2 Um modelo de gestão socialista na Paraíba

Referenciado na trajetória e nas experiências que construiu coletivamente, Ricardo tinha clareza sobre quais caminhos percorrer para implantar, desenvolver e consolidar um projeto de governança democrático, popular, socializante. Para o ex-governador e para a aliança que constituiu em torno do novo projeto, o tempo era decisivo, razão pela qual eles precisavam ser ousados, ágeis, eficazes. A certeza que balizou todas as ações do governo foi, portanto, a de que a prioridade seria promover o desenvolvimento da Paraíba a partir do fortalecimento de todos os segmentos sociais do estado, com ênfase naqueles setores historicamente excluídos do acesso aos recursos e bens da cidadania e do progresso.

Para tanto, uma primeira medida estruturante foi a requalificação da máquina pública. O governo estava determinado a oferecer mais com o menor investimento possível. O desafio era assistir a população sem ser assistencialista. Prover condições de desenvolvimento à população sem ser paternalista. O projeto, iniciado em 2011, vislumbrava o fortalecimento econômico da Paraíba, de maneira a permitir que as famílias sobrevivessem de seu próprio trabalho.

O sucesso do governo estava centrado na sua capacidade de empoderamento socioeconômico da população; um projeto que deveria envolver toda a sociedade e que se consolidaria mediante o fortalecimento de cada uma de suas partes.

O governador estava determinado a virar o jogo das adversidades e dos anacronismos do passado e não dispunha de qualquer vantagem ou solução milagrosa para enfrentar e vencer o desafio. Muito ao contrário. Em 2010, o Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS), representava somente 30% da receita estadual, uma expressão eloquente da deficiência produtiva do estado. A Paraíba apresentava uma das menores rendas familiares do Brasil, uma receita de R\$ 350,00 por mês, que correspondia a 70% do salário mínimo daquele ano, cujo valor era de R\$ 510,00.

A Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) havia sido irresponsavelmente desrespeitada. Os gastos com pessoal chegaram a 67,60% do orçamento. O estado estava devedor, e algumas empresas públicas, como a Companhia de Água e Esgoto da Paraíba (Cagepa), por exemplo, fecharam o ano de 2010 com prejuízo superior a R\$ 50 milhões. Sem saldo para pagar as contas, qualquer perspectiva de investimento com recursos próprios era ilusória. Como se não bastasse a pressão exercida por esse quadro de dificuldades, nos primeiros meses da gestão, em 2011, uma greve foi deflagrada pelo setor da segurança pública.

Sem recursos e limitado pela velha cultura política, resistente e atuante, o novo governo precisou buscar soluções ousadas e inovadoras, para superar os diversos entraves ao desenvolvimento econômico e social sustentável do estado. Não havia, portanto, outro caminho senão aprofundar-se nos problemas, para tirar das dificuldades as respostas de que precisava. Foi assim que, no terceiro dia da gestão, seguiu para a Assembleia Legislativa um Projeto de Lei que instituía o **Programa Empreender Paraíba**. Com a iniciativa, o governador dava o primeiro sinal de que não apenas estava determinado a tornar a Paraíba contemporânea, como também

deixava claro que resistiria às pressões e reações, sem fazer acordos que desfigurassem o programa de governo consagrado nas urnas.

Já no primeiro ano de gestão, certo de que o governo sucumbiria sem a parceria dos municípios, Coutinho propôs um **Pacto Social pelo Desenvolvimento Social da Paraíba**. Ele convidou todos os prefeitos e outras representações municipais para que assumissem os seus papéis, fomentando uma sinergia de corresponsabilidades e transformação das relações institucionais entre as administrações estadual e municipais, historicamente verticalizadas e viciadas.

Aquele primeiro ano foi fundamental para a estruturação do que estava por vir nos sete anos seguintes. Três iniciativas atravessaram todos os anos dos mandatos e serviram de espinha dorsal das duas administrações: o **Pacto pelo Desenvolvimento Social da Paraíba**; o **Orçamento Democrático Estadual** e o **Empreender Paraíba**. As teses compreendidas nesses três programas eram inovadoras para um estado acanhado, recolhido em sua história de supremacia das classes abastadas. No campo das políticas públicas socialistas, significou um desenho democrático de gestão, apoiado na participação cidadã, no fortalecimento da população e no modelo cooperado e articulado de fazer girar a máquina pública.

Nove anos depois, Ricardo Coutinho pôde afirmar: “Nós viramos o jogo”. Essa seria uma assertiva apenas retórica, caso não se dispusesse de indicadores, números e depoimentos que a comprovassem. Este livro reúne exatamente o conjunto de informações que eleva o modelo socialista de gestão implantado na Paraíba entre 2011 e 2018 à categoria de exemplo e paradigma de boa governança.

Protagonizada pelo ex-governador, esta edição apresenta, com detalhes, as políticas criadas e realizadas em seu governo, com o objetivo de registrar as experiências, mas, com maior relevância, permitir a difusão do conhecimento adquirido, de maneira que possa ser avaliado e multiplicado em governos socialistas do PSB.

Fazendo mais com menos: Os 2.1 desafios e avanços na estrutura da máquina pública da Paraíba

De nada adiantaria investir em políticas públicas finalísticas sem atenção aos processos de construção desses serviços pelas secretarias-meio do Estado, ou seja, aquelas responsáveis pela administração das contas, pelos recursos humanos, pelas compras, entre outros setores da logística administrativa. As mudanças pretendidas pelo novo governo deveriam ter perenidade e, para tanto, completa integração na estrutura e nos processos da máquina pública estadual.

Na macroárea de recursos humanos, ocorreram os maiores avanços, uma vez que, como referido, o cenário encontrado no início do governo, em 2011, era completamente desprovido de uma estrutura organizacional definida que lhe desse características de institucionalidade pública.

Os avanços vêm marcados por alta incidência de inovações de caráter incremental, como melhoria da informatização de dados e processos, com o uso de tecnologias direcionadas para a facilitação das atividades-meio da gestão de pessoas; estabelecimento de organogramas e regimentos internos por áreas de governo; moralização da forma de ingresso na carreira pública, ampliando o número de vagas em concursos e realizando certames inéditos; avaliação de desempenho; cumprimento de datas-base; dentre outros, que serão a seguir detalhados. Já o caráter de inovação radical, ainda que principiante, é notório nas mudanças, com impacto direto na qualidade do ambiente de trabalho. Com o Programa Mais Capacitação, o governo estimulou a qualificação técnica dos servidores. Empreendeu reformas prediais, alterações do mobiliário e outros equipamentos, que resultaram na evidente melhora de qualidade dos espaços físicos de trabalho. A implantação de um restaurante subsidiado para os servidores

criou condições novas para a otimização do funcionamento geral de secretarias e demais setores governamentais.

Foram realizados **11 concursos públicos** pelo governo; um deles, o primeiro do estado para ocupação de cargos de nível técnico. Um ato oficial de posse de 5 mil servidores em um mesmo dia foi bastante representativo da mudança da política de recursos humanos no governo paraibano. A admissão por concurso possibilitou a substituição de funcionários temporários por funcionários efetivos. Foi, também, uma estratégia bem-sucedida de profissionalização dos quadros de nível técnico, o que permitiu o congelamento (bloqueio) de cargos em comissão. O estado dispunha de cerca de 8 mil cargos. No fim do segundo mandato, estavam ocupados apenas por volta de 4 mil deles. Vale o registro de que essa requalificação técnica da administração teve forte efeito positivo nos setores em que foi priorizada, quais sejam: Os de segurança pública, de educação, no Departamento de Trânsito (Detran) e na Companhia de Processamento de Dados do Estado da Paraíba (Codata), da Administração Indireta).

Em 2011, o governo do estado contava com diversos tipos de gratificações, benefícios e complementos salariais, que não tinham justificativa e nem parâmetros claros, como era o caso daqueles relacionados ao desempenho ou às condições de trabalho do servidor. Por vezes, os cargos mais altos contavam com esses benefícios, em flagrante desigualdade com cargos técnicos operacionais. Para sanear os desequilíbrios, foram, então, instituídos 19 tipos de benefícios aos servidores, com impacto significativo nos padrões de remuneração vigentes. Os novos benefícios vão desde algumas formas de bolsas-desempenho até prêmios para professores da rede, bônus para servidores da área de segurança, dentre outros. Duas outras condutas concorreram, significativamente, para a valorização do bom serviço público e para o respeito devido aos direitos dos trabalhadores: O estabelecimento e observância das datas-base de reajustes salariais e o recebimento regular de salários, dentre outros itens remuneratórios,

como é caso do 13^o salário; todos, até então, frequentemente pagos em atraso.

Foi, também, instituída a avaliação de desempenho para os servidores públicos em estágio probatório. Até 2017, haviam sido efetivados 3.188 servidores e mais de 5 mil outros foram submetidos a processos de avaliação. A Diretoria de Recursos Humanos da Secretaria de Administração considera que, após 3 anos, desde que teve início, o processo de avaliação de desempenho está institucionalizado no governo estadual.

Foram igualmente significativos os avanços alcançados na automatização de procedimentos administrativos. Em 2017, 30 tipos de processos e cinco de subprocessos já haviam sido automatizados, o que não apenas requalificou os atendimentos ao público como também otimizou os fluxos e interfaces com os órgãos de acompanhamento e controle externo.

A modernização foi validada pelos setores envolvidos, que passaram a contar com rotinas de treinamento e manuais de utilização. Os ganhos alcançados incluem a agilidade para lidar com processos; a disponibilização mais clara de informações para o cidadão; segurança no armazenamento dos documentos; ampliação de espaço antes utilizado com arquivos físicos, dentre outras. Dada a quantidade significativa de digitalização de documentos, processos e dossiês, também foram adotados programas de capacitação em arquivologia e adquiridos equipamentos para a Codata lidar com os novos arquivos digitais.

O Sistema Gestor de Documentos (SGD), implantado em julho de 2012, estabeleceu a padronização de todos os documentos utilizados pelo governo, como Editais, Termos de Referência, Projetos Básicos. O tempo médio de atividade para a elaboração de editais, em 2011, era de 5,57 dias; em 2016, passou para 1,23 dias. Não houve custo adicional para os cofres públicos, pois o SGD foi desenvolvido internamente pelo governo.

A informatização dos processos de recursos humanos integra o Programa de Apoio à Gestão e Integração dos Fiscos no Brasil (Profisco),

implantado com o suporte de linha de crédito do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) para projetos de melhoria da administração pública.

A mais ampla capacitação para servidores públicos já realizada pelo governo da Paraíba é o **Programa Mais Capacitação**, que conta com 39 cursos. Foram capacitados mais de 7 mil servidores, em modalidade de Ensino a Distância (EaD), em parceria com o Instituto de Ensino e Pesquisa Ilha do Aprender. É importante registrar a parceria firmada com a organização não governamental, especialmente por seu potencial inovador, quando, por exemplo, instituiu uma equipe de trabalho mista, composta por agentes públicos e outros interessados (não servidores públicos). Mais de 90% dos que receberam treinamento no Programa o consideraram “bom ou ótimo”, no que se refere a disciplina, material, plataforma, suporte e coordenação. O alto índice de avaliação positiva do Programa indica, portanto, o êxito da experiência e o acerto da política de adoção, pela administração pública, de programas continuados de capacitação técnica especializada e diversificada.

Em maio de 2013, para atender à demanda dos servidores e servidoras que tiveram a carga horária de trabalho ampliada desde 2011, o Governo implantou o **Restaurante do Servidor**, instalado nas imediações do Centro Administrativo Estadual. O estado subsidia cerca de 80% do valor total das refeições, assim; o café da manhã custa R\$ 1,50, e, o almoço, R\$ 3,50. Os servidores cadastrados para o benefício têm o desconto do valor lançado, mensalmente, em seus contracheques. Em 2017, um total de 3.804 servidores eram usuários do Restaurante do Servidor. Naquele ano, foram servidos 23.170 cafés da manhã e 157.502 almoços. O restaurante é administrado por uma empresa contratada por meio de licitação e tem acompanhamento de uma nutricionista, que é servidora pública; mais um indicativo do modo de gestão positiva resultante da cooperação da Administração Pública e entidade não governamental.

Além dos avanços nas políticas de Recursos Humanos, os processos

logísticos tiveram importante papel para o fomento à inovação no governo da Paraíba. Os avanços mais marcantes foram a ampliação do horário de funcionamento dos órgãos públicos; os novos sistemas implementados ou em fase de implantação; a substituição da frota de carros próprios por carros alugados; e a venda de bens móveis do estado para custear parte da reforma predial e compra de móveis novos.

Em 2011, a frota de automóveis era patrimônio do Governo, o que requeria manutenção e cuidados extras que demandavam tempo, recursos humanos e financeiros. Com a substituição da frota própria por veículos alugados, o que passou a importar foi ter o veículo disponível, com as características necessárias ao desempenho das funções de cada setor da administração. Houve um amplo debate interno sobre realizar ou não a mudança, mas os agentes de segurança pública, que eram a maioria contrária, reconheceram a melhoria alcançada com o novo modelo. O módulo de gerenciamento, também implementado nesse período, permitiu o controle dos percursos e do consumo dos veículos locados pelo governo, o que racionalizou e otimizou as ações operacionais para o uso eficiente e econômico da frota do governo.

Essas ações, entre outras, ilustram o caráter transformador da administração, que se constituiu em ruptura com a velha ordem política e com a tradição patrimonialista de apropriação do Estado por grupos oligárquicos. O governo da Paraíba contou com evidentes mudanças inovadoras, que criaram formas novas de lidar com velhos problemas da Administração Pública. As transformações administrativas promovidas pelos governos de Ricardo Coutinho ampliaram e garantiram o acesso a direitos, uma vez que institucionalizaram, de forma republicana, as relações entre sociedade e governo.



PACTO

**PELO DESENVOLVIMENTO
SOCIAL DA PARAÍBA**



3 Por que fazer um Pacto pelo Desenvolvimento Social da Paraíba?

Localizado na Região Nordeste do Brasil, o estado da Paraíba tem, hoje, uma população estimada em 4 milhões e 18 mil habitantes, que ocupam seus 56 mil quilômetros quadrados, o que faz do estado o vigésimo maior território do País. Formado pelas mesorregiões da Zona da Mata, Agreste, Borborema e Sertão, a Paraíba foi sempre castigada pelo fenômeno da seca. Socialmente, sofreu os efeitos perversos das desigualdades econômicas e dos mandos e desmandos que caracterizam políticas e políticos coronelistas e patrimonialistas, dominantes no estado e na Região, notadamente até fins do século XX.

Assim, a Paraíba foi se formando, limitada pelas condições da natureza, de um lado, e enviesada socialmente em consequência da hegemonia das oligarquias que se sucediam nas estruturas de poder, de outro. A exemplo do que foi imposto às periferias socioeconômicas do País, especialmente às

Regiões Norte e Nordeste, o crescimento do estado se deu sob o signo da desigualdade e da subalternização. Nesse *continuum* sócio-histórico, sua população empreendeu, sempre, enorme esforço para resistir, manter-se e, em raros casos, prosperar. Naturalmente, o Estado – sua presença ou sua ausência – tem sido o vetor determinante do avanço, da estagnação ou, mesmo, da regressão do desenvolvimento.

Por isso, um dos eixos do projeto de governança socialista pôs o Governo e outras estruturas de Estado no centro da promoção e da coordenação de uma política pública avançada, o Pacto pelo Desenvolvimento Social da Paraíba. Estruturado em todo o território estadual, o Pacto articula duas rupturas e duas transições imprescindíveis para a transformação do caráter e da orientação das ações do poder público.

A primeira ruptura ocorre quanto às relações institucionais entre Executivo estadual e governos municipais. Inscritas na tradição administrativa como um conjunto de práticas pouco orgânicas e vulneráveis às mediações das contradições e dos interesses políticos, sempre prevalentes, essas relações pautavam-se, sobretudo, pelos jogos de poder travados entre grupos e/ou personalidades oligárquicas. As muitas carências e, afinal, os direitos dos amplos segmentos sociais empobrecidos e excluídos serviam, principalmente, como acessórios manejados ao sabor das disputas políticas, quando não eram convertidos em objetos de malfeitos. O Pacto, como se verá, constituiu uma ruptura histórica com essa “tradição” viciosa, substituindo-a por um novo tipo de relacionamento efetivamente institucional, cooperativo, republicano, equitativo e transparente.

A segunda ruptura é a que põe no centro da gestão dos recursos públicos não mais as pautas privadas de grupos e indivíduos empoderados, mas, sim, as inúmeras demandas reais e coletivas da base da sociedade em cada um dos municípios.

Organizado em regime de colaboração, o programa fez a transferência voluntária de recursos ou bens aos municípios, em especial, para as áreas

de Educação e Saúde. A contrapartida aos repasses financeiros feitos pelo Estado era a devolutiva social por parte do município.

Essa contrapartida solidária está no ápice da inovação em política pública. Foi o Estado, grande e concentrado, fazendo-se onipresente em todo o território paraibano, descentralizando-se em movimentos dinâmicos, capazes de permitir que o município recebesse o que de fato mais precisava, mostrando-se como uma iniciativa oposta àqueles programas fechados em uma única demanda, criados na capital do estado sem a escuta das necessidades da municipalidade.

O Pacto pode ser analisado como uma política verdadeiramente transversal. A iniciativa seguiu vinculada ao Orçamento Democrático Estadual, regulamentado por Medida Provisória datada de 1º de janeiro de 2011. Era, assim, no espaço formal de interlocução democrática organizada em que se constituíam as plenárias do Orçamento Democrático Estadual, que parte significativa das demandas do Pacto, apresentada, reconhecida e incorporada pelas administrações municipais.

A estrutura de gestão do Pacto Social foi sistematizada como ação de responsabilidade da Secretaria de Estado de Articulação e Desenvolvimento Municipal (Sedam), criada por lei, em abril de 2011. A secretaria tinha como objetivo articular, no âmbito do Poder Público estadual, os programas governamentais destinados ao desenvolvimento municipal, com prioridade para aqueles que detinham os menores Índices de Desenvolvimento Humano (IDH). A proposta estava balizada na desconcentração dos investimentos e na melhoria das condições para promover o desenvolvimento social e econômico nos municípios do interior. A meta era aplicar capital em infraestrutura e em políticas públicas, nas áreas de educação, saúde e assistência social.

Desse modo, o governador fazia avançar o projeto estratégico de governança e transformação do estado e do Executivo que propôs à sociedade paraibana. Orientado para fazer mais com menos – na contramão do

status quo e da tradição administrativa conservadora –, o Pacto voltou-se para a capitalização dos municípios, a fim de que executassem obras e programas que o Estado centralizado não conseguiria, fosse por falta de agentes públicos ou pela morosidade em fazer-se presente em todas as cidades.

A primeira ferramenta de gestão do Pacto Social era a possibilidade de mover o Estado para dentro dos municípios, tornando-os os efetivos executores das obras e ações que precisavam ser realizadas para reduzir a desigualdade social que marcava o estado.

A contrapartida solidária é a segunda ferramenta de gestão estruturante do Pacto. Vinculada às metas previamente definidas pelos gestores dos municípios, devidamente formalizadas por um Termo de Compromisso, agregava sinergia para reverter os indicadores sociais insatisfatórios nas localidades contempladas.

O Termo contratualizado previa compromissos em torno de um conjunto de práticas e metas, que seriam avaliadas conforme critérios e graduação preestabelecidos, tais como: melhoria do número de frequência na rede municipal de ensino; redução do analfabetismo; ampliação do número de consultas de pré-natal; aquisição de alimentos para as escolas de produtores locais e aperfeiçoamento dos mecanismos e instrumentos da gestão participativa municipal. Quando o município atendia ao pactuado acima de 70% do total de metas, seu desempenho era considerado satisfatório. Os que alcançavam entre 50% e 69,9% tinham atingido um cumprimento parcial. A indicação de baixo desempenho era para os municípios que cumpriam a meta com oscilação entre 20% e 49,9% do total pactuado. A marca inferior a 20% identificava o descumprimento total. Os municípios eram, assim, aprovados ou reprovados, de acordo com suas *performances*.

Na edição de 2011, para a área de Educação, foram definidas metas específicas para cada município conveniente, de forma a ampliar os seguintes

indicadores do Sistema Municipal de Educação: Número de matrículas em Creche, em Pré-escola, no Ensino Fundamental, na Educação de Jovens e Adultos (EJA); redução da taxa de reprovação escolar no Ensino Fundamental; e de garantia da utilização de no mínimo 30% dos valores destinados à alimentação escolar para a aquisição de produtos da agricultura familiar.

O instrumento de aferição foi o Censo Escolar de 2010 comparado com o de 2011. A alimentação escolar tinha comprovação feita por relatório do Programa Nacional da Alimentação Escolar (Pnae) do ano de 2011.

Antes de avaliar essa experiência inovadora e, mesmo, pioneira de governança compartilhada, mediante pactuação de metas e contrapartidas solidárias, vale descrever alguns resultados oriundos do comportamento dos municípios no primeiro ano da pactuação.

Dos 126 municípios que se comprometeram com o aumento do número de matrículas em creches, 43,5% (55 municípios) cumpriram o pacto. Já a meta de ampliação da matrícula na Pré-escola, pactuada por 116 municípios, foi cumprida por 30 deles, ou 25,8%. No caso da ampliação do número de matrículas em EJA, em 2011, 33,5% dos municípios conseguiram cumprir. Ressalve-se que a experiência daquele primeiro ano teve, naturalmente, um forte caráter didático. Nenhum município da Paraíba sabia, ao certo, como se comportar diante do desafio de um novo modelo de cogestão dos recursos do estado. Algumas metas, entretanto, destacaram-se. A redução da taxa de reprovação escolar no Ensino Fundamental foi cumprida por 47,4% dos 135 municípios pactuados.

Na área da Saúde, ainda em 2011, foram definidas sete ações que deveriam ser melhoradas ou efetivadas pelos municípios, deveriam promover condições para que as gestantes pudessem realizar sete ou mais consultas de pré-natal. Dos 112 municípios pactuados, 40,17% atingiram a meta. Quanto aos exames preventivos de colo de útero em mulheres de 25 a 59 anos, 38,3% dos 112 municípios pactuados cumpriram a meta. Um bom

resultado refere-se à implantação da base descentralizada do Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (Samu): dos 36 municípios que pactuaram essa ação, 34 deles, ou 94,4%, atingiram a meta.

A cada ano, as iniciativas pactuadas eram revisadas, dialogando com diagnósticos sociais realizados no estado. Progressivamente, foram incluídas as demandas por criação de Conselhos de Educação; de Erradicação do Trabalho Infantil; Escolar; da Mulher; da Pessoa Idosa; da Pessoa com Deficiência; por ampliação de matrículas na Educação Infantil; por processos de eleição de diretores para as unidades escolares; por ampliação de vagas de empregos para mulheres atendidas pelo Programa Bolsa Família; pela implantação de estrutura organizacional e de programas municipais de políticas públicas para mulheres; pela criação de campanhas educativas municipais de enfrentamento à violência contra a mulher; por capacitação dos profissionais dos Centros de Referência de Assistência Social (Cras) e Especializados de Assistência Social (Creas), para o atendimento humanizado às mulheres vítimas de violências doméstica e sexual; pela realização de cursos profissionalizantes, considerando a vocação econômica do município e as demandas de mercado, com orientação para o desenvolvimento sustentável; pelo fortalecimento das culturas tradicionais, com ênfase nas tradições existentes nas comunidades, como, por exemplo, por meio da promoção de festivais de Arte e Cultura de povos e comunidades tradicionais.

No segundo ano do Pacto, em função da experiência e do maior comprometimento dos municípios, as contrapartidas foram melhor avaliadas. Dois exemplos podem ajudar na compreensão do processo. Entre os municípios que pactuaram por reduzir o índice de mortalidade infantil – 159, no total –, 66,0% atingiram a meta, ou, 105 municípios. No caso do compromisso de reduzir o índice de morte materna, assumido por 193 municípios, o percentual de cumprimento da meta atingiu 92,2%, correspondentes a 178 cidades. Um grande êxito.

Na edição de 2014, ainda na área da saúde, a avaliação da contrapartida solidária também apresentou melhores avaliações. Dos 98 municípios que se comprometeram a reduzir a mortalidade infantil, 74 conseguiram, o que totaliza o ótimo percentual de 75,5%. O mesmo número de municípios pactuou a redução da mortalidade materna, e 92 (93,8%) deles atingiram a meta.

À equipe da Sedam, cabia apresentar o edital de chamamento público; receber as adesões; avaliar os documentos; formular os convênios e demais itens jurídicos necessários à modalidade de parceria. A Sedam atuava, assim, como a instituição interveniente nos processos do Pacto. As secretarias e os órgãos responsáveis pelos recursos (Saúde; Educação; Infraestrutura) eram as concedentes.

Prevendo o expressivo volume de documentos e atividades, foi criada, na Sedam, a Coordenadoria Executiva do Pacto (Cepacto), instância em nível de gerência. O acompanhamento e o controle dos processos eram feitos no interior das secretarias concedentes.

A experiência adquirida com o primeiro edital levou o governo ao desenvolvimento de um sistema, o SGI-Pacto, disponibilizado em maio de 2012. Com uma arquitetura cliente/servidor, baseada em padrões livres e abertos, tradicionalmente utilizadas aplicações em Web, o acesso ao SGI-Pacto era definido pela classificação do usuário em “tipo” (municipal e estadual) e “área” (Educação, Saúde, Social, Sedam, Controladoria-Geral do Estado - CGE, Gabinete do Governador e Tribunal de Contas do Estado – TCE). Cada combinação de tipos de usuário e área contava com grupos específicos que definiam a permissão de acesso às diversas informações contidas no SGI-Pacto.

Todas as etapas dos marcos legais do programa foram criteriosamente cumpridas pelo governo estadual, para consolidar o Pacto como política de Estado na Paraíba. O Programa foi instituído pelo Decreto 32.168, de 27 de maio de 2011, posteriormente republicado em função de alterações

na estrutura gerencial do Programa, formalizadas pelo Decreto 34.827, de 17 de março de 2014. A Portaria, 001/2012, de 13 de março de 2013, editou o *Manual de Análise das Prestações de Contas de Convênios no Âmbito do Programa Pacto pelo Desenvolvimento Social da Paraíba*. Foram editadas, ainda, diversas publicações de apoio e capacitação para os municípios e órgãos estaduais, além de manuais específicos para operação do SGI-Pacto.

As três primeiras edições do Programa (2011, 2013 e 2014) reproduziram o modelo originalmente concebido. A seguinte (de 2015) refletiu a realidade do momento. Por causa dos problemas com a seca, no estado, o edital daquele ano foi destinado a atender aos municípios paraibanos que decretaram Situação de Emergência.

A fim de viabilizar parcerias públicas para implantar 2 mil obras de tecnologias sociais para armazenamento estratégico de água (barragens subterrâneas), com recursos do Tesouro Estadual, o edital foi específico. A concedente, nesse ano, foi a Secretaria de Estado da Agricultura Familiar e Desenvolvimento do Semiárido, que assumiu as atribuições técnicas para o acompanhamento dos sistemas, em parceria com as prefeituras, responsáveis pela estrutura e a logística necessárias à execução das obras. Em 2017, o edital foi vinculado unicamente à Secretaria de Estado da Educação. O Pacto foi redesenhado para atender às demandas da pasta.

Dessa forma, avaliando as três primeiras edições do **Pacto pelo Desenvolvimento Social da Paraíba**, foram registradas 737 indicações de parcerias, e 701 (95,1%) formalmente efetivadas e executadas. Dessas 701 parcerias, 343 foram na área da Educação; 310, na área da Saúde; e, 48, na de Infraestrutura e Desenvolvimento Econômico e Social, como na Tabela 1.

Tabela 1. Situação dos convênios, doações e serviços gerados nas três edições do Pacto, segundo a área de investimento

| Área de investimento | Convênios, doações e serviços | | | | Total |
|---|-------------------------------|------------|--------------|-------------|------------|
| | Não formalizados* | | Formalizados | | |
| | n | % | n | % | |
| Educação | 22 | 6,0 | 343 | 94,0 | 365 |
| Saúde | 5 | 1,6 | 310 | 98,4 | 315 |
| Infraestrutura e Desenvolvimento Econômico e Social | 9 | 15,8 | 48 | 84,2 | 57 |
| Total | 36 | 4,9 | 701 | 95,1 | 737 |

Fonte: SGI Pacto.

Em termos de recursos financeiros, nesses três primeiros editais, os repasses totalizaram R\$ 108.354.859,30 (Tabela 2)

Tabela 2. Valores liberados provenientes dos convênios do Pacto, e segundo a área de investimento

| Convênios (edição do Pacto) | Total liberado (R\$) | | | Total |
|-----------------------------|----------------------|-----------------------------|---|-------|
| | Saúde | Educação | Infraestrutura e Desenvolvimento Econômico e Social | |
| 2014 | 270 | R\$ 1.866.718.818,00 | | |
| 2015 | 258 | R\$ 1.759.847.984,00 | | |

Fonte: SGI Pacto (valores apurados até o dia 6 de abril de 2016).

O vínculo entre o **Pacto Social e o Orçamento Democrático (OD)** foi mantido ao longo de todo o governo de Ricardo Coutinho. As Tabelas 3 e 4 mostram como os recursos foram empregados e divididos por regiões do OD, em 2011, 2013 e 2014 respectivamente.

Tabela 3. Distribuição das transferências por regiões do OD Pacto 2011

| Região | Educação | Saúde |
|---------------|--------------------------|--------------------------|
| 1 | R\$ 2.242.882,87 | R\$ 310.485,00 |
| 2 | R\$ 3.008.606,68 | R\$ 468.050,00 |
| 3 | R\$ 7.927.703,17 | R\$ 2.520.708,50 |
| 4 | R\$ 1.398.457,95 | R\$ 775.392,50 |
| 5 | R\$ 2.036.692,07 | R\$ 1.283.657,00 |
| 6 | R\$ 2.802.518,82 | R\$ 1.097.072,40 |
| 7 | R\$ 2.529.659,11 | R\$ 1.046.000,00 |
| 8 | R\$ 1.167.547,46 | R\$ 602.760,00 |
| 9 | R\$ 1.100.581,45 | R\$ 770.000,00 |
| 10 | R\$ 739.368,00 | R\$ 585.278,43 |
| 11 | R\$ 446.205,90 | R\$ 900.000,00 |
| 12 | R\$ 1.441.783,21 | R\$ 339.058,00 |
| 13 | R\$ 731.594,30 | R\$ 510.000,00 |
| 14 | R\$ 228.097,49 | R\$ 11.761,25 |
| TOTAL | R\$ 27.821.697,48 | R\$ 11.220.223,08 |

Fonte: SGI Pacto.

Tabela 4. Distribuição das transferências por regiões do OD Pacto 2013

| Região | Educação | Saúde | Infraestrutura e Desenvolvimento Econômico e Social |
|--------------|--------------------------|--------------------------|---|
| 1 | R\$ 1.048.048,86 | R\$ 1.274.252,07 | R\$ 893.256,15 |
| 2 | R\$ 1.974.136,79 | R\$ 1.941.192,21 | R\$ 1.041.764,05 |
| 3 | R\$ 4.242.251,56 | R\$ 2.526.283,59 | R\$ 2.258.365,70 |
| 4 | R\$ 1.937.357,47 | R\$ 485.652,42 | R\$ 159.467,72 |
| 5 | R\$ 982.710,44 | R\$ 1.306.047,00 | R\$ 628.724,81 |
| 6 | R\$ 3.798.066,68 | R\$ 441.801,50 | R\$ 744.874,00 |
| 7 | R\$ 1.653.122,81 | R\$ 1.291.139,01 | R\$ 200.593,65 |
| 8 | R\$ 1.367.967,65 | R\$ 125.000,00 | R\$ 50.000,00 |
| 9 | R\$ 2.675.816,76 | R\$ 387.800,00 | R\$ 2.772.046,53 |
| 10 | R\$ 643.665,51 | R\$ 125.000,00 | - |
| 11 | R\$ 819.747,26 | R\$ 504.623,04 | R\$ 250.000,00 |
| 12 | R\$ 603.016,30 | R\$ 636.571,69 | R\$ 800.306,74 |
| 13 | R\$ 684.594,53 | R\$ 696.999,69 | - |
| 14 | R\$ 468.083,73 | R\$ 148.035,90 | - |
| TOTAL | R\$ 22.898.586,35 | R\$ 11.890.398,12 | R\$ 9.799.399,36 |

Fonte: SGI Pacto.

Tabela 5. Distribuição das transferências por regiões do OD Pacto 2014

| Região | Educação | Saúde | Infraestrutura e Desenvolvimento Econômico e Social |
|--------------|--------------------------|--------------------------|---|
| 1 | - | R\$ 1.129.011,01 | - |
| 2 | R\$ 672.762,93 | R\$ 1.125.000,00 | - |
| 3 | R\$ 2.522.861,01 | R\$ 2.899.663,13 | R\$ 620.450,99 |
| 4 | R\$ 953.080,84 | R\$ 625.000,00 | - |
| 5 | R\$ 1.233.398,72 | R\$ 875.000,00 | R\$ 196.474,20 |
| 6 | R\$ 1.345.525,89 | R\$ 1.000.000,00 | - |
| 7 | R\$ 1.401.589,46 | R\$ 875.000,00 | R\$ 70.390,20 |
| 8 | - | R\$ 625.000,00 | - |
| 9 | R\$ 1.569.780,20 | R\$ 1.125.000,00 | - |
| 10 | R\$ 448.508,62 | R\$ 375.000,00 | - |
| 11 | R\$ 448.508,62 | R\$ 250.000,00 | - |
| 12 | R\$ 56.063,57 | R\$ 875.000,00 | - |
| 13 | R\$ 392.445,05 | R\$ 204.666,83 | - |
| 14 | - | R\$ 750.000,00 | - |
| TOTAL | R\$ 11.044.524,91 | R\$ 12.733.340,97 | R\$ 887.315,39 |

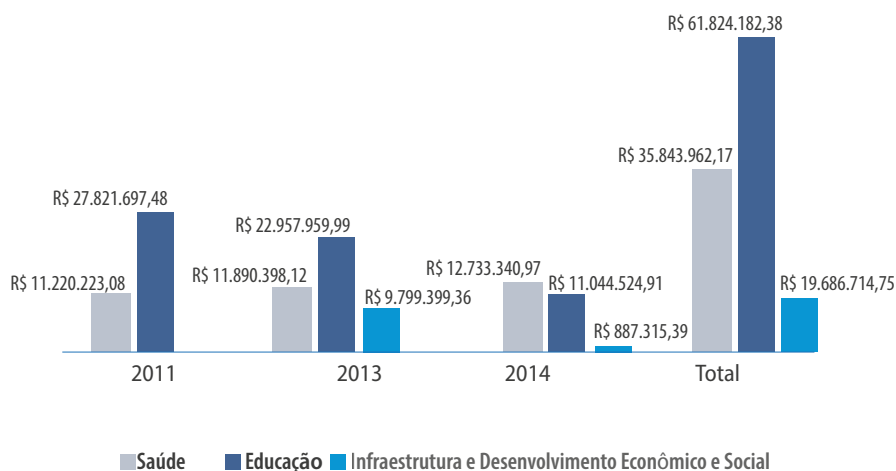
Fonte: SGI Pacto.

O Pacto viabilizou, ainda, a compra e a destinação de 850 ônibus para o transporte dos escolares; a distribuição de 15 mil bicicletas e equipamentos de segurança para autonomia de locomoção dos estudantes da rede pública, residentes em áreas mais distantes das escolas; a qualificação estrutural de unidades localizadas em 221 municípios.

A avaliação de resultados de políticas públicas, na maioria dos casos, em especial no campo social, costuma ser mais precisa quando realizada em prazo de tempo distante da aplicabilidade das iniciativas. Entretanto, é possível dividir a descrição do Pacto pelo Desenvolvimento Social da Paraíba em dois momentos. Aquele que descreve a política em si, suas dimensões de alcance, seus números de investimento, a adesão, as ações; e aquele que avalia a repercussão da política, com base na oscilação, ou não, dos indicadores sociais.

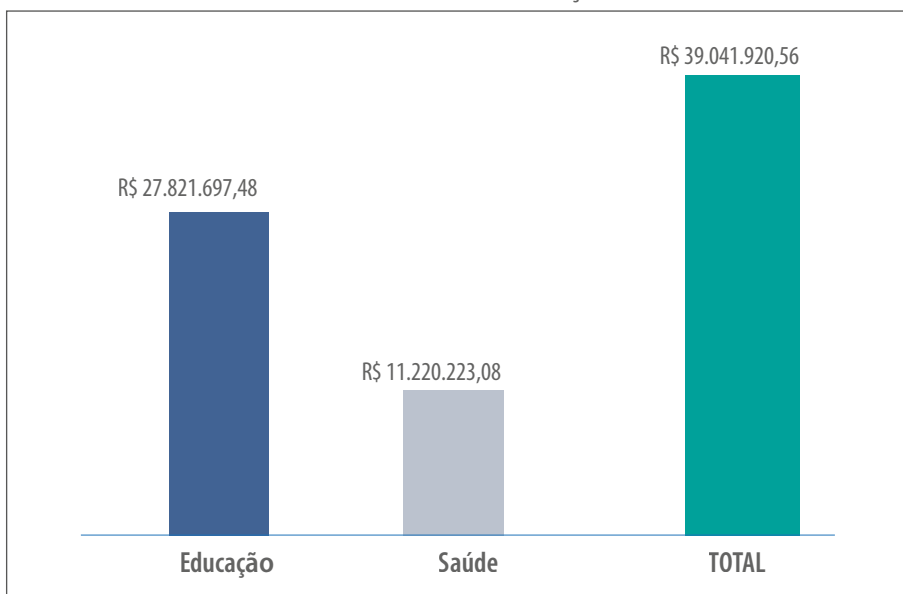
Os Gráficos 1 a 4 ilustram os alcances do primeiro momento.

Gráfico 1 – Valores liberados provenientes dos convênios do Pacto, segundo a área de investimento



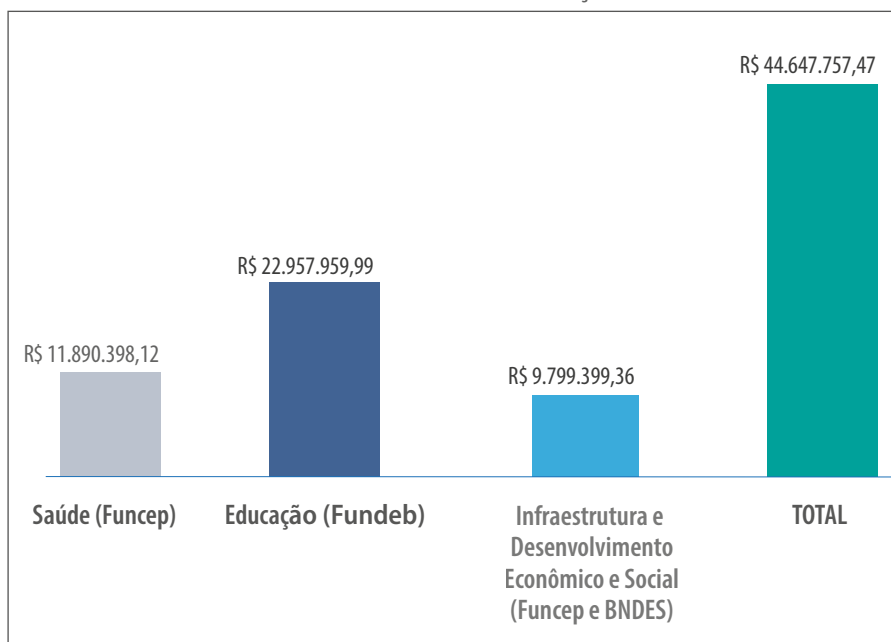
Os Gráficos 2 e 3 ilustram e comparam a variação dos recursos, deixando evidente a concentração de investimento na área da Educação. Essa constatação não se dá sem motivo, mas reflete a necessidade de demandas e confirma a tese do governo de que a precariedade na oferta de educação à população paraibana foi sendo sedimentada ao longo da história do estado, não poucas vezes, com o objetivo de limitar o alcance do povo mais carente aos direitos de cidadania.

Gráfico 2 – Recursos liberados na edição 2011 do Pacto



Fonte: SGI Pacto (valores apurados até o dia 6 de abril de 2016).

Gráfico 3 – Recursos liberados na edição 2013 do Pacto



Fonte: SGI Pacto (valores apurados até o dia 6 de abril de 2016).

Para avaliar o segundo momento de uma política pública, aquele em que são medidos os resultados, é necessária orientação metodológica. Em especial, para não permitir que a retórica se sobressaia em detrimento da essência social dos resultados alcançados. Ainda que os números, por si, sejam capazes de subsidiar o entendimento e a visualização do Estado social se realizando, o modelo de análise valida a estratégia de governança adotada ao comparar, refletir, sistematizar, fragmentar, decompondo e recompondo as informações, de maneira a permitir que a conclusão seja lógica, sob o ponto de vista do método adotado.

Nesse sentido, vale acessar estudo realizado pelos economistas Stélio Coêlho Lombardi Filho, Otoniel Rodrigues dos Anjos Júnior e Aléssio Tony Cavalcanti, a partir do artigo intitulado Efeitos do Programa Pacto pelo

Desenvolvimento Social da Paraíba sobre Indicadores Educacionais e de Saúde, publicado na *Revista Econômica do Nordeste*, em 2020. Os autores avaliaram os resultados do programa a partir de uma série de indicadores educacionais e da saúde, com o objetivo de aferir se a iniciativa foi bem-sucedida no estado, a ponto de alterar os indicadores sociais da Paraíba. Para tal, os economistas utilizaram uma técnica de avaliação que estuda a correspondência de propensão estatística que tenta estimar o efeito da política implementada¹.

Já na primeira edição do edital do Pacto, 96% dos municípios paraibanos aderiram. Essa expressiva anuência pode ser analisada sob vários aspectos. Um deles é a facilidade de participação, uma vez que não exigia contrapartida financeira. Qualquer município do estado poderia se comprometer com devolutivas sociais. No caso de investimento na área da Educação, normalmente era pactuada a expansão de oferta de EJA para reversão dos índices de analfabetismo. No caso da área da Saúde, as contrapartidas mais comuns referiam-se ao compromisso de reduzir a mortalidade infantil ou o número de gravidezes precoces.

No levantamento dos economistas, 65% da população do estado foi alcançada pelas ações do **Pacto pelo Desenvolvimento Social da Paraíba**. Eles consideraram dois conjuntos de indicadores de impacto: Os de acesso e os de qualidade, e se basearam em fontes institucionais, como o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), do Ministério da Educação (MEC); o Sistema de Informações sobre Nascidos Vivos (Sinasc), do Ministério da Saúde (MS); o Sistema de Informações sobre Mortalidade (SIM) e o Sistema de Informações Hospitalares do SUS (Sihsus).

Para avaliação, seguindo a metodologia, os pesquisadores usaram

¹. Modelo de regressão múltipla com reponderação pelo *Propensity Score Matching* (PSM).

como base de referência dois grupos de municípios: Os que foram atendidos pelo pacto e os que não foram atendidos. Os indicadores utilizados na análise foram o Produto Interno Bruto (PIB) *per capita*; o percentual de famílias pobres; a taxa de analfabetismo da população adulta; o Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) de 2010; o logaritmo da população; o percentual de indivíduos que residem na área rural e uma *dummy*², para indicar se o município está ou não no semiárido paraibano.

Após sistematização criteriosa, os pesquisadores concluíram que:

Os resultados descritivos apontam que alguns indicadores de acesso à educação experimentaram relevante aumento na primeira fase do programa. Em relação à taxa de matrícula no Ensino Infantil, verificou-se uma diferença de 6,2 pontos percentuais para a Fase 1. Por sua vez, a diferença na taxa de matrícula da Educação de Jovens e Adultos foi bastante expressiva: 31,3% e 16%, nas fases 1 e 2, respectivamente. Logo, há indícios preliminares de que o programa foi bem-sucedido em melhorar os indicadores de acesso, sobretudo no que se refere ao EJA.

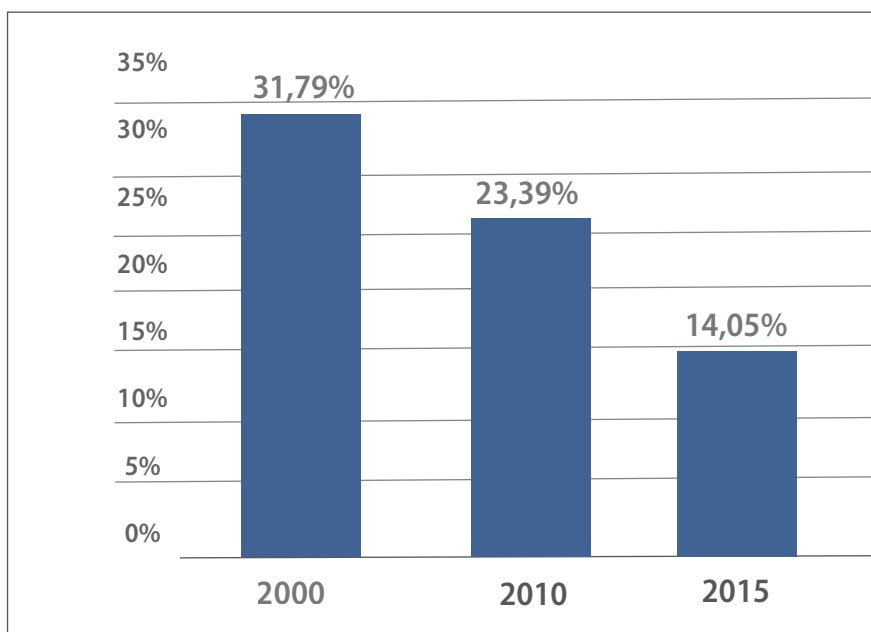
[...] para o segundo ciclo do Ensino Fundamental, na Fase 2 do programa, parece ter havido uma expressiva redução no abandono escolar. Com isso, combate-se a incidência de diversos problemas sociais, como o trabalho infante-juvenil. Mais tempo na escola implica em menos tempo para dedicar-se ao trabalho e a outras atividades insalubres. Tem-se, dessa forma, uma melhoria no capital humano do indivíduo, o que resulta no aumento das possibilidades

². O *Dummy* é uma dedução financeira aplicada em impostos. Representa a diferença entre os juros recebidos e os pagos, sendo parte da economia de determinada empresa ou instituição. Por isso, o *Dummy* é considerado apenas no final das contas, descontando-se da receita final da empresa ou do Produto Interno Bruto (PIB) gerado em determinado lugar.

de ganhos futuros e, conseqüentemente, na redução da pobreza e da desigualdade de renda ao longo do tempo.

[...] enquanto que, em uma década (2000 a 2010), a taxa de analfabetismo teve uma diminuição de 26%, em apenas cinco anos (2010 a 2015), observa-se uma redução mais contundente no quantitativo de pessoas analfabetas na Paraíba. O estado saiu de uma taxa de 23,29% de analfabetos, no ano de 2010, para 14,05%, em 2015, o que representa uma taxa de redução de 40% (Gráfico 5).

Gráfico 5. Taxa de analfabetismo da população adulta (18 anos de idade ou mais) do Estado da Paraíba, entre 2000 e 2015



Fonte: IBGE, 2016.

A avaliação dos resultados pode ficar vulnerável, se feita a partir do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb), porque a variação nesse indicador não ocorreu na mesma proporção observada no que se refere à EJA. Os pesquisadores, contudo, chamam a atenção para algumas considerações.

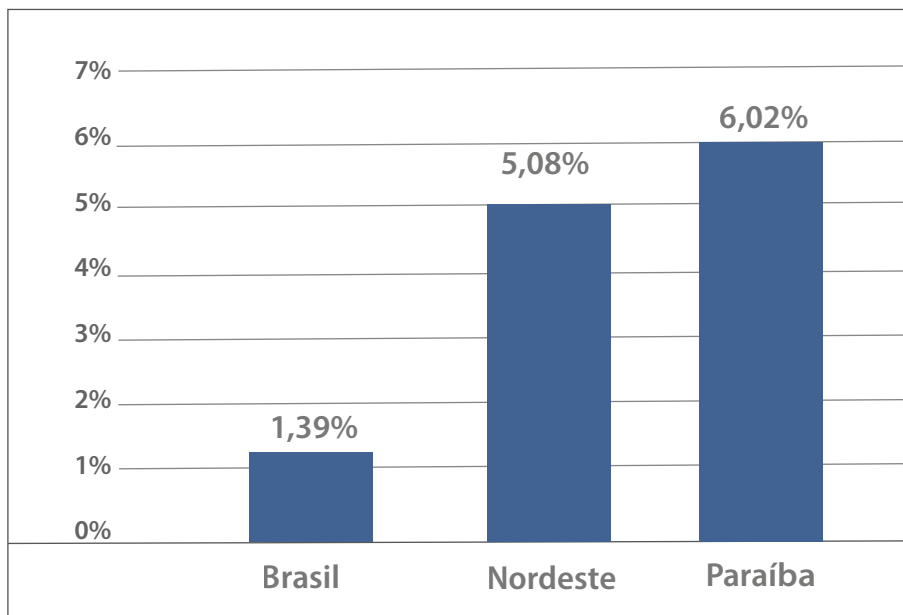
Com relação ao Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb) para os anos iniciais e finais do Ensino Fundamental, este pode ser utilizado como um indicador de qualidade da educação. Nesse caso, praticamente não houve diferença de média entre tratados e controles, à exceção de um modesto aumento para o 9º ano na Fase 2 do programa. Vale lembrar, todavia, que o Ideb é um indicador relativamente rígido no curto prazo, não respondendo instantaneamente a determinados tipos de investimentos. É possível que os efeitos do programa sobre esse indicador possam ser melhor computados depois de um certo tempo de maturação.

Os impactos na área da saúde também foram analisados pelos pesquisadores.

Nota-se que o programa foi aparentemente eficaz na redução do número de gestantes adolescentes e no aumento da proporção de gestantes com, no mínimo, sete consultas pré-natais (Gráfico 6). Para os demais indicadores, a diferença não foi estatisticamente significativa, mas aponta na direção de possíveis efeitos de redução nas taxas de mortalidade da criança e na taxa de internações de mulheres com doenças inflamatórias dos órgãos pélvicos.

[...] existem evidências favoráveis acerca dos efeitos positivos do Pacto Social sobre importantes indicadores educacionais e de saúde.

Gráfico 6. Evolução da proporção de gestantes com, no mínimo, sete consultas pré-natais, entre 2011 e 2015, no Brasil, Nordeste e Paraíba.



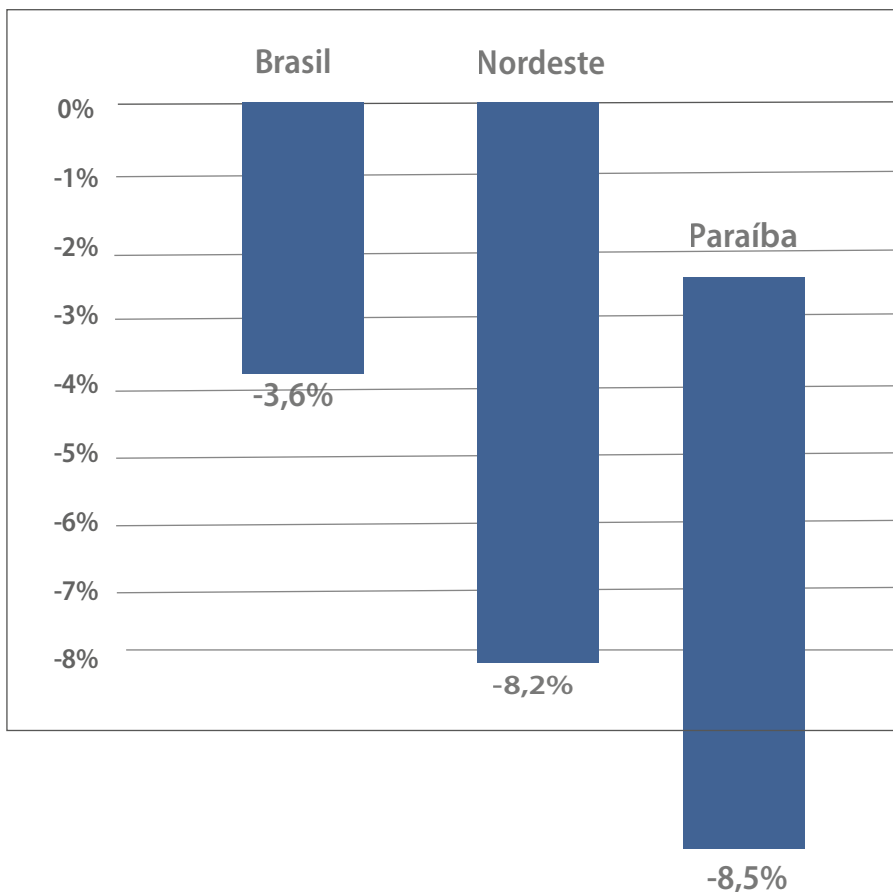
Fonte: Datasus, 2016.

Maternidade de Patos. Foto: Acervo Memorial Ricardo Coutinho, 2020.



Observando a evolução do quantitativo de óbitos infantis, fica evidente que a Paraíba foi bem-sucedida, quando se compara com a média do Nordeste e do Brasil, no que tange à variação do indicador em questão (Gráfico 7). Tal fato pode sinalizar a importância das ações do Pacto Social para contribuir com essa tendência de redução dos óbitos infantis.

Gráfico 7. Evolução do quantitativo de óbitos infantis, entre 2010 e 2014, no Brasil, Nordeste e Paraíba



Fonte: Datasus, 2015.

Um aspecto de grande importância, no que se refere à prática da política pública proposta pelo **Pacto de Desenvolvimento Social da Paraíba**, é a adoção de um modelo de atendimento aos prefeitos que rompe com o tradicional formato de balcão. Os editais são transparentes e podem ser acompanhados pelos contemplados, pela imprensa e por toda a sociedade. A nova prática introduz um tipo de relacionamento político-administrativo efetivamente republicano. Ao longo dos dois mandatos consecutivos de Ricardo Coutinho, **221 dos 223 municípios paraibanos foram atendidos pelo governo do PSB**, independentemente das filiações partidárias de seus prefeitos.

3.1 De cidade em cidade, o Pacto promoveu o Desenvolvimento Social em toda a Paraíba³

Sâmara nasceu em Pombal, no Sertão paraibano, cidade da qual não quer sair. Antes, tinha que fazer viagens periódicas para Patos e, semestralmente, para João Pessoa ou Recife, em Pernambuco, para levar a filha Sandrely para os exames cardiológicos. Aos oito meses de sua gravidez, Sâmara teve rubéola e isso afetou o estado de saúde de seu bebê. As viagens eram difíceis, cansativas, e Sandrely não gostava. Ao final dos tratamentos, a menina sempre adoecia.

O **Pacto pelo Desenvolvimento Social da Paraíba** viabilizou que Pombal passasse a ter o seu próprio Centro Cardiológico de Saúde, totalmente equipado com ecocardiograma e demais aparelhos, instalado no Centro de Saúde Dr. Avelino Elias de Querioga. Sâmara ficou muito feliz. Desde então, Sandrely é acompanhada pelo mesmo médico.

³Depoimentos de paraibano/as de várias cidades, contidos em vídeo de registro e divulgação dos benefícios do Pacto pelo Desenvolvimento Social da Paraíba.

Ali perto, no município de Santa Luzia, o sistema de saúde pública também recebeu a atenção especial do Pacto Social. O pai de Joelma Dantas teve um problema que o colocou em uma cadeira de rodas. Antes, a filha e a esposa tinham que levá-lo para fazer a fisioterapia e os outros tratamentos em Patos. Quando a coisa complicava um pouco mais, tinham que ir para Campina Grande, ou mesmo para a capital, João Pessoa. Tudo mudou, quando o prefeito participou do edital do Pacto e conseguiu para Santa Luzia a instalação da Policlínica Dr. Kival de Araújo.

No município de Esperança, onde um dia viveu a tribo dos índios Cariris, o Pacto chegou para desenvolver “a autonomia dos sujeitos” por meio de projetos culturais, realizados na escola, como explicou o professor Adriano. No Cine Educação, os estudantes acessaram não só a magia das artes, mas também se prepararam para o debate das ideias. Já o projeto Mães Artesãs ensinou a arte do corte e costura e garantiu fonte de renda para muitas mulheres. Adriano foi enfático e disse que, quando uma mãe, antes atendida por programas sociais, consegue comprar alimento para o filho com o dinheiro que ganhou vendendo uma roupa que ela mesma costurou, “é a própria revolução social”.

Maria do Socorro foi uma das mães atendidas pelo projeto. Nunca tinha costurado. Além de valorizar o aprendizado adquirido, chamou o curso de terapia. Ela estava muito animada e queria, com as outras mães, montar uma loja para vender o artesanato e as roupas produzidas por elas.


Lá na região do Semiárido, em Sumé, onde mora dona Leônia Soares de Lima, o Pacto chegou para ampliar a visão da população. O sistema de saúde municipal recebeu equipamentos de primeira geração na área de oftalmologia. O próprio Dr. Ítalo reconheceu que o município passou a se comparar aos grandes centros nessa especialidade. Com o tratamento recebido, dona Leônia voltou a enxergar.

Em outro município paraibano, reside Edilâne de Medeiros, que é mãe de três filhos e sempre se preocupou com o futuro dos meninos. Depois do

divórcio, a educação das crianças passou a ser responsabilidade dela. O que deixava essa mãe alarmada era o fato de que, em Picuí, cidade pequena localizada no Planalto da Borborema, não havia oferta de acompanhamento social. Ela sofria com a possibilidade de os filhos ficarem vulneráveis à oferta de drogas.

Mas, a pedido do prefeito, que participou do edital do **Pacto pelo Desenvolvimento Social da Paraíba**, o município ganhou atendimento especial aos jovens em idade escolar. Foi o primeiro instalado no estado.

Já no município de Lagoa Seca, o Pacto qualificou a escola onde leciona a professora Roselana. Tudo ficou melhor. As salas de aula, o pátio, os banheiros passaram por obras de requalificação. A escola agora conta, também, com uma biblioteca e uma sala de informática. Para Luzivalda, mãe de uma das alunas, a escola virou um modelo. Passou a ter tudo o que os estudantes precisavam e mereciam.



4 Orçamento Democrático: Espaço de Diálogo

Antes da voz, era o silêncio.
Uma conversa não tinha não.
Aí então veio o diálogo.
E as melhorias para o cidadão.
Os pedidos que vinham do povo,
foram ouvidos com atenção.
O Orçamento é Democrático,
e quem tem voz tem opinião⁴.

⁴. Texto do comercial que anuncia as plenárias do ODE na Paraíba.

Quando deliberou que a criação do **Orçamento Democrático Estadual** fosse seu primeiro ato administrativo, o governador da Paraíba, Ricardo Coutinho, sabia muito bem o que estava propagando com aquela mensagem. Definitivamente, era o fim da retórica vazia sobre democracia. Vozes seriam ouvidas onde, antes, tudo era silêncio.

Pesquisadores de várias áreas de conhecimento produziram estudos e publicaram artigos científicos a respeito da dinâmica, dos fundamentos e dos efeitos democráticos do ODE. Para os críticos renitentes, que insistiam em destacar a adesão apenas parcial da população aos espaços e mecanismos abertos pela nova política pública de governança compartilhada, os estudos lembravam a longa história de repressão a que esteve submetido o povo paraibano. Nunca antes, no estado, se pôde vivenciar uma experiência de participação e empoderamento da população. Dava-se, desse modo, um salto de consciência importante. O de que, numa democracia de fato, a participação cidadã no campo das práticas políticas é um direito e um fator de legitimação, controle e aperfeiçoamento da governança pública.

O governo foi pedagógico, empático, convincente. Foi de casa em casa convidando a população para participar. Escolheu os melhores dias, optou pelos horários fora do turno de trabalho. Foi até aos lugares mais longínquos; se instalou nas escolas, nos espaços mais centrais; criou o ODE Mirim, com uma equipe que cuidava das crianças, para possibilitar que as mães com filhos pequenos pudessem frequentar as plenárias. Tudo o que estava ao alcance da máquina pública foi mobilizado para garantir que as pessoas estivessem lá quando o governo chegasse para conversar.

Foi instituído o **Prêmio Ceci Melo de Participação Social**, em homenagem a Cezariana Macena de Melo, pedagoga, militante feminista, dirigente partidária, ativista do movimento de mulheres em Bayeux, uma das responsáveis pela implantação e consolidação do OD na capital paraibana, com o intuito de motivar a presença feminina nos debates sobre as políticas sociais.

O ODE foi instituído na Paraíba com os objetivos de promover a democratização, ampliando os espaços de exercício da cidadania e governança participativa; oportunizar a inclusão cidadã, criando meios para o empoderamento, o controle e a corresponsabilidade social; viabilizar a regionalização, permitindo que os municípios passassem a articular os interesses e as demandas locais de modo regional e não mais individualmente; promover a intersectorialidade como um instrumento de ação integrada de diferentes atores institucionais e não governamentais, por meio de uma rede de articulações regional e estadual; buscar a economicidade, podendo vir a realizar mais políticas públicas, obras e serviços, com menos recursos; adotar a descentralização como modelo de gestão do governo do estado, a fim de promover a articulação institucional nas regiões geoadministrativas; realizar a redistribuição, desconcentrando as políticas públicas, os investimentos, as obras e os serviços em todo o Estado da Paraíba e fomentar o desenvolvimento integrado sustentável a partir do reconhecimento das potencialidades regionais.

Passados nove anos, Ricardo Coutinho contempla essa experiência convicto de que foi ele quem mais aprendeu com ela. “Aprendi tudo, principalmente juntar a teoria e a prática. Passei toda a minha vida na política, defendendo a democracia participativa, acreditando que aquilo poderia trazer algo positivo. Tive a oportunidade de começar na prefeitura de João Pessoa e, até aquela data, não tinha vivenciado nenhuma experiência, absolutamente nenhuma, nesse campo. Então, implantamos na prefeitura. Só que uma prefeitura é menos complexa. Os temas são mais pontuais, são demandas cotidianas, lixo, creche. Para resolvê-las, cabendo dentro do orçamento, basta ter disposição e compromisso em valorizar a democracia participativa, a participação popular. Quando resolvemos ampliar para o estado, o programa ganhou dimensão e exigiu ainda mais comprometimento. Era preciso juntar as pessoas e, mais importante, era fundamental ter uma resposta. Foi desse modo que o paraibano foi se

conscientizando de seu real papel de cidadão na política do estado. Ao mesmo tempo, vai tornando o governo mais popular, não do ponto de vista eleitoral, mas do ponto de vista de suas relações com a sociedade, enquanto estrutura organizada para atendimento das comunidades. Um governo que promove plenárias para definir o orçamento democrático, chega a Embalo de Oitis, que é um Quilombo, lá em Diamante, e faz um sistema de abastecimento d'água levando água para dentro da casa que, até então, não tinha, e faz isso a partir do orçamento, se aproxima da população de maneira tão legítima que os interesses que passam a sustentar essa aproximação não podem ser outros que não o bem-estar da população. Eu jamais imaginaria que lá precisava desse serviço, e era muito difícil para as pessoas de lá acessarem o governador para apresentar suas demandas. E, assim, a agenda política da Paraíba foi sendo construída. Não só pela vontade do governo, mas por conta do Orçamento Democrático. O mais importante, do OD, é que tem que dar respostas, se não der, ele se esvazia. Você tem 240 mil pessoas, nesses oito ciclos, participando presencialmente, fora quem estava na internet, quem ia, mas não se inscrevia, mas estava lá ouvindo. É muita gente que saía de casa em busca de ser ouvido. A cada ano, o crescimento sempre foi maior, e jamais poderia ser maior se o orçamento não desse respostas, soluções, porque ninguém sairia de casa, do sítio, para passar quatro horas em uma plenária. Não teria sentido, para algo que não tivesse um retorno. A democratização real do orçamento passou por essas plenárias do Orçamento Democrático, que são uma experiência sem paralelo no Brasil, em nenhum estado."

A gestão pública compartilhada entre governo e sociedade, proposta nas bases do OD, efetivamente transformou os costumes e sedimentou a participação popular num estado historicamente marcado pela ingerência coronelista, beneficiária e promotora da ignorância e da apatia da população, em afronta às suas reais necessidades. As experiências de gestão participativa multiplicaram-se no Brasil, principalmente após a redemocratização

do Estado, nos anos 1980 e 1990, também por causa da gestão centralizada de políticas públicas do governo federal para estados e prefeituras. Nesse sentido, o OD paraibano consagrou-se como uma das experiências mais longevas e abrangentes, o que demonstra o compromisso do governo estadual com a implementação e a consolidação dessa política pública avançada. Tratava-se, assim, de quebrar os paradigmas e mudar a cultura, promovendo a cidadania a partir do empoderamento popular.

As audiências públicas realizadas nas 14 regiões geoadministrativas da Paraíba reuniam até cinco mil participantes. Nos oito anos do governo de Ricardo Coutinho (2011-2018), foram realizadas **129 audiências**, com a participação direta de 278.881 pessoas. A adesão foi crescente, ano a ano, fruto do aprendizado da democracia. Em 2011, foram 13.335 participantes; no ano seguinte, 18.259. Na terceira edição, participaram do ODE 21.272 paraibanos. O último ano do primeiro mandato reuniu um público de 30.201 pessoas. Em 2018, já eram 43.881 cidadãos participantes nas plenárias do ODE.

O governador participava ativa e decisivamente de todas as audiências, assim como seu secretariado. As demandas coletadas eram sistematizadas em eixos temáticos, para inclusão nas prioridades de investimento do orçamento subsequente, a partir da LOA⁵, da LDO⁶ e do PPA⁷.

Em termos de recursos, mais de R\$ 9 bilhões foram empregados em obras e serviços demandados pela população durante as atividades do Orçamento Democrático (Tabela 6).

5. Lei Orçamentária Anual

6. Lei de Diretrizes Orçamentárias

7. Plano Plurianual

Tabela 6. Planilha do ODE - 2011-2018

| Ano | Ações demarcadas na LOA | Valor |
|------|-------------------------|----------------------|
| 2012 | 210 | R\$ 1.169.162.534,00 |
| 2013 | 233 | R\$ 1.844.000.000,00 |
| 2014 | 270 | R\$ 1.866.718.818,00 |
| 2015 | 258 | R\$ 1.759.847.984,00 |
| 2016 | 217 | R\$ 1.263.680.883,00 |
| 2017 | 243 | R\$ 1.633.051.309,00 |

Fonte: Publicação do governo da Paraíba, 2018.

Ao longo de cada ano, o ODE mobilizava a população dos 223 municípios para, também, participar de encontros microrregionais, regionais e estaduais, de fóruns temáticos e eventos de formação. Conselheiros do OD – eleitos a cada dois anos para mandatos voluntários, não remunerados – e outros agentes públicos participavam das discussões a respeito de políticas públicas relacionadas à cidadania, educação, saúde, segurança pública, ao emprego e renda e à diversidade humana, dentre outros temas.

Como política pública, instrumento de gestão, o ODE foi sendo qualificado ao longo da experiência vivida em suas estruturas regionais. Desde 2015, o projeto de descentralização do governo passou a contar com recursos tecnológicos, como o suporte informatizado para credenciamento, preenchimento de formulários para registro de demandas e prioridades, processamento e consolidação de dados. O apoio assegurou, assim, maiores praticidade, eficiência, celeridade e transparência. Esses novos procedimentos possibilitaram que, ainda durante o encontro, ocorressem a

divulgação e a sistematização imediata das demandas - obras, serviços e ações governamentais de interesse coletivo regional - para as secretarias e órgãos respectivos de governo.

A falta de precedente condicionava o aprendizado à própria experiência. Tratava-se de um processo de reformatação institucional da gestão pública estadual. Além de democratizar as relações, o ODE contribuía com o planejamento do Estado e era, também, um meio de oportunizar aos cidadãos um espaço e uma experiência de controle social.

Mover o Estado não é tarefa fácil. Foi preciso sistematizar e organizar metodologicamente todo o processo. O ciclo completo do Orçamento Democrático Estadual previa várias etapas, com finalidades específicas, que se complementavam. A relação de dependência entre elas era intrínseca e necessária para gerar os resultados esperados. Uma subsecretaria foi especialmente criada para conduzir os trâmites nos momentos de mobilização, participação, sistematização das demandas, distribuição dos dados, acompanhamento das solicitações e relatoria de toda a dinâmica, concluída com a consolidação das informações geradas ao longo de todo o ciclo, do começo ao fim.

As primeiras atividades eram as Audiências Regionais, realizadas em todas as Regiões Orçamentárias do Estado, 14 no total. Depois, aconteciam as Assembleias Microrregionais. Nesses eventos, a população era convidada a eleger um grupo de conselheiros regionais do Orçamento Democrático Estadual, nas respectivas Microrregiões. O número de conselheiros regionais era proporcional à participação nas Assembleias Microrregionais, que ocorriam em edições bienais.

As Assembleias Regionais compunham a terceira fase do ciclo do ODE. Os conselheiros regionais anteriormente eleitos escolhiam, também por eleição, os conselheiros estaduais. Cada região elegia dois conselheiros estaduais titulares e dois suplentes. Somente os conselheiros regionais titulares podiam se candidatar e votar na eleição para conselheiro estadual.

Esses Conselhos, fundamentais para a dinâmica dessa nova política pública, tinham como atribuições eleger os conselheiros estaduais do OD; elaborar diagnóstico da realidade regional (e, nesse caso, colaboravam com informações para a implantação de outras políticas públicas, já que subsidiavam o governo com conhecimento específico sobre as diversas localidades); discutir os problemas existentes na região e encaminhar propostas como soluções; acompanhar os debates sobre a elaboração das peças orçamentárias; monitorar a execução das obras e serviços na região; articular ações com a Gerência Regional e o Conselho Estadual do OD; trabalhar a favor dos interesses coletivos da região e reunir-se com setores do governo para discutir e encaminhar soluções para os problemas regionais.

Já ao Conselho Estadual cabia acompanhar e fiscalizar obras, serviços e ações setoriais, em cada região; as atividades dos conselheiros regionais do ODE e manter contato permanente com as Gerências Regionais, de acordo com a necessidade de cada região.

Os gerentes regionais, diretamente vinculados ao governo, recebiam e orientavam as visitas das Comissões de Fiscalização às obras e aos serviços do Orçamento Democrático nas regiões. Eram eles que acompanhavam as comissões de conselheiros e esclareciam aos respectivos secretários de Estado o que fosse necessário. Igualmente, quando solicitados, articulavam a participação das equipes do Governo nas reuniões do Conselho. Ressalta-se que o papel de mediação exercido por esses gerentes na interlocução do Governo com a sociedade em todo o estado foi decisivo para os êxitos alcançados pela experiência inovadora.

Os gerentes mantinham a população informada sobre as ações do Governo nas diferentes Regiões Orçamentárias. Comunicavam aos gestores do Governo as demandas e os problemas da população, além de produzirem relatórios periódicos para a Subsecretaria do OD, com informações sobre as atividades realizadas em todas as regiões.

Mudança de mentalidade.

4.1 Com a palavra, quem ganha a voz⁸

Ana Tavares, costureira; Francisco Chaves, professor; José João da Silva, agricultor; Francisco Deodoro de Melo, motorista aposentado; Ana Lúcia Rodrigues do Nascimento, quilombola; Maria Idelfonsa, aposentada; Maria das Neves Moura do Nascimento, a Lia, agricultora; e Ana Raquel Apolinário, atriz. Todas paraibanas que disseram sim ao convite para participar do Orçamento Democrático da Paraíba. Elas foram conselheiras, cada uma levada por uma motivação. O professor, por acreditar no senso de justiça e ter certeza de que a participação da população é fundamental. Em suas palavras, ele conjuga os verbos participar, denunciar, reivindicar e relaciona todos à cidadania, já que – como disse – não existe, ainda, o verbo “cidadaniar”.

O senhor José João participa por ter convicção de que a mentalidade precisa mudar. Para ele, quando é organizada, a comunidade é que manda. Lia nunca teve dúvidas de que aceitar o convite para participar do OD era seguir a causa de luta que abraçou desde a infância. A costureira Ana entende que a cidadania é garantia de direitos, inclusive o de ter voz e vez. A atriz Ana Raquel tem a convicção de que o papel de protagonista na vida política de um lugar tem que ser dado ao povo. Ana afirma que não poderia ficar de fora daquela caravana de cidadania. Era a primeira vez que recebia o convite, tinha que celebrar.

O senhor Francisco, pai de cinco filhos, tem muito orgulho de ter participado do ODE. Para ele, somente o conjunto, todo mundo junto, poderia resolver os problemas da comunidade. Seu xará reforça que ali, na plenária, ninguém podia pensar só em si. Era a comunidade que importava.

⁸Documentário feito para divulgar o ODE, na Paraíba. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=zmRNZ-UI8iM>. Acesso em: 12 fev. 2020.

Representando a primeira região, a quilombola Ana falou quando lhe foi dada a voz e ouviu quando outros falaram. Não dava para levar para a plenária três propostas sem antes ter dialogado com a comunidade. Aquela política participativa não era um fio isolado, era uma grande teia, tecida por milhares.

Antes de acabar, Lia faz uma pergunta. “Se eu gosto da Paraíba, o que eu estou fazendo para ela ser uma Paraíba melhor?” Idelfonsa responde: “Participando.”



Fotos dos depoentes em vídeo produzido pelo governo. Disponível na internet.



Fotos dos depoentes em vídeo produzido pelo governo. Disponível na internet.

5 Para criar trabalho e gerar renda, aqui está o Empreender Paraíba

O nome escolhido para o principal programa de criação de trabalho e geração de renda do Governo da Paraíba, apresentado nos primeiros dias do mandato de Ricardo Coutinho, deu o tom do que viria a ser a sua gestão. O **Empreender Paraíba** era um dos instrumentos contemporâneos de um novo tempo de muitas mudanças. O Governo estava se propondo a oferecer todos os meios necessários para que o paraibano se tornasse o sujeito das transformações desejadas e necessárias no estado, emancipando-se.

O governador explicava: “É preciso melhorar a vida das pessoas. Não se vive de favores. Se vive melhor com o seu trabalho, com a sua capacidade de produzir”. Na essência, a proposta era fazer do Empreender PB, uma escada acessível a todos que quisessem ascender a partir dos seus próprios esforços, fomentados pelo Governo.

O programa não era modesto. Foi criado para possibilitar que o povo paraibano conquistasse a sua autonomia, seu protagonismo econômico e, assim, pudesse exercer sua cidadania ativa.

Estrategicamente, o **Empreender Paraíba** era uma política estruturante para viabilizar a reorganização financeira do estado a partir de iniciativas da população, proporcionando, com a concessão de microcrédito, o aumento das oportunidades de emprego através da criação, ampliação, modernização, transferência ou reativação de pequenos negócios, formais e informais.

Criado pela Lei estadual nº 9.335, de 25 de janeiro de 2011, o Programa de **Apoio ao Empreendedorismo na Paraíba** se apresentava como uma inovação, em especial, porque tinha sido organizado para se espalhar por todas as regiões, compreendendo a diversidade identitária do estado. Iniciou com cinco linhas de créditos, mas, ao longo do tempo, absorveu outras, frutos das demandas que surgiram, como foi o caso das Juventudes, em 2015, por exemplo. Na sua configuração de 2018, previa apoio para as seguintes rubricas: Artesanato, cultural - pessoa física e pessoa jurídica, individual, juventudes, motociclista profissional, mulher - pessoa física e pessoa jurídica, profissional liberal, coletivo, cooperativas, inovação tecnológica Microempresa (ME) e Microempreendedor Individual (MEI).

Uma cobertura ampla voltada para atender às expectativas de todos os paraibanos que desejassem empreender.

Entre os setores produtivos apoiados, alguns se destacaram. O artesanato, a estética e beleza, a confecção, o setor alimentício, as oficinas mecânicas e os produtos eletrônicos estavam em todas as regiões do estado. Já a piscicultura, a pesca oceânica, o Gás Natural Veicular (GNV), a agricultura, aqüicultura, o cultivo de flores, a produção de couro, mineração e meliponicultura, demonstraram relevância em algumas localidades.

A gestão do programa ficou a cargo da Secretaria de Estado do Turismo e do Desenvolvimento Econômico, vinculado a uma Subsecretaria Executiva, responsável pela operacionalização e administração das medidas necessárias para o sucesso do Empreender.

Uma área de atuação importante do **Empreender Paraíba** estava orientada para a capacitação e qualificação gerencial de empreendedores

e gestores de pequenos negócios. Assim, foi possível assegurar, aos beneficiários, acesso às inovações tecnológicas, o que possibilitou o aumento da eficiência produtiva de seus empreendimentos, garantindo sua competitividade no mercado e oferecendo condições para a permanência contínua da atividade econômica.

Eram metas do Programa, ainda, a promoção de sistemas associativos de produção mediante a criação e a manutenção de centrais de compras, de produção e vendas; a oferta de infraestrutura, para facilitar o escoamento da produção e possibilitar o acesso dos pequenos empreendedores ao sistema de comercialização; além de viabilizar a participação de pequenos negócios, formais e informais, em feiras e exposições, e assim para o desenvolvimento de suas atividades.

O contato com o tomador final dos recursos era mantido durante o período do contrato, para acompanhamento e orientação, visando ao seu melhor aproveitamento e aplicação, bem como ao crescimento e à sustentabilidade da atividade econômica.

Para a definição do crédito e a liberação do valor, era necessária a avaliação da atividade e capacidade de endividamento do tomador final dos recursos. A disseminação do Programa e a orientação sobre os serviços eram feitas nas agências implantadas em vários municípios.

A lei aprovada instituiu, ainda, o **Fundo de Apoio ao Empreendedorismo (FAE)**, organismo de contabilidade própria, cuja aplicação de recursos segue sujeita à prestação de contas na forma e nos prazos da legislação que disciplina a administração financeira do estado. A lei estabelece, também, as regras para a gestão e o funcionamento do Programa. As fontes de recursos previstas foram, no momento de sua criação, as consignadas no Orçamento Geral do estado; aquelas decorrentes de recursos próprios das entidades ou órgãos da administração pública estadual e as arrecadadas pelo Fundo de Combate e Erradicação de Pobreza, em montante aprovado por seu Conselho Gestor.

O FAE era supervisionado pelo Conselho Gestor do Empreender PB, que tem como competência auxiliar no estabelecimento de critérios e na fixação de limites globais e individuais para a concessão dos financiamentos e subvenções; sugerir prazos de amortização e carência, bem como os encargos dos mutuários e multas por eventual inadimplemento contratual; analisar quadrimestralmente as contas operacionais do FAE, por meio de balancetes; avaliar os resultados e propor medidas de aprimoramento de suas atividades; e manifestar-se previamente sobre ajustes a serem celebrados com terceiros, tendo por objeto os recursos ao Fundo.

As concessões de crédito são disciplinadas por edital, aberto anualmente com a gestão descentralizada. Do início ao fim do processo, o solicitante passa por seis etapas: a inscrição, que acontece nos municípios; o curso de capacitação; a elaboração de plano de negócios; análise; aprovação e assinatura de contrato.

No momento da análise do projeto, são avaliadas as pendências na receita federal ou estadual; falta de algum documento solicitado na linha de crédito inscrita; as condições de viabilidade econômica do empreendimento. Finalizado o período do contrato, está prevista a possibilidade de renovação do crédito.

Em novembro de 2013, foi editada a Lei 10.128, que atribuiu nova regulamentação ao Empreender PB. A gestão do Programa manteve-se aberta para dialogar com demandas econômicas e sociais, como foi o caso da inclusão de linha de crédito para as juventudes, inicialmente não prevista. A solicitação partiu da Secretaria Executiva de Juventude da Secretaria de Juventude, Esporte e Lazer. O pedido sustentou-se não só no argumento da necessidade de fomentar o segmento, mas também porque a juventude correspondia, naquela época, a 27% da população do estado.

De início, o Programa ofertou crédito de até no máximo R\$ 15 mil, com 30 meses de carência e seis meses para o pagamento, com um juros de

0,64%. No caso do edital **Empreender Profissional Liberal Juventudes**, a oferta de crédito foi de até R\$ 30 mil.

O **Empreender Paraíba** cumpriu, ainda, funções pedagógicas, ao apresentar um roteiro para a atividade empreendedora; oferecer a capacitação individual dos beneficiados, assim como os instrumentos adequados para a criação de planos de negócios. Considerando o ineditismo da atividade e a pouca experiência acumulada pelos beneficiários, o Programa foi, também, complacente. Após avaliação criteriosa de cada caso, ofereceu apoio para a renegociação das dívidas pelo Acordo Legal, permitindo acertos e a negatização dos débitos não saldados no tempo correto.

Ao final dos dois mandatos do governador Ricardo Coutinho, o atendimento do **Empreender Paraíba** tinha alcançado 202 municípios, mais de 25 mil paraibanos e cerca de 2 mil empreendedores. Foram investidos no Programa, aproximadamente, R\$ 130 milhões.

O crescimento e a expansão do Programa foram gradativos. Em 2011, 10 cidades participaram. Em 2012, esse número cresceu para 14 e, nos anos seguintes, avançou para todo o território paraibano.

O governo estadual passou a realizar a Feira de Negócios e Empreendedorismo da Paraíba (Fenemp) em várias cidades do estado. Em cumprimento à legislação, a iniciativa serviu para oferecer meios adicionais para o fomento do empreendedorismo, nesse caso, promovendo a visibilidade dos produtos e serviços, o que permitia e estimulava a criação de redes de negócios e de escoamento da produção. A proposta era o reconhecimento das potencialidades locais a partir do encontro para troca de experiências com aqueles paraibanos apoiados pelo Empreender PB.

5.1 Medindo os avanços

Coube ao Instituto de Desenvolvimento Municipal e Estadual (IDME), vinculado à Secretaria de Estado do Planejamento, Gestão, Orçamento e Finanças, fazer o estudo de impacto econômico do Programa Empreender Paraíba, usando metodologia⁹ específica para a mensuração dos resultados no campo econômico. No relatório relativo aos anos de 2011 e 2012, os profissionais aferiram o impacto em cada uma das linhas de crédito, mas, para fim de avaliação no âmbito geral, em 2011, o relatório apontou:

Os resultados indicam que, para cada real investido no projeto, o retorno para a sociedade será de R\$ 3,41. E, sob uma taxa de desconto intertemporal de 5%, mínima de atratividade, o retorno do projeto é de 241% do valor investido inicialmente.

Usando o mesmo método, a avaliação das atividades do Empreender PB, em 2012, foi:

Os resultados indicam que, para cada real investido no projeto, o retorno para a sociedade será de R\$ 3,47. E, sob uma taxa de desconto intertemporal de 5%, mínima de atratividade, o retorno do projeto é equivalente a 247% do valor investido inicialmente.

O relatório de acompanhamento do Programa foi gerado também no biênio 2013-2014. Nesse documento, constata-se uma variação nos

⁹ A abordagem metodológica utilizada foi a da elaboração de um Índice de *Performance* do Empreender PB (IPEMP) e do Cálculo do Retorno Econômico (CRE). Foram utilizadas três estatísticas de retorno econômico: Valor Presente Líquido (VPL), Taxa Interna de Retorno (TIR) e Razão Custo-Benefício.

resultados. Em 2013, o retorno do projeto foi equivalente a 524% do valor aplicado inicialmente. Para cada real investido no Programa, o retorno para a sociedade foi de R\$ 6,24. Em 2014, o retorno foi equivalente a 461%. Para cada real investido, o retorno para a sociedade foi de R\$ 5,61. Os profissionais responsáveis pelos estudos concluíram o relatório referente aos anos de 2011, 2012, 2013 e 2014, afirmando que:

Numa observação dos diversos aspectos e variáveis que compõem o referido Programa, pode-se constatar que, em todos, identificam-se os elementos positivos para a dinâmica das economias locais e regionais, notadamente, daquelas mais dependentes e fragilizadas. Por fim, esta análise apresenta o impacto e retorno econômico do Programa, constatando-se que os resultados obtidos, todos positivos para cada ano, e considerando cada um dos cenários, pode-se concluir que o Impacto do Programa Empreender-PB é positivo para a sociedade, e o seu retorno econômico também, tanto para os beneficiados como para a sociedade em geral.

É importante destacar que, numa avaliação feita pelos próprios beneficiários, se deve ressaltar que os registros expressam uma unanimidade na melhoria da qualidade de vida das pessoas contempladas pelo Programa. Alguns relatos foram feitos por pessoas que estavam desempregadas, ou subempregadas que passaram a canalizar toda sua capacidade produtiva e criativa na gerência de seus pequenos negócios, como forma de garantir o sustento de maneira digna e participativa desses pequenos empreendedores, como também de suas famílias.

Outras avaliações externas contribuem para o melhor entendimento da importância dos benefícios do Programa. Em 2014, a Paraíba era o segundo estado com maior geração de empregos do Brasil, segundo dados do Ministério do Trabalho. Em 2017, após três anos de recessão, a Paraíba manteve-se entre os cinco primeiros estados brasileiros na geração

de empregos. Entre 2010 e 2015, em relação ao PIB, o estado fechou um crescimento acumulado de 16,5%, ocupando o terceiro lugar no Nordeste em crescimento real e o sétimo lugar no País. Em 2016, foi o estado brasileiro que registrou o maior percentual de crescimento nas vendas do comércio varejista, se comparado com o mesmo período do ano anterior, 2015, segundo dados do IBGE.

Especificamente na área do empreendedorismo, dados coletados pelo IBGE, mostram que, entre os anos de 2010 e 2015, a Paraíba apresentou índices de desenvolvimento em sua taxa de empreendedorismo superiores aos da média do Nordeste e o Brasil.

5.2 Uma narrativa na primeira pessoa

Para realizarem os estudos de impacto do Programa Empreender Paraíba, 2011-2015, os profissionais do Instituto de Desenvolvimento Municipal e Estadual valeram-se de uma série de entrevistas. Transcritas, totalizam 67 páginas de histórias contadas, muitas delas são belos testemunhos de superação.

“Eu sou Ademir da Cunha de Alcântara, moro na cidade de Mamanguape. Sou taxista há 32 anos. Às vezes faço outras funções para melhorar a situação, trabalhando com comércio, com celular e outras coisas que dá para viver. Pensei no empréstimo do Empreender quando eu comprei o meu segundo carro. Estava precisando de dinheiro para botar o gás. Então, recebi informação de um amigo que o Empreender facilitava esse dinheiro. Aí eu consegui o primeiro empréstimo e coloquei o gás na AF1 e esse foi o primeiro empréstimo que fiz. Paguei antecipado, porque me ajudou muito. A despe-

sa do combustível é muito menos com gás do que com gasolina. E daí veio a segunda opção: eu comprei outro carro novo, estava sem botar gás, aí tirei o empréstimo pra botar gás e completar o segundo carro. Então, eu fiquei com um pouco de dinheiro pra despesas e pagar as mensalidades todos os meses. Eu sou taxista há 32 anos. Com esse primeiro empréstimo que eu tirei, que eu comprei o gás pra botar no carro eu tive uma economia maior, superior a 40% que era o que eu gastava e esse dinheiro passei a investir em alguma coisa melhor para mim. Eu melhorei o meu padrão de vida. Esse dinheiro me serviu pra eu economizar para comprar um carro mais novo, para eu pagar menos, diminuir as prestações dele com a entrada e usar roupas melhores, me vestir melhor, me apresentar melhor. Então, isso me ajudou muito em todos os sentidos de um cidadão pra sobreviver bem.”

“O meu nome é Alânia de Carvalho, sou médica veterinária, moro na cidade de Taperoá e trabalho há três anos no ramo da Veterinária, com vendas de ração, medicação, banho e tosa num Pet Shop. Há três anos, eu me formei como médica veterinária e iniciei a minha atividade em julho de 2012. No início era tudo muito difícil, isso porque a gente queria expandir, comprar mais mercadorias, mas não tinha condições de fazer isso. A gente foi comprando, investindo no nosso negócio com produtos e serviços, até ter conhecimento do Empreender, que é um financiamento de crédito. Eu me inscrevi e recebi o primeiro empréstimo, que proporcionou, para mim, expandir os meus serviços. Eu utilizei matéria-prima e comecei a comprar medicação a menores preços, tendo em vista que eu paguei em dinheiro e investi em medicação e produtos. Então, como comprei mais barato as mercadorias, pude usar um maior investimento na ampliação do meu negócio. E, agora, na segunda vez, fiz

de novo o segundo empréstimo. O empréstimo é para investimento também em matéria-prima, para poder aumentar ainda mais o leque de produtos. Quando eu adquiri o empréstimo, a gente investiu em novos produtos; conhecemos uma maior variedade de produtos, e aumentou a minha variedade e, com isso, aumentaram as vendas. A gente foi comprando mais e aumentando a variedade. O pessoal gostou, e ficou cada vez mais comprando, e o negócio foi ficando melhor. O curso do Empreender me ajudou muito a saber como a gente vai empregar o dinheiro que a gente recebe. Com isso, ele ajuda a gente a investir em mercadoria, os caixas de compra e venda, e ajuda a gente a saber usar o dinheiro, para não empregar de forma errada. Depois do empréstimo do Empreender, a gente cresceu muito, a gente pôde se mudar do local que a gente usava há dois anos – a gente trabalhava num local bem pequeno e, no ano passado, a gente pôde se mudar para um local maior. Pude colocar um consultório, pude ampliar a linha de Pet Shop que a gente não tinha antes, ampliar a linha de ração para cavalos.”

“Meu nome é Ana Lúcia, moro aqui em Juru, há quatorze anos, e tenho o meu salão. Sou cabeleireira e conheci o Empreender aqui mesmo na cidade. Teve um treinamento no qual participei e gostei da proposta e fiz o empréstimo. Em seis meses, eu paguei. Não paguei juros e gostei. Investi em cosméticos e hoje trabalho por conta própria. Deu certo e recomendo. Ele deu porque eu comprei à vista, tive um desconto maior e facilitou, porque, se eu fosse comprar pra dividir, ia pagar mais, o desconto ia ser menos, e eu comprando à vista foi mais. Então facilitou.”

“O meu nome é Anderson Cleitom Diniz Oliveira, moro na cidade de Brejo dos Santos, eu sou técnico de informática. Trabalho com isso

há mais ou menos uns três anos. Conheci o Empreender vendendo roupas e *lingeries*. Só que achei melhor mudar de ramo por causa da minha formação, que eu tenho o técnico em informática, o curso técnico, e isso facilitou bastante para eu mudar nessa nova área que eu escolhi. Eu fiz o Empreender duas vezes. Fiz a primeira e renovei. Conheci o Empreender através de um amigo da cidade de Catolé do Rocha. Ele me indicou, disse as vantagens, a taxa de juros que era bem baixa, aí eu vi nisso uma ótima oportunidade, né, um ânimo a mais no meu negócio. Eu acho que a vantagem principal do Empreender é que ele oferece uma taxa de juros muito baixa, além da carência pra começar a pagar, e isso me ajudou muito, porque eu não tinha condições financeiras muito boas e, com ele, eu tive a oportunidade de ter um capital. Hoje, o meu negócio se encontra em outro patamar, pois, devido aos recursos que eu adquiri com o Empreender eu pude comprar peças de computador, comprar até mesmo computadores novos para vender, e isso me ajudou muito.”

“Eu sou Antônio Judivan de Sousa, moro em Casserengue. Eu era motorista de ônibus. Faz dois anos que eu abri essa oficina e conheci o Empreender através de outras pessoas que foram fazer o curso. Eu fui juntamente com outras pessoas fazer o curso em Bananeiras. Então, eu fiz o primeiro empréstimo, investi e cresci. Eu estava precisando de capital de giro. Então, eu paguei. Já saiu o outro, e graças a Deus ampliei mais ainda. Já estou me preparando para pagar; e, com certeza, sai o outro, e vou aumentar a minha oficina cada vez mais. Quem quiser fazer vá atrás do Empreender que dá certo.”

6 De uma estrada a outra, o fim do isolamento: Os caminhos da Paraíba

Quem estava isolado, lá do outro lado, recebeu atenção.

Ela veio de caminhão, carro pequeno,
carro grande, ambulância e avião.

Chegou pelo duto, pendurada, ou pelo fio da internet.

Veio pela estrada e chegou primeiro,
trazendo água, luz e alegria, por que não.

O asfalto abriu caminho, consolidou trajetos,
diminuiu distâncias.

O que era longe, não é que parece perto!

Em um estado que tem praia, tem Sertão,
tem Cariri e Seridó.

Tem também educação, saúde e
oportunidade sem fazer dó.

Foi a estrada que levou gente, criou trabalho,
escancarou possibilidade.

Agora, o povo vai, o povo vem,
e a Paraíba está muito além.

O paraibano Alissom Pereira⁹, empresário do setor imobiliário, quando teve a chance, ressaltou que o Programa Caminhos da Paraíba, ao pavimentar estradas, expandiu novos horizontes no estado. Aqueles que até então lutavam para sobreviver, começavam a sonhar em se desenvolver. Era, de fato, a transformação do indivíduo economicamente passivo em sujeito ativo.

Ronaldo Vital, então presidente da Associação e da Colônia de Pescadores do Açude Cordeiro, na mesma oportunidade, afirmou que o Caminhos da Paraíba o colocou, a ele e seus pares pescadores, no mapa do estado. A ausência da malha viária, até então, dificultava o escoamento da pesca, deixando a todos vulneráveis economicamente. A facilidade em ir e vir reduziu os custos da operação de venda entre 30% e 40%, o que reanimou o setor. O peixe pescado passou a ter comprador certo levado pelas novas ou antigas estradas recuperadas pelo Programa.

“Um lugar do outro ficou distante uma ‘carreirinha’”, como disse um paraibano.

Pelas estradas que passam os caminhões, passam também a ambulância e o ônibus escolar. Até a perua Kombi, com o teatro mambembe, começou a passar.

Quando assumiu o governo, em 2011, Ricardo Coutinho sabia que o investimento na ampliação da malha viária paraibana era meta basal para viabilizar o projeto de transformação e modernização do estado. Não somente apoiado na proposta de desenvolvimento econômico, mas com atenção à necessidade de promover a inclusão, a valorização da autoestima da população geograficamente assentada em territórios longínquos.

O **Programa Caminhos da Paraíba**, desenvolvido pelo Governo do Estado, ficou entre os seis projetos escolhidos para concorrer na 4ª edição

⁹ Vídeo de divulgação do Programa Caminhos da Paraíba, disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=B8C8R5OqANQ>. Acesso em: 7 fev. 2020.

Rodovia da reintegração. Interligou seis cidades do sertão.
Foto: Acervo Memorial Ricardo Couitinho, 2020.



do Prêmio Excelência em Competitividade - Destaque Boas Práticas, realizado pelo Centro de Liderança Pública. O reconhecimento da premiação externa reflete a satisfação do paraibano atendido pelo programa.

Em 2011, o diagnóstico apresentado pelo Departamento de Estradas de Rodagem da Paraíba (DER-PB), órgão responsável pela gestão do Sistema Rodoviário Estadual, era o pior possível. Reverter a realidade não seria fácil. Historicamente, eram muitos anos sem qualquer investimento no setor. A prática política no estado mostrava evidências de que a atenção só era destinada às grandes cidades, com concentração expressiva de eleitores. Um programa como o Caminhos da Paraíba, a fim de cumprir a missão para a qual estava sendo criado, teria que atender às pequenas localidades, incluindo os municípios com menos de cinco mil habitantes.

Alguns agentes políticos mais próximos ao governador até questionaram a decisão. Mas Ricardo Coutinho estava convencido de que esse era o certo a fazer. E assim aconteceu.

O projeto de dotar o estado de uma das melhores logísticas de transporte da Região Nordeste, com rodovias novas e renovadas, bem sinalizadas e que proporcionassem aos paraibanos, em geral, a segurança de uma vida melhor e com perspectiva de crescimentos social e econômico, de modo sustentável, começou com o diagnóstico da situação.

Rapidamente, os técnicos apresentaram um relato com a identificação das 54 cidades que estavam isoladas: Lastro, Congo, Poço José de Moura, Pedra Branca, São Domingos de Pombal, Aguiar, Frei Martinho, Igaracy, Caldas Brandão, São José de Caiana, Livramento, Salgadinho, São Sebastião do Umbuzeiro, Santana dos Garrotes, Riacho de Santo Antônio, Casserengue, Areia de Baraúnas, Camalaú, Lagoa, Matinhas, Tenório, Cacimba de Areia, Quixaba, Serra Grande, Mato Grosso, Curral Velho, Mãe D'água, São José de Espinharas, Amparo, Gado Bravo, São José do Brejo do Cruz, Joca Claudino, Poço Dantas, São José dos Cordeiros, Vista Serrana, Algodão de Jandaíra, Cacimbas, Bernardino Batista, Nova Olinda, Coxixola,



Acima, estrada de acesso a Coxixola. Abaixo, Frei Martinho.
Fotos: Acervo Memorial Ricardo Coutinho, 2020.



Parari, São João do Tigre, Passagem, São Domingos do Cariri, Olivedos, Sossego, Barra de São Miguel, Santo André, Santa Cecília de Umbuzeiro, Santa Inês, Vieirópolis, Caraúbas, Natuba e Carrapateira.

O passo seguinte foi criar uma rede de atores políticos, com o envolvimento de todos os setores e programas afins. O Orçamento Democrático servia de base para ranquear por onde começar e qual ordem de atendimentos adotar. A concentração e coordenação de forças e estruturas do governo estadual foram essenciais para cumprir o plano e operacionalizar a entrega das benfeitorias necessárias para as 233 cidades da Paraíba.

A população das 54 cidades somava mais de 230 mil paraibanos, que sofriam diretamente com a inexistência de políticas públicas de infraestrutura. As demandas eram bem conhecidas. A meta era anunciar, ao final de oito anos, o fim definitivo do isolamento. E Ricardo Coutinho orgulhava-se em dizer que cumpriu essa importante meta.

Ao final dessa empreitada, 2.581,3 quilômetros de estradas foram pavimentados e/ou recuperados, com um investimento de aproximadamente R\$ 1,4 bilhão. Em 436 anos de história, a Paraíba concentrou um total de 2.456,7 quilômetros de estradas pavimentadas. Em oito anos, o governo do PSB de Ricardo Coutinho mais do que dobrou essa extensão; em um ritmo que exigiu, em média, a pavimentação ou recuperação de 322,55 quilômetros por ano.

Na relação das inúmeras rodovias pavimentadas e restauradas pelo Governo do Estado, destaca-se a pavimentação da maior obra rodoviária dos últimos 30 anos na Paraíba: o Anel do Cariri. Com uma extensão de 204,1 quilômetros, nos quais foram investidos R\$ 114.673.355,80, a obra promoveu a integração de mais cinco municípios do Cariri paraibano: São João do Tigre, Camalaú, Congo, Caraúbas e São Domingos do Cariri.

Outra extensa e importante rodovia pavimentada pelo Governo do Estado foi a PB-228, denominada Rodovia da Reintegração. Com 84,3 quilômetros, a obra permitiu a interligação dos municípios de Assunção,



Estrada de acesso ao município de Lastro. Foto: Acervo Memorial Ricardo Coutinho, 2020.

Salgadinho, Areia de Baraúna, Passagem, Quixaba, o Entroncamento com a BR-230 e o acesso a Cacimba de Areia. A obra incluiu a restauração e a adequação da capacidade do Entroncamento da BR-230, ligando-a à cidade de Assunção, por meio de um trecho pavimentado de oito quilômetros. O investimento total foi de R\$ 69.737.680,40. Trata-se de uma rodovia com o mesmo padrão técnico de uma rodovia federal.

O **Programa Caminhos da Paraíba** também executou obras importantes de mobilidade urbana, a exemplo do Trevo das Mangabeiras, considerada a mais importante obra de mobilidade urbana do Governo estadual em João Pessoa. Com investimentos de R\$ 25.708.109,29, recursos do Tesouro do Estado, a intervenção resolveu, em definitivo, um velho problema de engarrafamento existente na entrada do Bairro de Mangabeira e de fluxo viário em seu entorno.

Viaduto do Geisel. Foto: Acervo Memorial Ricardo Couitinho, 2020.



Estrada de acesso ao município de Algodão de Jandaira.
Foto: Acervo Memorial Ricardo Couitinho, 2020.



7 Água para quem precisa de água. O fim da crise hídrica

A falta d'água no Nordeste é uma realidade culturalmente conhecida em todos os quadrantes do País. As cenas com mulheres, homens e crianças vestindo roupas sem colorido, carregando latas na cabeça para buscar água em lugares longínquos, fazem parte do imaginário popular. A imagem dramática quase se naturalizou como representação irremediável do sertão nordestino. Pôr fim a essa associação simbólica perversa é tarefa cultural e civilizatória de longuíssimo prazo. Mas, resolver o problema da crise hídrica da Paraíba, com investimentos prioritários em políticas públicas estruturantes e continuadas, era um plano detalhadamente estruturado no interior do governo socialista. A proposta era garantir segurança hídrica para os próximos 30 anos.

Todas as iniciativas planejadas desempenharam papel decisivo para o sucesso da empreitada; do fortalecimento das relações com o governo

federal, para acelerar as benfeitorias da transposição do Rio São Francisco, até a recuperação financeira da Companhia de Água e Esgotos da Paraíba (Cagepa). Sobre o desempenho gerencial dessa empresa pública, aliás, o governador deixou claro o seu diagnóstico crítico: “A companhia nunca tinha dado superávit. Como alguém, que tem o monopólio, que vende algo que todo mundo tem que consumir, só dá prejuízo? Somente em 2016 conseguimos inverter, tivemos R\$ 19 milhões de superávit. Em 2017, esse valor subiu para R\$ 65 milhões. Em 2018, apertou um pouco, mas superamos os R\$ 100 milhões de superávit. A companhia voltou a investir. Esse dinheiro foi usado para fazer as obras, fazer adutoras, gerar segurança hídrica. A Cagepa é responsável por várias obras que foram discriminadas pelo governo federal, como as adutoras de Ema, de Monte Horebe, de Carrapateira, de Piancó. Todas estavam dentro do escopo da União. Isso tinha sido acertado lá atrás, mas foi cortado. E a gente teve que fazer, e com recursos próprios.”

Tabela 7. Fluxo dos recursos da Cagepa

| 2010 | 2011 | 2012 | 2013 | 2014 | 2015 | 2016 | 2017 |
|---------------|---------------|---------------|---------------|---------------|---------------|---------------|---------------|
| 436.303.482 | 466.794.676 | 535.871.817 | 579.881.650 | 605.613.976 | 652.352.241 | 827.143.183 | 840.451.215 |
| (488.151.072) | (481.435.731) | (541.395.425) | (585.649.436) | (613.895.142) | (682.629.545) | (807.360.097) | (774.664.455) |
| (51.848.590) | (14.641.055) | (5.523.608) | (5.757.786) | (8.281.166) | (30.277.304) | 19.783.086 | 65.786.760 |

Fonte: Cagepa, 2017.



Para reverter a situação deficitária da Cagepa, foi necessário renegociar suas dívidas com sete bancos; atingir a regularidade fiscal tributária, já que a empresa estava com os registros negativados nas várias fontes; organizar o controle de fluxo de caixa com revisões dos contratos existentes; promover o pregão eletrônico; criar as atas de registro de preços e negociar com os fornecedores para colocar os pagamentos em dia. O governo informatizou 72% das agências locais e acertou as distorções na folha de pagamento, colocando tudo em dia.

A arrecadação da empresa – que era de R\$ 347,34 milhões, em 2010 –, após a regularização, passou para R\$ 773,34 milhões, em 2017. Com um incremento de R\$ 426.285,00 na receita, a Cagepa registrou um crescimento de 122,72%. Vale registrar que esse salto de qualidade não resultou de aumentos dos valores das tarifas, ainda que também elas tenham sido objeto de rearranjos e revisões. Os novos patamares alcançados foram decorrentes da reorganização das relações empresa/cliente; da inclusão de novos beneficiários no serviço e da cobrança qualificada e criteriosa das tarifas.

Uma importante situação adversa ao projeto do governo estadual foi a crise hídrica ocorrida no País. Entre 2010 e 2017, a Paraíba enfrentou muitas dificuldades. Esse foi considerado o período mais seco da história do estado, especialmente nas regiões do Sertão e do Cariri.

O problema intensificou a necessidade de investimentos na área e consolidou a certeza do governador de que o enfrentamento da crise hídrica era uma emergência política do estado. A falta de recarga do aquífero, a evaporação e a continuidade do consumo levaram os reservatórios e açudes aos seus pontos mais baixos de capacidade de reserva, o que pôs em situação de colapso os sistemas de abastecimento de água potável.

Não se tratava de reproduzir as práticas do passado, baseadas em soluções temporárias, paliativas. O desafio era projetar soluções estratégicas de longo prazo. O governo voltou-se, assim, para o planejamento

continuado e o investimento em obras estruturantes que garantissem a segurança hídrica por um período de pelo menos vinte anos, capazes de preparar o estado para outros ciclos de forte seca.

A Paraíba não venceria aquela crise sem o projeto de Transposição do Rio São Francisco. Esse era o elemento principal e norteador da estratégia traçada pelo Governo estadual. O Eixo Leste da obra, iniciativa do Governo Federal, garantiria a chegada da água aos municípios da Região do Cariri – entre Monteiro e Cabaceiras. A transposição desse eixo foi concretizada em 2017.

O São Francisco passou a garantir a água doce e o Governo da Paraíba assegurou o acesso da população à água potável, por meio de obras como adutoras, elevatórias, açudes, estações de tratamento, rede de distribuição e garantia de qualidade da água fornecida. Essa foi a equação definida e executada; a decisão política que pautou toda a ação da gestão pública no estado.

Com 23 quilômetros de adutoras, um reservatório elevado, a duplicação da estação de tratamento de água, um reservatório apoiado de 5.000 m³ e o suporte amplo de automação, o Sistema Adutor Translitorânea reforçou a oferta de água dos sistemas existentes de Gramame e Maré.

A primeira etapa beneficiou as populações de João Pessoa, Cabedelo, Bayeux e o bairro Várzea Nova, em Santa Rita. A segunda estendeu a oferta dos serviços para os municípios de Conde, Alhandra e Caaporã. Mais de um milhão de pessoas foram atendidas pela nova estrutura.

O **Sistema Adutor TransParaíba** fará a água chegar às regiões do estado pelo açude de Boqueirão e passará a atender a aproximadamente 250 mil pessoas, que viviam em 23 cidades de uma região considerada a mais seca do estado: Curimatau e Seridó. A obra foi iniciada em 2017, com estimativa de valor a ser investido superior a R\$ 200 milhões. Para garantir a continuidade e conclusão do sistema adutor, o governador Ricardo Coutinho deixou em caixa, o recurso financeiro e orçamentário próprio do estado.

O Governo estadual investiu em instalação de canais; consolidou os

sistemas de adutoras, promoveu o abastecimento de água potável, qualificou a rede de esgotamento sanitário, e investiu em obras de drenagem urbana. O montante destinado reflete a especial atenção dada ao setor pelo governo do PSB.

Uma iniciativa de impacto do governo de Ricardo Coutinho nessa área, foi o investimento em captação superficial de água e automação do sistema de abastecimento e esgoto em Campina Grande. O município certamente entraria em colapso sem essa benfeitura de infraestrutura hídrica. Com o serviço foi possível reduzir a interferência humana em atividades que passaram a ser programadas. Além de diminuiu o desperdício e as ocorrências de falta d'água, o investimento vem garantindo economicidade. Campina Grande, até 2018, era a única cidade do Nordeste com o sistema de abastecimento automatizado.

Alguns programas foram criados para viabilizar a logística e possibilitar a descentralização das práticas do Governo. O **Programa Água para Todos** foi um deles. Com a meta de ampliar a renda familiar dos produtores rurais, o programa buscou garantir o amplo acesso à água para as populações rurais dispersas e em situação de extrema pobreza, fosse para o consumo próprio ou para a produção de alimentos e a criação de animais, o que, adicionalmente, poderia colaborar com a geração de excedentes comercializáveis.

Com o investimento de R\$ 33,7 milhões no Programa Água para Todos, o estado, em parceria com o Governo Federal, atendeu a 92 municípios com obras de melhorias ou criação de sistemas locais de abastecimento de água.

Também em parceria com o Governo Federal, sob a coordenação do Ministério do Meio Ambiente (MMA), em conjunto com instituições federais, estaduais e organizações da sociedade civil, o Programa Água Doce viabilizou a instalação de sistemas de dessalinização e potabilização de água em 64 localidades. O investimento foi de R\$ 5,3 milhões.

O índice de atendimento da demanda por água em todo o estado oscilou ao longo dos oito anos das duas gestões, o que refletiu as condições do clima e os efeitos das políticas públicas implementadas. O maior pico de oferta foi em 2014, quando ainda era possível fornecer água pelos sistemas de abastecimento existentes. Entre 2014 e 2016-2017, o índice retrocedeu quase ao patamar de 2011. Não por redução de sistemas ou de sucateamento de redes, mas simplesmente pela falta d'água, o que levou a racionamentos e até mesmo à suspensão de faturamento. A recuperação do nível d'água, viabilizada pela transposição do Rio São Francisco e pelo fim do ciclo da seca, propiciou, já no início de 2018, a melhoria do índice.



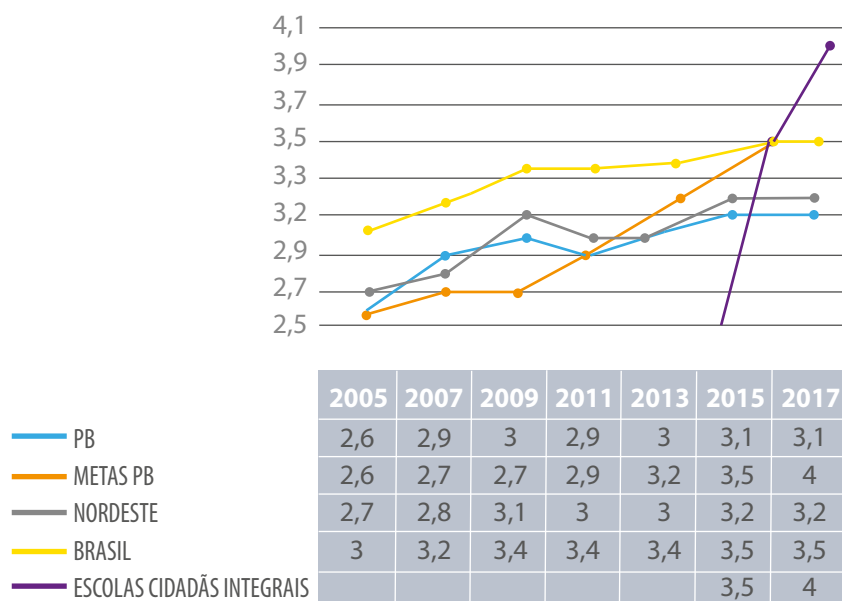
Barragem Nova Camarah em Alagoa Grande.
Foto: Acervo Memorial Ricardo Coutinho, 2020.

8 Uma revolução na educação pública do estado

Revolução pode parecer um termo extremo, carregado de intencionalidade retórica, mas nenhuma outra palavra caberia melhor para descrever o conjunto de propostas defendido e aplicado no Estado da Paraíba, na área da Educação Pública, entre 2011 e 2018. E, claro, esse não foi um período somente de vitórias. Afinal, a aferição dos resultados para avaliação das políticas implantadas no campo social, pertinente à elevação do capital humano e da qualidade de vida, não se dá em curto espaço de tempo. Por isso, ao analisar os Índices de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb), a Paraíba ainda transita em linha logo abaixo da prospectada pelo Governo estadual. Entretanto, há duas conclusões iniciais indiscutíveis: a primeira é a de que tudo o que foi feito haverá de repercutir no tempo certo; a segunda refere-se à certeza de que, sem o que foi realizado, nenhuma mudança ou reforma se sustentaria.

Ainda assim, avaliando o Ideb em sua versão recortada por período, é possível observar, conforme o Gráfico 8, um crescimento de 6,9% na avaliação do Ensino Médio, entre os anos de 2011 e 2017. As Escolas Cidades, sobre as quais detalharemos mais a seguir, estão acima das médias do Nordeste e do Brasil.

Gráfico 8 - Evolução do Ideb do Ensino Médio: Paraíba



Fonte: SEE-PB a partir de dados do Ideb/2018.

Os resultados das políticas adotadas entre 2011 e 2018 podem não ser absolutamente visíveis, por causa, também, do trágico estado em que se encontrava o sistema de Educação em 2010. O que significa afirmar que muito do investimento de esforço intelectual, articulação política e financiamento foi para resolver problemas há muitas décadas enraizados no estado.

A situação da rede, em janeiro de 2011, era alarmante. Entre as 1.036 escolas, era possível constatar uma mesma unidade com dois endereços, sendo contabilizada como duas escolas; ou observar que o endereço da escola era o mesmo da casa de sua diretora; ou, ainda, que uma escola se mantinha estruturada com somente três alunos matriculados.

Promover a reordenação das escolas não foi uma política simpática. O governo estava se movendo no sentido contrário ao do interesse da maioria para atender a uma maioria que sequer estava atenta ao problema. Fechar escolas e redirecionar alunos para outras unidades como uma ação

menor, dentro de um macro programa de reestruturação da rede estadual de educação, foi um tema de difícil aceitação. A imprensa fez cobertura tendenciosa da questão, ao afirmar que o Governo estava fechando escolas em vez de abrir novas unidades. A abordagem politizada omitiu ou negligenciou informações sobre as causas, as estratégias e os objetivos da ação governamental.

Escolas foram fechadas, sim. E essa era a política correta naquele momento de reestruturação da rede. Nenhum estudante da Paraíba, até então matriculado, ficou sem vaga nas escolas públicas.

Considerando que a Rede Estadual de Ensino abrange todos os municípios paraibanos, foi preciso empenho para diagnosticar a realidade das várias regionais e o reconhecimento criterioso das demandas. A equipe da Secretaria de Estado da Educação (SEE) adotou um modelo de visitas, abrindo as portas para o diálogo em agendas comuns e específicas com o Orçamento Democrático (OD) mantido pelo Governo do estado, conforme abordagem constante do capítulo 4.

Além do debate promovido nas escolas sobre o projeto político externo à unidade, o Governo também reforçou o debate interno, por meio do Plano de Desenvolvimento das Escolas (PDDE). A destinação de todos os recursos repassados pelo PDDE Federal e pelo PDDE da Paraíba era discutida com a comunidade escolar em assembleias.

A SEE está presente em toda a extensão do território paraibano. Essa dimensão exigia estratégias criteriosas de gestão. Uma delas foi o modelo de cooperação que aproximou o Governo do estado dos municípios, seja na administração do transporte ou da alimentação escolar seja no repasse de recursos para aquisição de bens, reformas ou ampliações. Anualmente, eram firmadas centenas de parcerias aproximando o estado dos municípios. Por meio dos mais de três mil convênios assinados, foram viabilizadas as compras de 850 ônibus e 15 mil bicicletas com equipamentos, por exemplo.

Muitas iniciativas organizadas em projetos e programas foram realizadas pela SEE-PB, com destaque para a qualificação da infraestrutura, a atenção ao projeto de formação dos professores e melhoria das condições de trabalho, no primeiro mandato, e o fortalecimento de modelos pedagógicos, no segundo. Não poderia ter sido diferente. Embora o projeto sempre tenha visado ao incremento da rede, com a oferta de escola integral, era impossível pensar nisso, entre 2011 e 2014. As unidades escolares não apresentavam estrutura bastante para receber o estudante em dois turnos. Não tinham salas adequadas, refeitórios e nem mesmo banheiros suficientes.

Era premente a necessidade de vencer o problema do analfabetismo no estado. As contrapartidas solidárias propostas no Pacto pelo Desenvolvimento Social da Paraíba (capítulo 3) já estavam fomentando as demandas nas gestões municipais, mas o governo tinha que avançar exponencialmente. A SEE-PB aderiu a todos os programas federais de alfabetização e criou os seus próprios planos, mantendo o tema em todas as ramificações da gestão. Como foi o caso da atenção dada à população carcerária.

A partir de 2011, foi desenvolvida uma série de iniciativas e escutas que resultou na produção do Plano Estadual de Educação nas Prisões da Paraíba. O Plano, que é entendido como parte de um esforço para melhorar a organização da oferta de educação no sistema prisional, partiu de um detalhado diagnóstico das condições de ensino no sistema.

A Educação de Jovens e Adultos (EJA), composta por aulas regulares que abrangem os níveis de alfabetização, para alunos do 1º ao 4º anos, e para alunos do 5º ao 8º anos, alcançou 10.447 matrículas, entre 2011 e 2017. O detalhe para a real valoração desse quantitativo é que, em 2011, somente 150 detentos estavam matriculados em um curso de EJA; já em 2012, esse número subiu para 1.433, mantendo-se sempre acima de mil alunos matriculados; tendo alcançado, em 2017, a marca de 1.923 matrículas.

A certeza que norteou o governo em 2011 foi que o avanço do estado não ocorreria sem que fossem realizadas mudanças estruturantes na área

da Educação, o que requeria medidas ousadas, como o aumento contínuo de investimentos na área. Com base nos valores de 2010, o governo de Ricardo Couitnho mais do que quadruplicou o investimento em Educação. Oito anos depois, o orçamento girava em torno de R\$ 1,4 bilhão.

Em termos de infraestrutura, foram construídas 58 novas escolas, realizadas 500 obras de reforma e adequação, totalizando 3.095 novas salas de aula. Acoplados às unidades escolares, foram construídos 20 novos auditórios e nove reformados.

Houve uma atenção especial do governo para a qualificação dos espaços escolares esportivos, 58 novas edificações de ginásios de esportes e 50 receberam benfeitorias.

Depois de muitos anos sem concurso público para contratação de profissionais da educação, o governo realizou e imediatamente contratou 4.040 professores, 3.180 técnicos e 194 professores de concursos anteriores.

Para motivar o profissional, promoveu-se a reestruturação da carreira com a valorização das titulações de especialistas, mestres e doutores; o cumprimento do piso salarial; o respeito à data-base e a concessão de aumentos salariais anuais; a instituição da Bolsa Avaliação de Desempenho e da Gratificação de Hora-Atividade Complementar; o pagamento do 14º e do 15º salários baseado na qualidade dos resultados.

A oferta de melhores condições de trabalho para os profissionais da educação sempre esteve na pauta do Governador. “Para equacionar a renda familiar, muitos professores atuavam em outros postos de trabalho. A educação de período integral mexeu nesse cenário. Atualmente, não se tem mais nenhuma resistência, como em 2016, no início da implantação do projeto. Alguns estudantes se levantaram contra, por desconhecimento, naturalmente, e, também, por causa do clima que foi criado dentro da escola. Agora, eles são completamente favoráveis.”

Em 2010, os profissionais identificados como Classe A Nível 1 recebiam um salário no valor de R\$ 926,16. Em 2018, essa mesma categoria

passou a receber R\$ 3.076,06. Já os vinculados à Classe E Nível 1 recebiam, em 2010, R\$ 1.250,32 e, em 2018, R\$ 4.503,65.

Com o objetivo de aplaudir as boas práticas em sala de aula e jogar luz em experiências exitosas na gestão das escolas, o Governo criou duas categorias de prêmio: o Mestres da Educação, que propunha o reconhecimento de iniciativas inovadoras dos educadores, e o Escola de Valor, premiação feita a partir do sucesso de iniciativas promovidas nas escolas.

Na primeira edição dos prêmios, em 2011, foram agraciados 126 professores. O número só cresceu. Entre boas iniciativas, foram escolhidos projetos de interatividade entre escola e comunidade; de interdisciplinaridade, com professores de várias áreas; de exemplos de cidadania; de comprometimento com causas sociais e culturais; entre outras práticas.

Com a rede redimensionada e a valorização do corpo profissional em andamento, a prioridade passou a ser a requalificação da infraestrutura escolar. Nesse sentido, foram construídas 58 novas unidades de ensino. Somando-se as reformas e adequações, foram executadas 500 obras. No total, o estado passou a contar com mais 3.095 salas de aulas, nesse período. Adicionalmente, foram construídos 59 novos ginásios esportivos. Vinte escolas passaram a contar com novos auditórios, além dos nove mais antigos, que foram reformados. Muitas ações promovidas nos municípios foram viabilizadas a partir do Pacto pelo Desenvolvimento Social da Paraíba já descrito no capítulo 3.

Concentrado na criação de políticas que motivassem e assegurassem a permanência dos alunos nas escolas, o Governo destinou mais atenção para a qualidade na merenda escolar. Uma das ações foi a de aproximar do comprador o fornecedor dos produtos-base da alimentação. Com o fomento à Agricultura Familiar, houve a natural elevação da qualidade da alimentação servida nas escolas. Comprometido com o fortalecimento e a consolidação desse vínculo novo entre os pequenos produtores e as escolas, em 2011, o Governo destinou R\$ 2,6 milhões para compra de hortifrutigranjeiros

diretamente dos produtores familiares. Em 2016, o valor destinado à Agricultura Familiar foi de R\$ 6,1 milhões.

Com as escolas sendo requalificadas, os professores motivados e os estudantes bem atendidos, tratava-se, então, de aprimorar o sistema de avaliação. Em 2012, o governo criou o seu próprio instrumento de aferição da aprendizagem. O Índice de Desenvolvimento da Educação da Paraíba (Idepb), desde então, é aplicado anualmente e serve para orientar a elaboração do Plano de Metas das Escolas.

Outro recurso inexistente em 2011, que o Governo se empenhou para oferecer à rede de ensino do estado, foi o acesso aos recursos de tecnologia da informação. A SEE-PB implantou um sistema de informatização dos processos pedagógicos, com o objetivo de reunir os dados da Educação em uma única base digital. Com as informações organizadas pelo Sistema Saber, a secretaria passou a identificar e avaliar as especificidades das escolas, dos municípios e das regionais. Desse modo, passou a poder conjugar as ações gerais com as demandas específicas de cada unidade ou região. Agilizou processos, como os de matrícula e de entrega de uniformes e materiais didáticos; estabeleceu padrões a partir dos relatos e diagnósticos a respeito das estruturas físicas das escolas; e criou um canal eficiente de comunicação entre os profissionais da educação e a base gestora.

Antes da implantação da plataforma Saber, quando tudo se dava ainda em formulários de papel, a secretaria divergia sobre o número total de escolas ativas e o total de matrículas de alunos. A equipe gestora da pasta não reconhecia as necessidades das escolas por materiais e sequer conseguia acertar na compra dos uniformes, porque não tinha clareza sobre o perfil do alunado. Em 2018, todas as 659 escolas estaduais estavam inseridas na plataforma Saber; 100% das matrículas eram realizadas no modelo digital, e a exatidão dos números referentes aos 339.843 alunos permitia a tomada de decisões efetivas, o que resultava na agilidade dos

processos de gestão e na economicidade no uso dos recursos públicos.

Ainda com a perspectiva de promover conexões de professores e alunos com os novos recursos da tecnologia da informação, o governo investiu mais de R\$ 28 milhões na compra de 61 mil *tablets*, que foram distribuídos para os alunos do 1º ano do Ensino Médio e seus respectivos professores.

A oferta não teria produzido os resultados pretendidos, caso seu público-alvo não fosse capacitado para fazer o uso adequado do equipamento. Uma parceria com a Universidade Federal da Paraíba (UFPB) possibilitou o treinamento dos educadores. No total, 3 mil professores, em todo o estado, participaram dos Cursos de Introdução à Informática.

Com o objetivo de estimular o estudo de conceitos multidisciplinares, abrangendo conteúdos como Física, Matemática e Geografia, o Governo do Estado investiu recursos próprios na montagem de 413 Laboratórios de Robótica, distribuídos para as escolas de Ensino Médio das 14 Gerências Regionais de Educação. Os novos laboratórios possibilitavam aos professores organizar projetos lúdicos, gerando situações de aprendizagem e possível desenvolvimento cognitivo, principalmente nas áreas das ciências exatas, da natureza e matemática.

Foram instalados 513 laboratórios de informática fixos e 100 móveis; 184 laboratórios de ciência e 38 impressoras 3D. O estímulo prosseguiu em 2017 com a instalação nas escolas de 422 lousas digitais, além de 17 mil *notebooks*, 902 impressoras e 104 *tablets*, estes destinados aos educadores.

Para qualificar o trabalho dos profissionais da SEE, também houve investimento na aquisição de novos computadores. Foram 1.016 para as sedes das gerências regionais e outros 3.684 para os setores administrativos das escolas. Os computadores passaram a ser fundamentais, diante do novo modelo de gestão da informação, feito pela **Plataforma Saber**.

8.1 Um novo modelo de escola para um novo estado

Em entrevista para apresentar os resultados de sua gestão, em 2018, o governador Ricardo Coutinho refletiu sobre os avanços na área da Educação alcançados no estado. “A gente entregou a gestão com 30% das escolas da rede estadual de ensino médio atuando em período integral. Foi um salto muito grande, porque não existia. Essa política começou em 2016, somente depois de muitos outros investimentos. Deixamos prontas mais 50 escolas. No total, foram cem escolas com o turno integral. Não só ampliamos a jornada. Na verdade, o que passou a ser desenvolvido nessas escolas foi um modelo pedagógico diferenciado. É a construção de um projeto de vida que, talvez, seja o mais importante de tudo. Estamos dando luz para a juventude paraibana. Para esses jovens se orientarem nesse mundo de tantas contrariedades. Não cabia mais, na Paraíba, uma escola só para fornecer diploma. Um diploma que pouco servia. Essa mudança de conceito sofreu resistência, no começo, principalmente entre os professores. E isso é complicado, porque não se pode mudar nada na educação sem o professor. Para ganhar essa disputa, tivemos que fazer as pessoas compreenderem que esse sistema era o melhor para os estudantes. Tivemos que gastar muita energia para vencer esse obstáculo, porque, em nossa crença, esse era o melhor caminho para a juventude paraibana. Então, a questão tornou-se inegociável. Não negocio o que é um direito das pessoas. Percebemos uma acomodação, que fecha as pessoas para qualquer tipo de mudança. Por isso foi tão difícil implantar o projeto de escola integral”.

Comprometido com a garantia e o avanço da oferta de educação em período integral, como recomendado pelo Plano Nacional de Educação, o Governo de Ricardo Coutinho criou o projeto de Escolas Cidadãs Integrais

(ECIs). A iniciativa evoluiu com o aporte da formação técnico-profissional. Mediante a ampliação e a adequação de estruturas preexistentes para a adoção do período integral, o governo criou as Escolas Cidadãs Técnicas Integrais (ECITs).

Para viabilizar o ambicioso projeto, foi necessário muito esforço de articulação, de arranjos e convencimento. Após um ano de preparação da estrutura física, adequação das matrizes curriculares, acordos com diretores e professores, remanejamento de estudantes, as ECITs abriram suas portas. Para a Paraíba, era um novo ciclo socioeducacional se iniciando.

Nesse novo modelo escolar, o período letivo tem a duração diária de 9 horas e 30 minutos, com refeições incluídas (almoço e lanche). Nesse espaço de tempo, além de estudar as disciplinas obrigatórias, os estudantes podem escolher matérias para enriquecer o currículo, como música, teatro, cinema, empreendedorismo e fotografia. Também é possível ingressar em clubes juvenis, como o jornal da escola, a rádio da escola, entre outros.

Esse modelo, construído a partir dos conceitos de formação autônoma, competente e solidária, tem como base o projeto de vida do estudante. Apresenta um currículo diversificado e com organização curricular flexível. O currículo escolar conta com as disciplinas obrigatórias da base, componentes integradores e também as disciplinas eletivas, que são elencadas a partir da escolha dos estudantes, de acordo com seus interesses e aptidões.

O governador acompanhou de muito perto a implantação dessa proposta pedagógica transversal. O compromisso era bancar a mudança, para a qual seria necessário o aporte de mais recursos financeiros e outros insumos de gestão. “O estudante apresentava o projeto de vida e tinha, também, a escolha de uma profissão. Cuidamos para ofertar possibilidades profissionais que dialogassem com as variadas realidades das muitas localidades onde as escolas foram instaladas. Em Patos, por exemplo, foi *design* de calçados e, também, técnicas de vendas. Em Cajazeiras, foi vestuário,

design de moda, porque lá temos um polo de vestuário criado, e a ideia naquele momento era ativá-lo.”

Organizado a partir da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) – com ofertas das disciplinas de Língua Portuguesa, Língua Estrangeira Moderna, Arte e Educação Física, História, Geografia, Sociologia e Filosofia, Física, Química, Biologia, e Matemática –, esse modelo de escola tem como diferencial inovador a complementação do currículo com componentes integradores, dentre os quais se incluem Projeto de Vida, Estudo Orientado e Vivências em Protagonismo Juvenil.

As Escolas Cidadãs Integrais estão equipadas com salas temáticas, laboratórios de informática, de ciências e outros espaços de vivências, em que os jovens podem transitar e explorar suas competências cognitivas e socioemocionais, de forma a desenvolver melhor as suas potencialidades.

Alguns resultados da avaliação do nível de aprendizagem em Matemática (Gráfico 9) e Leitura (Gráfico 10), por exemplo, feita pela SEE-PB, validam a proposta.

Gráfico 9 - Matemática

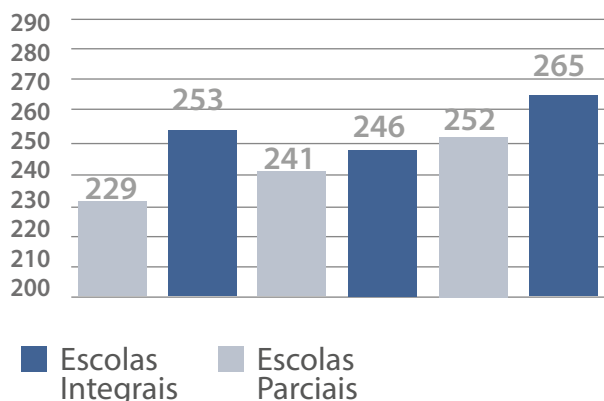
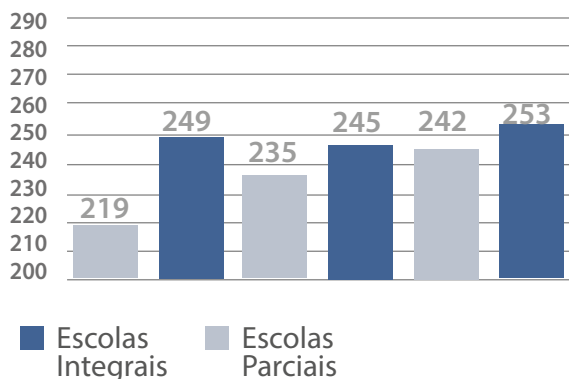


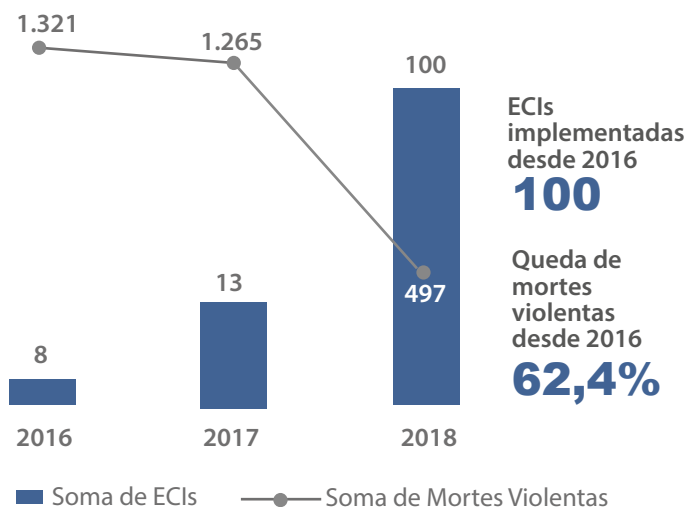
Gráfico 10 - Leitura



Fonte: Dados apresentados na 1ª edição do Pense Brasil realizado pela Fundação João Mangabeira, em São Paulo. (SEE-PB, 2019).

A localização prioritária das ECIs foi em municípios e territórios com altos índices de vulnerabilidade social e em bairros com os maiores índices de violência. Conforme ilustrado no Gráfico 11, estudos acompanhados pela SEE-PB identificaram alguns dos indicadores sociais demonstrativos dos benefícios dessa política.

Gráfico 11 - ECIs implementadas x mortes violentas no ano



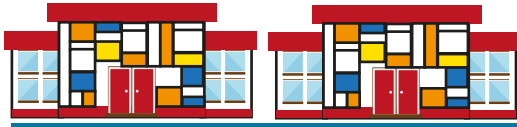
Fonte: Dados apresentados na 1ª edição do Pense Brasil, realizada pela Fundação João Mangabeira, em São Paulo. (SEE-PB, 2019).

Sabendo que os resultados do investimento em educação demoram para ser percebidos, o ex-governador Ricardo Coutinho avaliou algo que não é medido em números, nem figura em estatísticas. “O que mais me chama a atenção, na educação, que eu penso ser uma grande conquista, é a mudança do humor da juventude”. Para ele, a transformação social tão desejada está embasada nessa vivacidade dos jovens paraibanos. “O protagonismo da juventude é emocionante. Quando a gente estava expandindo as escolas integrais, na maior disputa com o sindicato, com os professores, e nós insistíamos em seguir, mesmo sem apoio da maioria, muitos estudantes de escolas que já tinham sido transformadas em integrais, saíam em vans, cruzavam o estado e visitavam outras regiões testemunhando sobre a qualidade do que estava sendo ofertado a eles. Não eram os secretários, os maiores propagadores da ideia, eram os próprios alunos atendidos. Isso foi uma mudança espetacular. O protagonismo da juventude mudou muito. E eu estou falando de algo que tem um impacto muito grande na Paraíba. Afinal, dos 400 mil estudantes da rede pública estadual, em 2018, 128 mil estavam no Ensino Médio. Imagina o que isso significa para tantas pessoas e famílias. A mudança na vida promovida para esses jovens impactará diretamente 1,6 milhões a dois milhões de pessoas, em um estado que tem quatro milhões. É o bem-estar coletivo, facilmente perceptível, a partir dessa gurizada, que passa a ver a vida também com outros olhares, outro repertório de conhecimentos. A educação puxou essa moçada toda para isso.”

A evolução dessas propostas ganhou dimensões em curto espaço de tempo. Em 2016, eram oito escolas, em sete cidades, com a participação de 1.500 estudantes, sendo cinco escolas de Ensino Médio e três com Ensino Técnico. Em 2017, o número aumentou para 34 escolas, em 32 cidades. Dessas, 22 eram de Ensino Médio, 7 eram Escolas Técnica e quatro eram híbridas, com o atendimento a 12 mil estudantes. Em 2018, foram 101 escolas em 55 cidades, alcançando 31 mil estudantes. Desse

2016

8 ESCOLAS



5 Médio e 3 Técnico

Ensino Médio

| | | | |
|---------------------|----------------------|-----------------------|---------------------|
| 1º ano | Aprovação 72% | Reprovação 15% | Abandono 13% |
| 2º ano | Aprovação 81% | Reprovação 9% | Abandono 10% |
| 3º ano | Aprovação 83% | Reprovação 3% | Abandono 14% |
| IDEPB - 3,23 | | | |

7 CIDADES

João Pessoa - Santa Rita - Bayeux - Itabaiana
Campina Grande - Itaporanga - Mamanguape

1.500 estudantes

- ECI Padre Hildon Bandeira
- ECIT Mangabeira João Pereira Gomes Filho
- ECI Helinton Santana
- ECIT Bayeux Erenice Cavalcante Fidelis
- ECI Nenzinha Cunha Lima
- ECI Francelino de Alencar Neves
- ECIT Itabaiana Antonio Batista Santiago
- ECIT Vale do Mamanguape João da Mata Cavalcanti de Albuquerque



Investimento em RH
R\$ 7.710.410,71



Investimento em Alimentação Escolar
Convênio R\$ 222.940,00
PNAE R\$ 219.490,00
R\$ 442.430,00

2017

34 ESCOLAS



22 Médio - 7 Técnico - 4 Híbrido

12 mil estudantes

- ECI Luis Ramalho
- ECI José Gonçalves de Queiroz
- ECI José Guedes Cavalcante
- ECI Seráfico Nobrega
- ECI Monsenhor Odilon Alves Pedrosa
- ECI Monsenhor Manoel Vieira
- ECI Irineu Pinto
- ECI Ezequiel Fernandes
- ECIT Alice Carneiro
- ECIT Nobel Vita
- ECI José Soares de Carvalho
- ECI Josélita Brasileiro
- ECI Humberto Lucena
- ECI Obdulia Dantas
- ECI Severino Cabral
- ECIT São Bento
- ECI Hortencio Sousa Ribeiro (Premen)
- ECIT Niceia Claudino Pinheiro
- ECIT Cuité José Itamar da Rocha Cândido
- ECI Julio Sarmento
- ECI Orlando Venancio dos Santos
- ECI Nossa S. do Bom Conselho
- ECI Monsenhor Vicente Freitas
- ECI Henrique Fernandes de Farias
- ECI Rui Carneiro

+25 CIDADES

32 cidades no total
João Pessoa - Santa Rita - Bayeux
Campina Grande - Itaporanga
Itabaiana - Mamanguape - Cabedelo
Sapé - Guarabira - Cacimba de Dentro
Cuité - Sumé - São Mamede - Patos
Junco do Seridó - Coremas - Igaracy
Catolé do Rocha - São Bento
Cajazeiras - Sousa Princesa Isabel
Pombal - Curral de Cima

Investimento em RH
R\$ 41.094.594,32

Ensino Médio

| | | | |
|---------------|----------------------|-----------------------|---------------------|
| 1º ano | Aprovação 68% | Reprovação 15% | Abandono 13% |
| 2º ano | Aprovação 76% | Reprovação 8% | Abandono 10% |
| 3º ano | Aprovação 83% | Reprovação 4% | Abandono 7% |

Inscritos no ENEM 2017
1.786 inscritos e 306 aprovados
IDEPB - 3,39 IDEB - 4

Investimento em Alimentação Escolar
Convênio R\$ 1.336.872,00
PNAE R\$ 3.639.793,00
R\$ 4.976.665,00



2018

101 ESCOLAS



52 Médio - 34 Técnico - 14 Híbrido - 1 Socioeducativa

55 CIDADES

João Pessoa - Cabedelo - Santa Rita - Sapé Conde - Bayeux - Caaporã - Alhandra - Mari Bananeiras - Solânea Guarabira - Cacimba de Dentro - Puxinanã - Juazeirinho Campina Grande - Remígio - Esperança Taperoa - Pedra Lavrada - Frei Martinho Cuité - Cubati - Damião Picuí Nova Palmeira - Monteiro - Prata - Serra Branca Sumé - São Mamede - Santa Luzia Patos - Coremas Junco do Seridó Diamante - Itaporanga - Igaracy Brejo do Cruz - Belém do Brejo do Cruz Catolé do Rocha - São Bento - Sousa São João do Rio do Peixe - Santa Helena Cajazeiras - Princesa Isabel - Juru Pedras de Fogo - Itabaiana - São Domingos Pombal - Mamanguape - Curral de Cima



Investimento em RH
R\$ 128.958.922,29



31 mil estudantes

Capacidade de atendimento de 35 mil estudantes

- ECI Papa Paulo VI
- ECIT Daura Santiago Rangel
- ECI Nicodemos Neves
- ECIT Ilza de Almeida Ribeiro
- ECIT João Roberto B. de Souza
- ECIT Olivina Olivia C. da Cunha
- ECIT Eneas Carvalho
- ECI Horácio de Almeida
- ECI Almirante Saldanha
- ECIT Maria C. de Miranda
- ECI Auricelia Maria da Costa
- ECI Luiz Gonzaga de A. Burity
- ECIT Renato Ribeiro Coutinho
- ECIT João Goulart
- ECIT Oswaldo Pessoa
- ECI Raul Machado
- ECI José do Patrocínio
- ECI Olivio Pinto
- ECI José Paulo de França
- ECI Francisca Ascensão Cunha
- ECIT Pedro Anísio B. Dantas
- ECI Liliosa Paiva Leite
- ECIT José Rocha Sobrinho
- ECI Alfredo Pessoa de Lima
- ECIT Dom Marcelo P. Carvalheira
- ECIT Emiliano Cristo
- ECI Felix Araujo
- ECI Severino Cabral
- ECI Monte Carmelo
- ECI Virginius da Gama e Melo
- ECI Plínio Lemos
- ECIT Elpidio de Almeida
- ECIT Marechal Almeida Barreto
- ECI Itan Pereira
- ECI Irma Stefanie
- ECI Anesio Leao
- ECI Raul Cordula
- ECIT Prof. Bráulio Maia Júnior
- ECI Assis Chateaubriand
- ECI José Bronzeado Sobrinho
- ECI Monsenhor José S. Coutinho
- ECI Melquiades Vilar
- ECI Graciliano Fontini LordaoE-
- CI Aguitonio Dantas
- ECIT José Itamar Cândido
- ECI Iolanda Tereza Lima
- ECI Francisco M. de Melo
- ECI Professor Lordao
- ECI Antonio Coelho Dantas
- ECIT José Leite de Sousa
- ECI Francisco A. Gonzaga
- ECIT Inácio Antonino
- ECIT Padre Jeronimo Lauwen
- ECIT Dionísio da Costa
- ECI Auzenir Lacerda
- ECIT Patos
- ECI Adilina de Souza Diniz
- ECIT Itaporanga
- ECI José Olímpio Maia
- ECI Nossa S. da Conceição
- ECI Jacob Guilherme Frantz
- ECI Elaine Soares Brasileiro
- ECIT Cristiano Cartaxo
- ECIT Sousa Chiquinho Cartaxo
- ECI Arlinda Pessoa da Silva
- ECI João Ursulo
- ECIT Cicero Severo Lopes
- ECI Luiz Gonzaga Burity

Investimento em Alimentação Escolar

Convênio R\$ 19.031.632,00
 PNAE R\$ 7.966.879,00
R\$ 26.998.529,00

total de escolas, 52 eram de Ensino Médio, 34 de Educação Técnica, 14 híbridas e uma socioeducativa.

Esse modelo de educação foi oferecido, também, para os jovens atendidos pelas unidades socioeducativas. Em 2018, eram 699 alunos, sendo que 123 deles estavam vinculados a cursos de qualificação profissional (confeitaria, produtos de limpeza, instalação elétrica e horta orgânica).

Os números da expansão estrutural da rede são, igualmente, significativos. Em 2010, eram 377 Escolas de Ensino Médio; em 2018, esse número aumentou para 437 escolas. Foram 60 escolas em 8 anos. A ampliação das matrículas cresceu nesse mesmo ritmo: de 106.279 alunos, em 2015, para 122.724 alunos, em 2018. No Ensino Profissional, a elevação nas matrículas foi de 1.210, em 2010, para 19.214, em 2018.

A escolha dos cursos ofertados dialogou com o diagnóstico dos Arranjos Produtivos: *design* de móveis e calçados, mecânica, informática, vestuário, programação de jogos digitais, instrumentos musicais, agronegócio, energias renováveis e agroecologia.

Em 2018, a SEE-PB fechou o ano com uma estrutura que conseguia atender a todas as demandas do estado. Os 285.412 alunos matriculados na rede estadual estavam distribuídos por 663 escolas, entre as quais 194 dispunham de turmas em tempo integral: 101 eram do modelo Escolas Cidadãs Integrais, e 49 ofertavam Ensino Técnico Profissional. O número de docentes para esse atendimento era de 19.597.

Ampliar o campo de possibilidades dos estudantes foi demanda sempre constante nos planos da gestão do governo socialista da Paraíba. A criação do **Programa Gira Mundo** potencializou o estabelecimento de relações produtivas e inovadoras entre os estudantes e a escola, assim como as da escola com seus professores. Implantado para proporcionar aos docentes e discentes da escola pública estadual a oportunidade de realizar uma imersão em sistemas educativos internacionais, o **Gira Mundo** promoveu inúmeros efeitos positivos diretos e indiretos. Trabalhou com a

qualificação do conhecimento e também contribuiu para a elevação da autoestima de alunos, professores e famílias.

Com os objetivos básicos de incrementar o desenvolvimento linguístico e viabilizar a interação com novas culturas e métodos de ensino, o programa obteve êxito, também, ao criar uma sinergia favorável para o aprendizado e a troca de experiências. As vagas eram destinadas aos estudantes do 2º ano do Ensino Médio, que, então, tinham a oportunidade de realizar o intercâmbio educativo em quatro países (Canadá, Espanha, Portugal ou Argentina).

Depois, houve a extensão para professores, em um redesenho do Gira Mundo. Nessa versão acadêmica, ao regressarem das viagens, os educadores participantes desenvolviam, em suas regiões, ações voltadas ao aprimoramento da educação no estado da Paraíba, com base nos conhecimentos adquiridos durante a experiência no exterior. Eles podiam escolher entre a Finlândia, fonte de muitas práticas reconhecidas na área da Educação, ou Israel, especialmente incluído como alternativa para a qualificação de projetos a partir das condições geográficas do semiárido paraibano.

No período de 2016 a 2018, 350 estudantes e 155 professores foram beneficiados com o intercâmbio. Para o ex-governador, o **Programa Gira Mundo** criou uma geração, uma vanguarda educacional. “Acredito nisso, porque se criou uma liga ali, sem que o Estado estivesse lá para fazer a liga. Eles criaram, porque eles se identificaram. Ao longo do processo de seleção dos participantes do programa, sempre houve compromisso com o republicanismo. É uma coisa importante de ser dita. Sempre estiveram presentes o espírito e a ética republicanos. Essa é uma conquista a ser defendida de todas as formas, porque, se você perde a dimensão republicana, perde tudo o que advém dela, porque ela é fator de valorização fundamental. Se eu começasse a dar um jeitinho para mandar estudantes para o **Gira Mundo**, porque alguém me pediu, eu acabaria com o programa. O esforço

balizava o sucesso e promovia a busca dos sonhos. Na primeira edição do programa, já foram mais de 1.100 estudantes para disputar 300 vagas. E depois cresceu mais ainda a procura. É assim, porque vai crescendo. As pessoas vão dizendo: Se fulano foi, eu também posso ir; então, eu vou estudar uma língua. E, ao mesmo tempo, eu preciso ter notas boas na sala de aula, se não, eu não serei classificado. Eu considero essa coisa do protagonista um avanço espetacular.”

Entre os quantitativos que dão o contorno da mudança promovida na área da educação pública na Paraíba, estão as aprovações no Exame Nacional do Ensino Médio (Enem). “A coisa que mais me chama a atenção é a quantidade de estudantes aprovados no Enem. Antes, eram 180 a 200; depois, só em 2017, saltou para 2 mil estudantes. Um salto enorme.”

Esse resultado foi possível, em grande parte, graças ao engajamento proposto a partir do projeto **Se Liga** no Enem, que, ao final, tinha mais um perfil de movimento liderado pelos próprios estudantes do que uma atividade institucional do governo. A ideia inicial era chamar a atenção do aluno para as datas do Enem e, ao fazer isso, oferecer preparação complementar ao currículo do Ensino Médio, por meio de encontros com duração de um ou dois dias, em fins de semana, nos espaços escolares, em diversas cidades da Paraíba. Além dessas metas objetivas, o projeto também estruturou ambientes emocionais positivos, com a promoção de momentos de confraternização, encorajamento, fortalecimento das identidades da juventude escolar paraibana.

Em 2018, o número de estudantes da rede pública estadual aprovados no Enem foi o melhor de todos os oito anos da gestão do PSB. Dos 32.090 estudantes concluintes do Ensino Médio, 8.408 se inscreveram no Enem nesse ano, e 26% deles – 1.794 – foram aprovados.

8.2 A soma das forças do estado e dos municípios

Quando o governo do estado avaliou os investimentos e os programas realizados entre 2011 e 2016, na área da educação, a fim de validar ou rever suas ações, constatou que, ainda que o estado tivesse avançado consideravelmente, era necessário estreitar e aprofundar a cooperação com os municípios. A partir dessa premissa, o governo criou o **Pacto pela Aprendizagem na Paraíba**, que passou a ser identificado e conhecido como **Soma**.

Como iniciativa apoiada no Regime de Colaboração, o Soma era uma proposta que unia a Paraíba, intensificava as forças individuais e organizava um movimento coletivo a favor da construção dos melhores índices educacionais, com atenção especial para o Ensino Fundamental.

Na primeira fase do Soma, houve a adesão de 219 municípios, 3.332 escolas, 12.051 professores envolvidos, 225.648 alunos matriculados e 3.445 gestores, dentre os quais 235 coordenadores.

Organizado como um programa, fortalecido a partir da adesão de vários parceiros, o Soma teve o apoio do Centro de Políticas Públicas e Avaliação da Educação (CAEd), vinculado à Faculdade de Educação da Universidade Federal de Juiz de Fora e da Universidade Federal da Paraíba (UFPB). Todos os envolvidos no Soma, cada qual com suas atividades, empreenderam esforços para garantir o direito de aprendizagem das crianças em idade escolar, certos de que, juntos, superariam o desafio de corrigir o déficit de aprendizagem nos anos finais do Ensino Fundamental, eliminando o número de estudantes que deixam os anos iniciais com alfabetização incompleta e baixo nível de letramento.

Diante da meta de promover a alfabetização plena dos alunos ao fim do 3º ano do Ensino Fundamental e de garantir o nível de letramento adequado para os estudantes do 5º ano dessa mesma etapa, o Soma atuava na base

escolar, com a participação dos profissionais da educação (professores alfabetizadores, diretores escolares, coordenadores municipais e supervisores regionais), realizando avaliações, analisando os resultados e propondo ações imediatas.

A iniciativa compreendia uma série de atividades, tais como avaliação da educação, formação de professores, monitoramento de ações educacionais e desenvolvimento profissional dos gestores escolares. O trabalho colaborativo, no formato de rede, constituiu-se, assim, em uma política pública da Paraíba que objetiva fortalecer a educação, garantir os direitos de aprendizagem e melhorar os índices do estado.

Os primeiros resultados validaram o programa, certificando que o caminho escolhido era fértil.

Em 2016, a Avaliação Nacional da Alfabetização (ANA), vinculada ao Ministério da Educação, estabeleceu que 28,45% do aprendizado em Leitura eram satisfatórios. Quando o Soma fez sua avaliação, em 2017, esse índice era de 51,5%. Em relação à habilidade de escrita, de acordo com a ANA, em 2016, 47,38% tinham escrita considerada satisfatória. Em 2017, na avaliação do Soma, o índice era de 53,5%. Na área da Matemática, o índice de 28,68%, avaliado pela ANA em 2016, subiu para 29,5%, na avaliação do Soma, em 2017.

Uma das ofertas do governo do estado às prefeituras dos municípios que aderiram ao **Pacto pela Aprendizagem na Paraíba** foi o acesso à Plataforma Saber. Houve muito empenho para qualificar a rede municipal para o uso da plataforma. A proposta baseava-se na ideia de que, se todos os dados das redes estadual e municipais de ensino estivessem em uma mesma plataforma de informação, isso concentraria o conhecimento gerencial da área, o que permitiria avaliações mais profundas, ágeis e criteriosas de todo o sistema de ensino da Paraíba.

A evolução da legislação brasileira no campo das políticas públicas tem levado os entes federativos à adoção de um modelo de gestão que força o enxugamento dos quadros de funcionários. A Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) estrutura essa modelagem, dando sinais claros de como os governos devem se comportar, assim como enfatizam a obrigatoriedade do cumprimento das normas sob pena de rígidas punições.

O Governo da Paraíba não desconhecia as diretrizes nacionais e sabia que teria que apresentar alternativas. Aquele desenho de Estado encontrado em 2011 não se sustentaria, nem mesmo para seguir o que já vinha fazendo, e menos ainda para suportar todas as mudanças que se pretendia fazer a fim de criar as melhores condições possíveis para transformar o estado.

A primeira estratégia adotada foi orientar o exercício do poder governamental, seus recursos, sua força realizadora, para conduzir e consolidar políticas públicas, bem como para dinamizar e potencializar os meios de gestão.

Nesse sentido, vale registrar que optar pela contratação de Organizações Sociais (OSs) não foi a alternativa mais fácil ou cômoda para o governo. Foi, tão somente, a escolha possível. Além da experiência na área da Saúde, cujos resultados e indicadores mostram o significativo salto de qualidade alcançado no atendimento da enorme demanda social reprimida; o modelo também produziu bons resultados no caso da Educação. A iniciativa baseou-se na certeza de que, apoiada na gestão das atividades-meio, a Secretaria de Educação poderia se dedicar às atividades-fim. Todo o esforço empenhado foi no campo da infraestrutura. O pedagógico, como queriam os atores sociais da educação, permaneceu nas mãos dos agentes públicos, tutelados pelo projeto da Secretaria de Educação do Estado e pelo governo.

Como reafirmou o ex-governador Ricardo, era preciso cuidar das escolas, da infraestrutura, para que os professores e diretores pudessem se

concentrar em qualificar o nível da aprendizagem. “A Organização Social tinha a responsabilidade de fazer a escola funcionar, não do ponto de vista pedagógico, administrativo, mas da estrutura. Eu não queria ver nenhuma escola com goteiras. Antes, quando elas surgiam, o tema ia parar na Secretaria de Educação, para a equipe interna fazer uma licitação, que demorava quatro meses. Cansamos de ver o mato crescer numa escola e ter que esperar a secretaria resolver. Ao longo desses oito anos, eu cheguei em escolas, sem avisar, e estava lá o mato. Eram sempre as mesmas justificativas: ‘Estamos esperando a secretaria mandar alguém aqui cortar’. Sempre a mesma coisa. Enquanto isso, o mato ia tomando conta da escola. Com a Organização Social, resolvemos o problema do mato, da lâmpada queimada. Eles resolviam as pequenas reformas; resolviam a goteira; e os professores e diretores se concentravam nas aulas, como deve ser. Com a Organização Social, se alguém não vai trabalhar, está fora. É assim. Nesse modelo de gestão, o quadro é do tamanho que precisa ser. Não tem que ser maior. Porque, se for maior, a Organização terá que pagar. Eu penso que essa decisão em contratar um parceiro serviu para fazer evoluir o estado.”

Todo o processo de preparação da estrutura estatal para fazer a gestão em parceria com as OSs, requereu estudos e planejamento amplo, assim como o estabelecimento claro de competências. Às OSs competiria, portanto, a execução de atividades determinadas, diretamente nas escolas, todas no campo estritamente operacional. A motivação para adotar esse modelo de gestão foi obter mais agilidade e eficácia na solução de problemas; promover o apoio à gestão das escolas; e qualificar a relação dos servidores temporários ainda ligados ao Estado na área da Educação. Todos os trabalhadores contratados pelas Organizações, dentre os muitos que já atuavam nas escolas, tiveram sua situação funcional regularizada por meio de contratos de trabalho regulados pela CLT.

As equipes técnicas das secretarias responsáveis trabalharam criteriosamente na concepção do melhor edital possível para a contratação das

Organizações. Todos os cuidados foram observados, especialmente aqueles referentes ao estabelecimento das demandas; ao detalhamento dos descritivos; à definição do padrão de qualidade; à criação dos instrumentos de aferição e medição dos serviços; ao controle das entregas, à fiscalização dos pagamentos. A escolha exigiu um aprendizado novo que foi se qualificando ao longo do processo, como destaca o ex-governador Ricardo. “Esse modelo de gestão é uma espécie de guerra santa. Jamais tem fim. Se você afrouxa um pouco, perde terreno. Então, tem que recuperar o espaço. É preciso manter a rigidez com os resultados; com a gestão dos recursos investidos; o cumprimento dos prazos. Tem que ter muita centralidade. É importante esclarecer que isso não é o antônimo de democracia, mas, sim, é descentralização.”

Não sem motivo, o ex-governador usa a palavra “espetacular” para adjetivar o avanço alcançado no campo educacional. “Nós fizemos a maior mudança que esse estado já viu em toda sua história na área da Educação. Não foi uma mudança que veio de um programa nacional para os estados. Não foi um seguimento de algo que estava disponível na esfera federal. Foi uma proposta delineada a partir dos traços próprios da Paraíba. Programas que nasceram dentro do estado. Investimos, priorizamos, de acordo com uma percepção. Qual a percepção? Primeiro, que a educação precisava melhorar o nível de sua qualidade em relação às matérias, propriamente ditas, ao ensino propriamente dito. Mas precisava também construir uma nova infraestrutura. Era preciso dar suporte para erguer uma sociedade sem tantos traumas. Quando se coloca, como nós colocamos, 30% da rede em período integral, isso vai aumentando, ano após ano, e o impacto é extraordinário. Eu sei, porque eu vi e vejo o extraordinário na vida cotidiana dessa juventude. Porque a vida da juventude segue muito sem ter qualquer perspectiva de futuro. Se observar, o que é um jovem, em geral? Não há qualquer perspectiva, dali para frente. Está vivendo o dia. Viver um dia, em

um país como o Brasil é um passo difícil, diante de tanta violência, tanta criminalidade. Quando você pega um jovem desse e põe dentro de uma escola, ajuda ele a construir um projeto de vida, muda o modelo pedagógico, estabelece matérias transversais, estabelece arte e cultura no seu cotidiano, e, ao mesmo tempo, cria dentro disso tudo uma forma de relação entre eles, está ajudando a sociedade de uma forma que não dá para quantificar, não dá para perceber a extensão disso, porque essa extensão vai vir daqui a uma geração.”

Escola Estadual de Audiocomunicação Demóstenes Cunha Lima, em Campina Grande.
Foto: Acervo Memorial Ricardo Couitinho, 2020.





Acima, Projeto Se Liga no Enem, abaixo, Gira Mundo. Foto: Acervo Memorial Ricardo Coutinho, 2020.



Abaixo, Ricardo Coutinho premiado pelos feitos na área da Educação na Paraíba. Foto: Acervo Memorial Ricardo Coutinho, 2020.



9

Unidades de saúde pelos quatro cantos da Paraíba

“O Estado da Paraíba conquistou coisas que as pessoas jamais imaginaram que poderiam ter”, costuma dizer o ex-governador Ricardo Coutinho, quando é convidado a falar sobre sua gestão de dois mandatos (2011-2018).

Assim que tomou posse para o seu primeiro mandato, o novo governo recebeu o serviço prestado na área da saúde na iminência de um colapso, em meio a uma crise que repercutia nacionalmente. Inúmeras reportagens e manifestações retratavam o caos vivido no estado. No *site* do Conselho Regional de Medicina da Paraíba (CRM-PB), uma postagem de 3 de junho de 2011 descreve as dimensões alarmantes da situação. Com o título “Crise na rede pública de saúde na Paraíba precariza assistência e penaliza população do Estado”, a matéria informa que, em razão dos inúmeros problemas constatados nos hospitais e postos de saúde do estado, a Justiça interviria de forma emergencial na situação, com base em sugestões do Conselho.

A publicação denunciava que os “hospitais estavam superlotados, postos de saúde ineficazes, médicos em greve, unidades de saúde com

infraestrutura inadequada, péssimas condições de trabalho e, consequentemente, precarização no atendimento à população [...]”.

Com apenas seis meses de mandato, o novo governo estava voltado para enfrentar e eliminar, com urgência, as mazelas das gestões anteriores. A aderência do governador com o tema, por sua formação em Farmácia e sua militância no sindicato na área da saúde por longo período, o aproximava daquele embate como alguém que sabia detectar os pontos nevrálgicos da crise.

Aquela, portanto, era uma demanda que estava muito além da questão orçamentária. Havia um déficit grave de manutenção e benfeitorias que precisava ser sanado com urgência, a fim de criar as condições necessárias à reorganização de todo o atendimento na área. O governo entendeu que a condição para manter, corrigir e aprimorar o sistema de saúde em todo o estado teria de passar, obrigatoriamente, por suas regionalização, descentralização e hierarquização, conforme a recomendação estrutural prevista, em âmbito nacional, para cada um dos entes federados. Por regulamentação legal, os serviços de saúde são sistematizados em níveis crescentes de complexidade: alta, média e baixa. O modelo de gestão da saúde, para atingir a eficiência, foi concebido no formato de redes e deve compreender todos os três níveis de complexidade.

A proposta do governo do PSB sempre foi aproximar a prestação de serviço do local de moradia do cidadão, descentralizando o atendimento. É importante enfatizar que, embora fosse desejada a prestação dos serviços de saúde em cada um dos municípios do estado, essa não foi a meta do governo. O projeto de saúde pública adotado em 2011 previa a descentralização a partir da articulação das redes de média e alta complexidades, organizando a infraestrutura e pactuando insumos e metas com os gestores municipais.

A experiência acumulada com o Sistema Único de Saúde (SUS) demonstra, inequivocadamente, que, num país com as dimensões e características

do Brasil, o modelo de oferecimento de todos os serviços de saúde em todas as cidades não é sustentável e nem eficaz. Somente a gestão em rede é capaz de manter econômica e operacionalmente viável uma estrutura para dar atendimento universal à demanda social por serviços de saúde. Assim, a divisão por macrorregiões foi uma das primeiras sistematizações adotadas. No caso da Paraíba, são quatro as macrorregiões. Na primeira delas, vivem 47% dos paraibanos; na 2ª, 28%; na 3ª, 11% e na 4ª, 14%.

A necessidade de hierarquizar os serviços segue, também, a lógica da organização, considerando todos os níveis de complexidade, com base na regionalização e na descentralização. A proposta era assegurar formas reguladas de acesso aos serviços correspondentes à complexidade requerida para cada caso, nos limites dos recursos disponíveis em uma dada região.

A equipe que assumiu o governo em 2011 sabia qual trajeto deveria percorrer para equacionar aquele dilema do estado no campo da saúde. Os gestores da nova política não contavam, entretanto, com as constantes paralisações dos funcionários do setor. A rigor, o processo de saneamento e requalificação do sistema e de gestão da saúde na Paraíba não foi facilitado em nenhum momento ao longo dos oito anos de governo do PSB.

Uma atitude nova servia como exemplo de motivação e de senso de dever de todos os profissionais de saúde do estado. Nenhum deles queria voltar a ouvir qualquer comparação do sistema público de saúde da Paraíba com a realidade dramática vivida na África, especialmente no que se referia ao baixo potencial de diagnósticos na área médica. Tornou-se inaceitável a herança perversa de altos índices de doenças cardíacas em recém-nascidos, algumas delas fatais, deixada pelas administrações anteriores. Pelos princípios e compromissos do novo governo e do governador, reverter esse quadro trágico passou a ser muito mais que uma meta pautada por um projeto político. Tratava-se, na verdade, de uma missão de governança cidadã inegociável e essencial para promover a necessária, e já tardia, ruptura com o passado oligárquico.

Como já mencionado, a adoção de um modelo de gestão da saúde com a incorporação operacional de Organizações Sociais decorreu de múltiplos fatores, tanto estruturais quanto conjunturais. O abandono, o descaso e a inépcia que caracterizaram, no passado, a administração desse setor essencial para a sociedade resultou, como se viu, num quadro de falência da saúde pública no estado. Da bagunça trabalhista, que, sem qualquer planejamento e cuidado legal, ampliou desmedidamente a força de trabalho com vínculo precário, até a degradação da infraestrutura física e logística; tudo era razão para problemas, crises, colapsos. É o que reporta mais um depoimento do ex-governador Ricardo:

“A primeira OS que nós contratamos, foi para atuar no Trauma, de João Pessoa. Lá estava ingovernável. Não só pelo rescaldo político. Cada semana, um setor parava. Num hospital de alta complexidade, se param uns dez neurocirurgiões, para o hospital todo. Aconteceu quando todos os anestesiólogos pararam. Foi efeito cascata, todo o hospital parou. Era um rodízio de paralisações, e o hospital não funcionava. As pessoas estavam morrendo. Graças a Deus que eu não tenha – e não tenho – paciência para esse tipo de coisa. A mim só restou uma alternativa, que era testar a atuação de uma OS na gestão pública. Eu tomei a decisão. Não creio que as OSs sejam remédio para todos os males, mas não devem ser descartadas. Desde então, o hospital não parou de funcionar um dia. Tivemos que passar seis meses trazendo médicos de avião e alugando apartamentos aqui. A cada semana, médicos de Goiás e do Rio de Janeiro chegavam em João Pessoa. A gente bancou tudo isso, porque tem coisas que são inegociáveis. Muitas, na verdade. Entre elas, a atenção hospitalar. Como é que uma cidade do porte de João Pessoa, uma capital, pode ficar com um hospital de traumas que não funciona?”

9.1 Depois do diagnóstico, o governo inicia o “tratamento de saúde”

Concluídos os dois mandatos, o ex-governador relata como conseguiu promover um salto de qualidade extraordinário na saúde pública do estado, o que deslocou a Paraíba da faixa dos indicadores sofríveis para os níveis e padrões encontrados nos países centrais mais desenvolvidos: “Um exemplo importante é o da detecção das cardiopatias congênitas, doenças com as quais algumas crianças nascem e que, antes, não havia nem contabilidade disso, porque ninguém sabia. Não tinha diagnóstico. Não tinha tratamento. As mortes eram classificadas como mortes gerais, não era algo específico. Já a partir de 2016, 2017, a detecção estava sendo feita em patamares similares aos da Europa.”

A atuação do governo do estado como provedor dos meios de tratamento das doenças e de preservação da saúde era exigida cada vez mais pelas lideranças dos municípios. Eram demandas constantes nas plenárias do Orçamento Democrático a construção de novos hospitais e a oferta de tratamento por especialidades. O ex-governador encarou a demanda como um movimento natural e generalizado: “Os municípios, no Brasil inteiro, e na Paraíba não era diferente, começaram uma migração, ‘fugindo’ de algumas responsabilidades. Nenhum município queria investir em hospital. Com isso, o governo do estado começou a receber determinadas demandas que foram sobrecarregando a estrutura e os meios existentes, e, por isso, ficamos sem a capacidade de atender a todos. Tínhamos que ampliar e implantar muita coisa, na alta complexidade, como tratamento de câncer, neurologia e cardiologia.”

As relações estabelecidas entre a União e os estados, na área da saúde, são mais estruturadas do que aquelas existentes entre os estados e os

municípios. A gestão estava começando praticamente do zero. Assim, todo o projeto concebido para a requalificação do atendimento em saúde pública no estado da Paraíba passou pela necessária reestruturação dessas relações. Em 2010, os serviços eram distribuídos aleatoriamente, sem critérios de necessidade, e estavam concentrados em João Pessoa e Campina Grande. Áreas mais distantes estavam esquecidas, e suas populações permaneciam sem acesso às unidades de saúde em função das longas distâncias e das precárias condições de mobilidade. Naquele momento, os municípios estavam classificados na gestão plena, e não havia articulação da partilha dos recursos para custeio da média e alta complexidades. Essa sistematização acabava por comprometer o mecanismo de financiamento dos serviços prestados pela Secretaria de Estado da Saúde.

O Governo tinha como certo que o sucesso de qualquer proposta de gestão pública na área da saúde deveria originar-se no planejamento conjunto com os municípios, razão pela qual uma das primeiras ações adotadas foi a Programação Pactuada Integrada (PPI). Desse modo, foi possível priorizar a organização das Redes de Atenção à Saúde de forma articulada com as Secretarias Municipais, desconcentrando a oferta de atenção especializada para todas as regiões da Paraíba.

Outra iniciativa voltada para a requalificação do sistema foi o investimento nas ações de vigilância. Em 2010, havia apenas quatro núcleos de Vigilância em Saúde nos hospitais da Paraíba. Em 2017, esse número subiu para 35 núcleos. Os novos aportes de insumos e recursos garantiram a requalificação do sistema de informações e permitiram a identificação dos indicadores agravantes, como os de mortalidade materna, antes subnotificada.

Para implantar e tornar eficiente um modelo de gestão regionalizado, descentralizado e hierarquizado, considerando as condições e circunstâncias do estado, era necessário identificar e compreender as demandas de

maneira clara e objetiva. Nessa perspectiva, o Orçamento Democrático Estadual desempenhou um papel fundamental para a consolidação da proposta que tornava os municípios protagonistas da gestão local da saúde pública. A participação popular – que, a rigor, era, também, um dos princípios do SUS – foi valorizada e potencializada ao longo dos oito anos das duas gestões consecutivas do PSB. Os recursos foram alocados de acordo com as necessidades apontadas pela população, principalmente nas atividades médico-hospitalares de média e de alta complexidades.

O diálogo constante com os municípios fortaleceu o Pacto pelo Desenvolvimento Social da Paraíba, proposto pelo governo. A articulação continuada com os municípios foi a melhor estratégia adotada para viabilizar a implantação e o êxito de políticas descentralizadas.

A reorganização do território paraibano, na área da saúde, exigiu mudanças nas definições das regiões. Em 2010, eram 25 as regiões existentes. A partir de 2011, o governo socialista concentrou toda a área do estado em 16 regiões, organizadas em 12 Gerências Regionais, por meio das quais se estruturou a redistribuição dos serviços, que passaram a alcançar todos os 233 municípios paraibanos.

O acesso aos serviços de saúde compreendia, naturalmente, também, a garantia das condições de ir e vir para os cidadãos. Por isso, a regionalização da oferta exigiu investimentos, por exemplo, na qualificação da malha viária, o que foi realizado com o Programa Caminhos da Paraíba, conforme apresentado no capítulo 6.

O governo organizou o seu Sistema de Saúde em conjunto com o Ministério da Saúde e de forma planejada com os municípios. Algumas redes de atenção foram fortalecidas, e outras foram criadas; casos das Redes de Urgência e Emergência; de Cardiologia Pediátrica; de Atenção Psicossocial; Cegonha – Materno-Infantil; de Atenção às Doenças Crônicas; de Atenção à Pessoa com Deficiência.

Houve, ainda, especial concentração de esforços para fortalecer a

Rede de Atenção às Urgências e Emergências, considerada a porta de entrada para o atendimento na alta complexidade. A aquisição e distribuição de 124 ambulâncias de suporte básico, 40 ambulâncias de suporte avançado e 17 motos, foram algumas das diversas iniciativas estruturantes que permitiram o avanço e a consolidação de um sistema público de saúde requalificado e reconhecido na Paraíba.

Para organizar o fluxo de atendimento das demandas, o governo estabeleceu **Centrais de Regulação** em sete núcleos espalhados pelo estado.

Além das ambulâncias e motos, para fortalecer a Rede de Urgência e Emergência, o governo investiu na oferta de serviços organizados em Unidades de Pronto Atendimento (UPAs). Depois de reformas, ampliações e investimento em equipamentos, foram implantadas 15 unidades, como componente pré-hospitalar fixo. Foram iniciadas, ainda, 12 outras novas Unidades, cujas conclusão e entrega ficaram a cargo do novo governo eleito em 2018.

Assim como em outras áreas da gestão pública, na Saúde, os bons resultados se consolidam com avanços complementares. A infraestrutura física, por si só, é claro, não altera para melhor as estatísticas da área. O investimento em equipamentos e na formação e no desenvolvimento de equipes profissionais qualificadas é fator decisivo para o cumprimento de metas e para a oferta de serviços de qualidade. Com essa referência, o governo estadual dotou a Rede de Urgência e Emergência de 38 equipes multiprofissionais; algumas de Atenção Domiciliar (Emad), outras de Apoio (Emap).

As Emaps, eventualmente, complementavam ou substituíam as internações hospitalares e, mesmo, os atendimentos ambulatoriais. Mais do que aliviar as demandas por internações, essas equipes agilizavam os atendimentos.

A Rede de Cardiologia Pediátrica, criada em 2012, tornou-se referência por ter apresentado resultados significativos. Com o objetivo de reduzir a mortalidade e estruturar a assistência às crianças cardiopatas, essa rede fazia, também, o acompanhamento das gestantes de alto risco, com foco

na redução da morte materna. Composta por serviços de excelência em cardiologia pediátrica, a estrutura foi montada em parceria com o Círculo do Coração de Pernambuco, que capacitou a equipe da Paraíba.

Os números alcançados são expressivos. Somente na primeira Caravana, em 2012, três mil crianças foram identificadas como cardiopatas. Entre 2012 e 2016, a Rede Cardiológica Pediátrica examinou 146.422 recém-nascidos. Foram 12.055 consultas e - o mais relevante desses números - mil cirurgias cardíacas realizadas nas 21 unidades de atendimento.

Na área de saúde mental, em cumprimento da política nacional de desospitalização, o Governo da Paraíba promoveu o fechamento de 127 leitos de psiquiatria, no Hospital Juliano Moreira, em João Pessoa. Atualmente, nessa unidade, estão em funcionamento 72 leitos. O Sanatório Clifford foi fechado totalmente. Dos 736 leitos existentes antes de 2011, restaram 375 leitos psiquiátricos. As demais demandas foram absorvidas pela Rede de Atenção Psicossocial. A redução de 49% reflete o compromisso em ofertar atendimento diferenciado a pacientes que, verdadeiramente, não precisam de internação.

Criado em 2013, o **Ambulatório para Atendimento a Travestis e Transexuais**, conhecido como Ambulatório TT, foi o primeiro do Nordeste e o terceiro no Brasil. A nova Unidade e seu modelo de gestão, que realizava os procedimentos em várias especialidades, tornaram-se referência para o Ministério da Saúde.

Existem, atualmente, na Paraíba, quatro Unidades de Terapia Intensiva (UTI) neonatal e maternal, localizadas no Hospital Cândida Vargas e na Maternidade Frei Damião, ambos em João Pessoa; no Hospital Municipal de Campina Grande, e no Hospital e Maternidade Peregrino Filho, em Patos. Essas unidades compõem a Rede de Atenção Materno-infantil, conhecida como **Rede Cegonha**.

Além das UTIs, integram, também, essa Rede, treze hospitais, que atendem casos de obstetrícia de risco habitual e realizam partos de baixo e moderado riscos nas seguintes cidades do estado: Guarabira, Belém,

Taperoá, Picuí, Monteiro, Piancó, Coremas, Itaporanga, Sousa, Queimadas, Itabaiana, Catolé do Rocha e Mamanguape. Outros quatro hospitais foram construídos, ou reformados, para atendimento à Rede Cegonha em Solânea, Santa Luzia, Princesa Izabel e Itapororoca.

Uma inovação dessa rede foi a implantação da Rede de Combate à Violência Obstétrica, em parceria com o Ministério Público da Paraíba, Assembleia Legislativa da Paraíba e a Secretaria da Mulher e Diversidade Humana. Além de realizar investimentos em estrutura física e equipamentos, o governo promoveu a qualificação das equipes ambulatoriais e hospitalares. Entre os muitos serviços criados, passou-se a distribuir testes rápidos para diagnóstico precoce de sífilis, hepatite e HIV.

Sempre em parceria com os municípios, o governo investiu na implementação das linhas de cuidado, nas áreas de sobrepeso e obesidade, nefrocardiovasculares, diabetes e hipertensão. Atentos aos pacientes, os atendimentos seguiam acompanhados das referências e contrarreferências, ou seja, faziam transitar as informações do prontuário dos pacientes de uma unidade a outra, agilizando e qualificando os serviços prestados.

Com a construção, ampliação e reforma dos **Centros de Alta Complexidade em Oncologia** (Cacon) e as Unidades de Assistência de Alta Complexidade em Oncologia (Unacon) de João Pessoa, Campina Grande e Patos, o governo investiu na atenção às neoplasias.

O Hospital de Patos foi construído, especialmente, para atender às demandas do Sertão da Paraíba. Até então, os paraibanos dessa região enfrentavam filas constantes em busca de atendimento para tratamento de câncer com quimioterapia e radioterapia.

O Hospital Clementino Fraga foi reestruturado com a criação de ambulatórios especializados em doenças infecciosas, atendimentos multidisciplinares e atividades sociais. Essas qualificações fizeram da unidade um hospital de referência nas patologias infectocontagiosas.

Para o atendimento às pessoas com deficiência, o governo estabeleceu

o reordenamento da rede e criou novas unidades, como os Centros Especializados em Reabilitação Física, Auditiva, Intelectual e Visual. Essa rede recebeu importante investimento para habilitação de vários serviços. Os nove primeiros já estavam em atividade em 2018, e outros cinco estavam sendo implantados.

A Fundação Centro Integrado de Apoio à Pessoa com Deficiência (Funad) inaugurou o **Centro de Esclerose Múltipla**, que fazia a triagem, o diagnóstico, o tratamento da patologia e fornecia os medicamentos adequados. Em 2017, o Serviço atendeu 298 pacientes, custeados com recursos próprios do governo.

O **Programa SOS Bebê de Alto Risco** era realizado pela Funad em parceria com os hospitais maternidades públicas. A proposta era fazer o acompanhamento dos recém-nascidos, de maneira a detectar, nos primeiros dias, alguma anormalidade e promover o acompanhamento, quando necessário.

Na **Rede de Atenção à Pessoa com Deficiência**, foram realizados investimentos para a assistência à criança com autismo, implantando assistência multiprofissional em interface com a Secretaria de Estado da Educação.

No período de 2011 a 2018, o governo viabilizou 1.032 novos leitos, dos quais 154 foram destinados à Unidade de Terapia Intensiva (UTI). O crescimento, considerando a realidade de 2010 foi expressivo (Tabela 7).

Tabela 7

| | 2010 | 2018 |
|---|-------|--------------|
| Leitos Hospitalares (clínicos, cirúrgicos e ambulatoriais) | 1.907 | 2.999 |
| Leitos de UTI | 78 | 281 |
| Leitos (Hospitalares + UTI) | 1.985 | 3.280 |

Fonte: Datasus, CNES, Ministério da Saúde, 2019.

Seis novos hospitais passaram a compor o Sistema de Saúde da Paraíba: os de Campina Grande, Taperoá, Mamanguape, Santa Rita, de João Pessoa (Hospital de Traumatologia e Ortopedia Paraíba) e de Cacimba de Dentro. Em João Pessoa, Guarabira e Itabaiana, outros três hospitais foram estruturalmente adequados e receberam equipamentos para atendimento da demanda do estado. Na área da saúde bucal, o governo apoiou os municípios com a implantação de 127 equipes especializadas.

Foram investidos, em estrutura e equipamentos, mais de R\$ 150 milhões no Hospital Metropolitano Dom José Maria Pires, em Santa Rita, sendo 85% desse valor, recursos próprios do Governo do Estado. Com 226

Fachada do Hospital Metropolitano Dom José Maria Pires, em Santa Rita.
Fonte: Acervo Memorial Ricardo Coutinho, 2020.



leitos - 60 de UTI (adulto e pediátrico)-, é referência em cardiologia e neurologia além que oferecer serviço de diagnóstico por imagem, ambulatório, Centro Cirúrgico, UTI e UTI Coronariana.



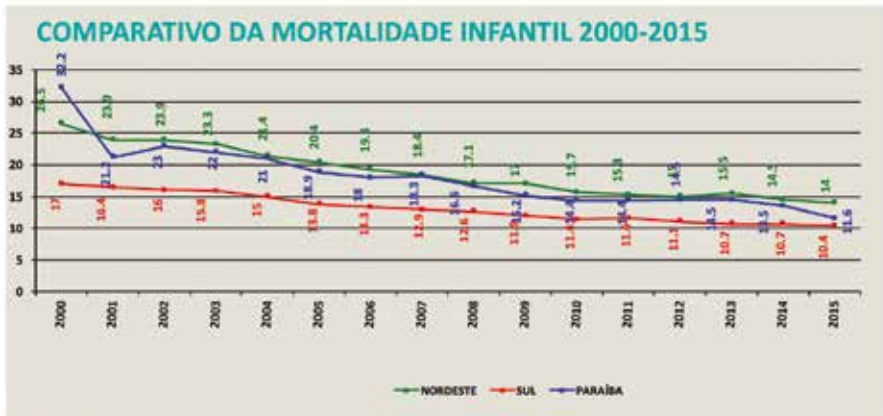
Leitos de UTI. Fonte: Acervo Memorial Ricardo Coutinho, 2020.

Uma referência da maior importância diz respeito às circunstâncias e aos indicadores da mortalidade infantil, cujo enfrentamento foi uma das mais significativas conquistas da política pública de saúde do governo socialista da Paraíba. Entre as principais causas de óbitos de crianças menores de 5 anos apareciam as doenças infecto-parasitárias, como a diarreia, que, a partir de 2015, deixou de figurar entre as ocorrências mais frequentes. As causas de óbito mal definidas sofreram sensível queda, o que significou a melhora significativa dos parâmetros de diagnóstico de doenças em menores de 5 anos.

Mesmo considerando que o Índice da Mortalidade Infantil deve ser analisado ao longo de grandes períodos, o que se observa, na Paraíba, é

uma tendência decrescente, como resultado das políticas adotadas (Gráfico 12). Os indicadores caíram, seguindo a tendência nacional, e posicionaram o estado com a 2ª menor taxa da Região Nordeste.

Gráfico 12



32,2 ————— **11,6**

Fonte: Datasus, 2016.

10 A Paraíba em paz e pela paz

Em um vídeo com duração de 3 minutos e dois segundos, a CLP – Liderança Política, organização suprapartidária que avalia políticas públicas em todo o Brasil, com o objetivo de garantir a visibilidade das boas práticas, apresentou o programa **Paraíba Unida pela Paz**, iniciativa criada pelo governo de Ricardo Coutinho, como uma das seis ações políticas de destaque no *Ranking* de Competitividade dos Estados. A organização divulgou que o projeto inovou ao introduzir um modelo de gestão que estabelece diretrizes “únicas e harmônicas para a atuação dos órgãos operativos, como a Polícia Militar, a Polícia Civil e o Corpo de Bombeiros”.

Como uma tecnologia social, o programa **Paraíba Unida pela Paz** foi criado pela Lei estadual 11.049/2017, mas é resultado de prática de campo iniciada em 2011. Liderado pela Secretaria de Estado da Segurança Pública e da Defesa Social, o programa tem como objetivos principais a defesa prioritária da vida e do patrimônio; a busca, promoção e garantia da segurança, ordem pública e paz social no estado, por meio de ações integradas dos órgãos operativos da pasta. O eixo central do programa é, portanto, o cumprimento de metas para redução dos crimes, aumento da segurança e preservação dos direitos fundamentais em uma cultura de paz.

Os entrevistados do vídeo produzido em 2019, todos eles profissionais vinculados à Segurança Pública, anunciaram resultados recentes que validam o bom desempenho do Programa. Por sete anos seguidos, o registro de homicídios tem sido menor, no estado. Entre janeiro e agosto de 2019, o número de ocorrências de assassinatos tinha sido 21,4% menor do que no mesmo período do ano anterior. Reflexo, certamente, das políticas implementadas nas gestões de Ricardo Coutinho (2011 - 2018).

A comemoração do secretário de Segurança Pública reforça o compromisso do Programa de enfrentar, conter e superar o quadro da violência na Paraíba. E, especialmente, celebra o êxito da substituição dos métodos repressivos tradicionais e arcaicos pelo privilegiamento de uma nova cultura de paz, orientada para a sociedade.

Essa não foi a única avaliação externa positiva do **Paraíba Unida pela Paz**. Também, nos primeiros meses de 2019, o Programa ficou entre os dez finalistas do Prêmio da ODS Brasil – Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), do Governo Federal, em parceria com a Organização das Nações Unidas (ONU).

Outro número que evidencia a boa prática dessa política é a redução das Taxas de Crimes Violentos Letais Intencionais (CVLI) por grupo de 100 mil habitantes. Esse indicador evoluiu dos 44,3, registrados em 2011, para 30,3, computados em 2018; uma queda expressiva de 32%.

Assim como ocorria em outras áreas de interesse social, também no setor da Segurança Pública o governo socialista do PSB iniciava uma nova estratégia de enfrentamento e gestão, a partir do ápice do problema. Entre 2004 e 2010, o estado foi marcado pelo crescimento do número de registros de mortes violentas. Desde 2008, a taxa de homicídios por cem mil habitantes superava a marca nacional. Os casos concentravam-se na Região Metropolitana de João Pessoa, sendo que, em 2010, 85% das ocorrências envolviam o uso de armas de fogo. As ações dos grupos de extermínio atuantes no estado tinham como vítimas preferenciais os egressos

do sistema penitenciário. Essa dinâmica chegou às manchetes nacionais, no início de 2009, com a execução do advogado e ativista Manoel Mattos, que há tempos vinha denunciando a ação violenta desses grupos na Paraíba. Foi o primeiro caso no país de federalização da investigação e de julgamento de um crime que envolvia grave violação dos direitos humanos.

A união pela paz em todo o estado da Paraíba foi a mais exitosa estratégia adotada para estancar as sucessivas e crescentes ações criminosas. Assim como ocorreu nas áreas da Educação, do Desenvolvimento Social e da Saúde, o novo programa para a segurança pública foi estruturado com base no modelo de pactuações entre governo estadual e prefeituras municipais.

Em 2011, o primeiro desafio foi o de gerenciar uma greve dos profissionais de segurança decorrente da impossibilidade de concessão de aumentos salariais. Deflagrada por policiais militares nas vésperas do Carnaval, a greve fez com que o governo do estado precisasse pedir o apoio do Governo Federal, que chegou a enviar tropas da Força Nacional para a Paraíba. Os demais profissionais de segurança pública e os agentes penitenciários também aderiram ao movimento, que foi encerrado por determinação judicial. Posteriormente, as leis que deram origem aos fatos – publicadas em 2010, no apagar das luzes da gestão anterior –, as quais equiparavam os salários dos policiais e agentes penitenciários do estado aos vencimentos dos profissionais de Sergipe, foram consideradas inconstitucionais pelo Poder Judiciário.

A questão da segurança pública tornou-se pauta prioritária do governo estadual. Foi necessário elaborar uma política pública centrada na redução dos crimes contra a vida. O desafio imediato foi apresentar abordagens e iniciativas capazes de produzir resultados em curto prazo e, simultaneamente, formular e adotar ações de caráter estruturante e estratégico. No primeiro diagnóstico produzido pela equipe técnica da Secretaria de Segurança Pública apareciam com destaque um cenário detalhado

da criminalidade no estado e a identificação dos problemas estruturais do setor, que iam da ausência de uma política pública sistematizada e de insumos fundamentais para sua construção (estatísticas/inteligência) até a falha na integração com agentes fundamentais (como o sistema de justiça criminal). Havia problemas sérios nas polícias, desde a falta de integração até o descumprimento de procedimentos elementares, como preservar o local de crime e instaurar inquéritos em casos de homicídios.

O marco inicial do programa foi o evento Fórum Paraíba Unida pela Paz, realizado em 2011. Gestores, profissionais de segurança pública e representantes de movimentos sociais, universidades e sociedade civil organizada conceberam, juntos, o **Programa Paraíba Unida pela Paz**. A lei que cria o programa dispõe sobre seus objetivos, sua estrutura de governança e seus eixos estruturantes. A proposta concentrou-se em promover a prevenção e a repressão qualificadas da violência; o aperfeiçoamento institucional; a informação e gestão do conhecimento; a formação e capacitação das equipes; a prevenção social do crime e da violência; a integração e articulação institucional; e a valorização dos profissionais do setor.

Os resultados obtidos, ao final de oito anos de mandato, respaldam as iniciativas e estratégias adotadas. O **Programa Paraíba Unida pela Paz**, efetivamente, alcançou o propósito de reduzir o número de Crimes Violentos Letais Intencionais (CVLIs). De acordo com os dados do Anuário Brasileiro de Segurança Pública de 2017, a Paraíba foi o único estado da Federação a registrar seis anos consecutivos de redução de homicídios (Gráfico 14). De acordo com o mesmo anuário, o número foi decrescente, também em 2018, só voltando a crescer no final de 2019.

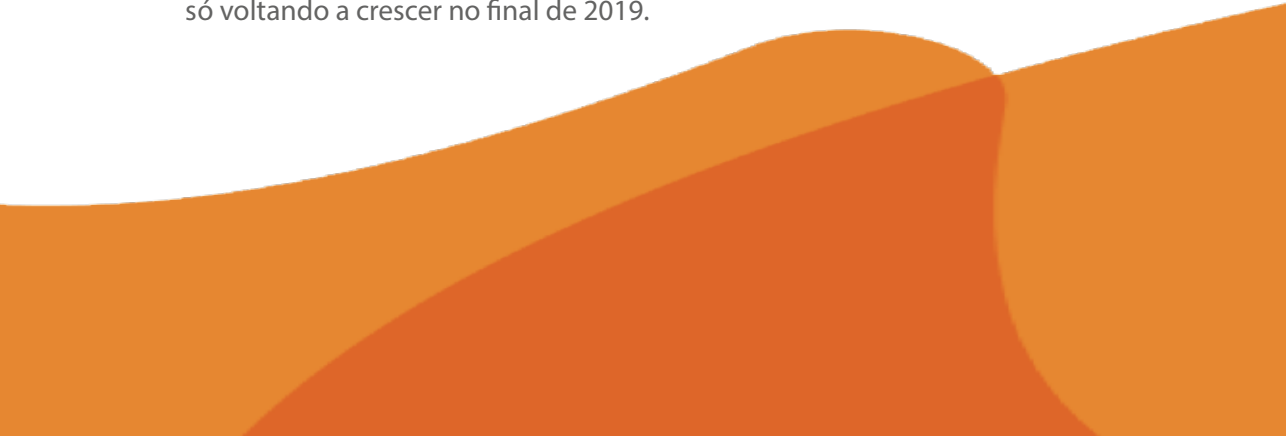
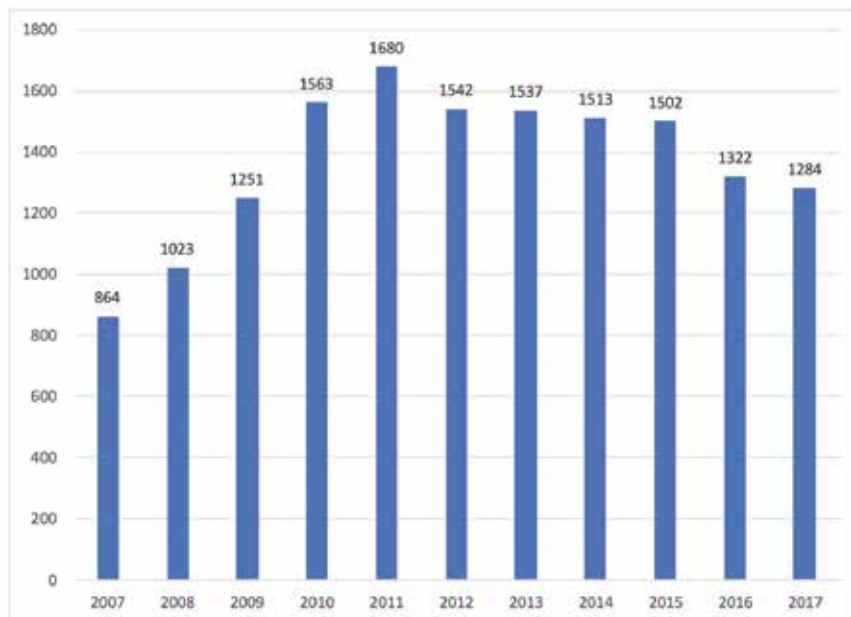


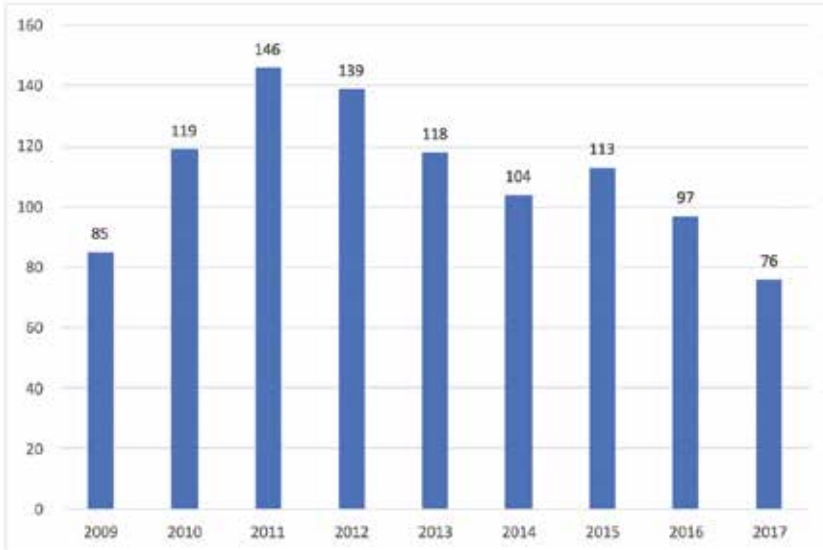
Gráfico 14 - Total de vítimas de CVLI, 2007/2017, Paraíba



Fonte: Secretaria de Segurança Pública, 2018.

O trabalho orientado para a redução da violência de gênero tem impactado também o número de assassinatos de mulheres. A redução global do número de mulheres vitimadas, entre 2011 e 2017, foi de 48%, se considerados os números absolutos, e de 51%, se considerada a taxa por 100 mil mulheres (Gráfico 15).

Gráfico 15 - Quantidade de mulheres vítimas de CVLI na Paraíba, 2009/2017



Fonte: Secretaria de Segurança Pública, 2018

A criação do **Comitê de Governança e do Comitê Gestor** foi fundamental para o sucesso do programa. As atividades dessas duas instâncias foram decisivas para a sistematização do fluxo de troca de informações, de compartilhamento da base conceitual, do controle e acompanhamento e, mesmo, para a renovação constante dos propósitos que davam coesão e sentido ao projeto de transformar o estado em um lugar seguro.

O **Comitê de Governança** era liderado pelo governador Ricardo Coutinho, que priorizou essa atividade em sua agenda, participando ativa e regularmente dos encontros e atividades de balanço e planejamento. Cabia a esse Comitê monitorar, discutir e direcionar políticas públicas para promover, no âmbito de atribuição de cada órgão ou poder, a celeridade e efetividade no Sistema de Justiça Criminal e contenção da criminalidade.

São membros fixos do Comitê de Governança, além do governador, o secretário de Estado da Segurança e da Defesa Social, o secretário de Estado da Administração Penitenciária, o delegado-geral de Polícia Civil, o comandante-geral da Polícia Militar, o comandante-geral do Corpo de Bombeiros Militar, representantes do Poder Judiciário, do Poder Legislativo, do Ministério Público e da Defensoria Pública.

Já o Comitê Gestor é presidido pelo secretário de Segurança, responsável por estabelecer diretrizes para a atuação dos órgãos de segurança, a partir de acompanhamento diário, diagnósticos periódicos, plano de ação e monitoramento semanal de ações e resultados. Integram a instância, ainda, o secretário executivo de Segurança, o delegado-geral da Polícia Civil, o comandante-geral da Polícia Militar e o comandante-geral dos Bombeiros.

No interior desses dois Comitês, foram propostas, avaliadas e aprovadas as principais medidas do programa. O modelo de governança adotado serviu como estrutura sólida para balizar a produção de conhecimento especializado, fator de importância estratégica nessa área. O sistema de metas com bonificação foi o ponto que manteve e estimulou a motivação de todos os profissionais envolvidos nas diversas áreas comprometidas com os resultados.

Na prática, o Comitê Gestor monitora, semanalmente, os índices criminais; e, a partir de metas e prioridades previamente estabelecidas, os gestores de área apresentam os problemas identificados e os requisitos necessários para a execução das ações planejadas. A principal ferramenta de gestão do programa é esse painel de indicadores estratégicos, que tem a função de manter aparentes os objetivos a serem alcançados. Como os dados são atualizados com frequência, o painel colabora, criteriosamente, para a validação das trajetórias das intervenções, ou aponta os tempos e alcances das eventuais correções de rumo.

A participação do governador nas reuniões mensais do Comitê Gestor

fortaleceu muito o programa. Sua presença conferia prestígio ao grupo, garantindo tratar-se de tema prioritário para sua gestão. Em muitos casos, naturalmente, sua presença regular agilizava a tomada de decisões e dinamizava o andamento das ações do programa.

A compatibilização das áreas territoriais de todas as forças policiais foi medida fundamental para promover a integração operacional do planejamento e da execução das ações de segurança pública. A partir do redesenho da divisão territorial do sistema de segurança, foi possível estabelecer a responsabilização territorial na qual se baseia o sistema de governança do programa.

A Lei Complementar 111/2012 regulamentou a compatibilização e a responsabilização territorial integrada operacional das Polícias Militar e Civil e do Corpo de Bombeiros Militar do Estado da Paraíba, criando três espécies de Territórios Integrados de Segurança e Defesa Social.

A Região Integrada de Segurança Pública e Defesa Social (Reisp) é uma divisão estratégica de circunscrição com responsabilidades compartilhadas, em nível de alto comando, com gerência sobre as Áreas Integradas de Segurança Pública e Defesa Social (Aisps). Essas Aisps, de seu lado, são as divisões táticas de circunscrição com responsabilidades compartilhadas, em nível de comando intermediário, com gerência sobre os Distritos Integrados de Segurança e Defesa Social (Dips). Esses Distritos são divisões operacionais de menor circunscrição, com responsabilidades compartilhadas, compostas por bairros ou municípios.

Uma ação inovadora da gestão do programa foi a produção regular de diagnósticos, com análise exaustiva de estatísticas criminais georreferenciadas. A conduta concorreu para o aprimoramento continuado dos processos de trabalho. Ao longo dos anos, a prática se constituiu em movimento sistêmico de absorção e elaboração das experiências advindas da prática no campo. O paradigma consolidado permite o planejamento prospectivo de cenários, de hierarquização de ações e prioridades.

Apesar de existir de fato desde o início da gestão, em 2011, a unidade responsável pelo trabalho com planejamento estratégico e produção de conhecimento foi institucionalizada pela Lei 10.467/2015. Assim é que a Assessoria de Ações Estratégicas (AAE) foi instituída com fins de assessoramento estratégico e produção de conhecimento para subsidiar a tomada de decisões pelos gestores da Segurança Pública e Defesa Social. A lei criou, também, o Núcleo de Análise Criminal e Estatística (Nace). Subordinado à AAE, o Núcleo estava encarregado da produção de relatórios de análises e estatísticas dos indicadores de referência para a Secretaria. A AAE e o Nace são, também, incumbidos do monitoramento da gestão por resultados do programa **Paraíba Unida pela Paz** e pela aferição do alcance de metas, inclusive, no que se refere à bonificação dos profissionais de segurança.

O sistema de gestão por resultados estruturou-se a partir da fixação de objetivos e indicadores de desempenho e de metas a serem alcançadas pelas forças policiais, pelo que, em contrapartida, haveria bonificações remuneratórias, conforme o sistema de premiação instituído pela Lei 10.327/2014. Ao final de cada ano, são estabelecidas as metas gerais e específicas de desempenho do sistema de segurança, a partir de uma série de critérios técnicos. Na prática, vem sendo mantida a meta de redução de 10% no número absoluto de CVLIs em relação ao mesmo semestre do ano anterior.

A partir do alcance, parcial ou total, das metas, é pago semestralmente aos policiais o Prêmio Paraíba Unida pela Paz (PPUP), em valores que variam de R\$ 800 a R\$ 2.160, a depender do cargo/posto do profissional e do desempenho das Reisps e Aisps. Outro mecanismo de estímulo adotado pelo governo do estado foi a bonificação por apreensão de armas ilegais, instituída, em 2012, pela Lei 9.708. A equipe responsável pela apreensão pode receber de R\$ 600 a R\$ 900, de acordo com o tipo de arma apreendida. O valor pago é acrescido de 30%, no limite máximo de R\$

1.500, quando a arma é apreendida em “blitzs realizadas em motocicletas, táxis ou ônibus, bem como as decorrentes de cumprimento de medidas cautelares de busca e apreensão ou mandado de prisão”. Com essa medida, cerca de 21,4 mil armas foram retiradas de circulação pelas polícias do estado, entre 2011 e 2017.

No vídeo realizado pela CLP – Liderança Política, no início de 2019, para apresentar o Programa Paraíba Unida pela Paz, implantado na gestão Ricardo Couitinho, o estado é apontado como o terceiro no Brasil em apreensão de armas. O destaque para essa conquista se dá, sobretudo, porque, na essência do programa, está a ideia de que a ausência de armas circulando nas comunidades paraibanas é primordial para a diminuição da violência.

Duas outras ações foram fundamentais para a sustentação operacional do programa: a criação de um sistema integrado de inteligência em Segurança Pública e do sistema de radiocomunicação.

Formalizado pela Lei 10.338/2014, o Sistema Estadual de Inteligência de Segurança e Defesa Social do Estado da Paraíba é chefiado pelo secretário de Segurança e tem como instância de coordenação, planejamento e execução, uma área criada na estrutura da secretaria. Para o desenvolvimento das atividades de inteligência e contrainteligência, essa Agência Central tem garantido, por lei, o acesso a toda e qualquer informação ou documentação produzidas pelos órgãos ou entidades da administração direta, ou indireta, do estado, dos subsistemas de inteligência das forças policiais, do sistema prisional e da Casa Militar.

No campo da comunicação, foi preciso remodelar todo o sistema das polícias. A Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel) definiu prazo para o fim da utilização da tecnologia analógica e para sua substituição pela digital. Em junho de 2017, foi entregue a primeira etapa do novo sistema, que integrou a comunicação com base na tecnologia mais avançada entre as forças de segurança, o sistema penitenciário e o Detran, na região metropolitana de João Pessoa. O investimento para a instalação do

novo sistema de radiocomunicação foi de R\$ 33 milhões, custeado com recursos federais e próprios. Ao fim, foram estruturados três centros de controle (JP, CG e Patos) e uma estrutura de 40 torres, que permitem o funcionamento de cerca de 5.600 rádios (4 mil portáteis, 1.300 móveis e 332 fixos).

É importante registrar que a reserva e a destinação de recursos orçamentários para o combate à violência no estado se deram de modo continuado e crescente, em todos os anos dos dois mandatos do governador Ricardo Coutinho (Tabela 8).

Tabela 8 - Avanços, inovações e cenário atual – Orçamento

| | |
|------|--------------------|
| 2011 | R\$ 613.489.824,33 |
| 2012 | R\$ 696.344.895,69 |
| 2013 | R\$ 751.945.600,82 |
| 2014 | R\$ 879.281.122,72 |
| 2015 | R\$ 931.252.306,18 |
| 2016 | R\$ 986.781.929,60 |
| 2017 | R\$ 997.896.324,44 |

Fonte: Secretaria da Segurança e Defesa Social, 2018.

Em relação às parcerias com o governo federal, entre 2012 e 2014, a partir da adesão ao Programa Brasil Mais Seguro, foram pactuados 25 convênios entre o estado e a União, que resultaram em um repasse no valor de mais de R\$ 68 milhões. Esse aporte fez com que, em 2013, a Secretaria de Segurança remodelasse os processos internos relativos à pactuação e execução de convênios, o que possibilitou o cumprimento integral de todos os contratos firmados. Entre 2015 e 2016, foram pactuados mais três convênios, decorrentes de emendas parlamentares, com novos recursos disponibilizados para a gestão do PSB.

Um dos principais desafios do governo foi a requalificação das políticas na área de gestão de pessoas ou de recursos humanos, com destaque

para os padrões de remuneração e qualificação técnica. Dadas as características crônicas da cultura do trabalho nas estruturas da administração pública, especialmente naquelas impregnadas dos conceitos e distorções do Estado patrimonialista e autoritário, torna-se estratégico reconceituar a formação e a conduta profissionais dos servidores em geral; mas, especialmente, daqueles que atuam nas áreas mais sensíveis para a sociedade.

Assim, visando à valorização profissional no âmbito da Segurança Pública, o governo criou o **Centro de Assistência Psicológica da Polícia Militar da Paraíba** (PMPB); unidade de atendimento multiprofissional, que, também, mantém o Centro de Assistência Social e outros serviços, como atendimentos psiquiátrico, nutricional e fonoaudiológico. No atendimento psicológico, o Centro atua com os serviços de psicoterapia adulto e infantil, individual e em grupo, e promove a assistência psicológica pós-ocorrência de grande complexidade. Os profissionais do Centro também proporcionam psicoeducação à tropa e assistem o corpo de alunos dos diversos cursos da PMPB.

Considerando as atividades de capacitação executadas pela própria Polícia Militar e as ofertadas pelo governo federal, foi possível qualificar mais de 28,2 mil policiais, no período de 2012 a 2016. Um ponto importante, nesse aspecto, foram as alterações implementadas nos cursos de formação, o que tornou a capacitação efetivamente rigorosa e criteriosa, superando um passado de negligência e descaso na gestão da área. Um exemplo que bem ilustra o salto de qualidade instituído refere-se ao fato de que, atualmente, um policial militar se forma tendo disparado cerca de 200 tiros durante o curso de formação, cuja duração alcança cerca de nove meses, ao longo dos quais deve ser cumprida uma carga horária de mais de cem horas-aula presenciais.

O investimento feito pelo governo viabilizou, também, **aumento de 158,17% na frota de veículos da PMPB**. A quantidade de viaturas destinadas ao serviço operacional saltou de 457 para 1.385; o que impac-

tou, ampla e profundamente, as condições de operação para o policiamento preventivo e ostensivo realizado pela corporação. Houve, ainda, intenso fomento à aquisição de novos equipamentos de proteção e de armas de fogo. Se, em 2010, a Polícia Militar dispunha de 2.233 coletes; em 2017, a corporação já contava com um suprimento de 9.694 itens à prova de balas.

A criação das Unidades de Polícia Solidária (UPSs) foi uma iniciativa determinante para estimular a proximidade entre a força policial e as comunidades. As Unidades contavam com uma base fixa e com o apoio de policiamento de radiopatrulhas e motocicletas. Ao longo das duas gestões, foram instaladas e operadas 25 Unidades de Polícia Solidária fixas e 15 móveis (sediadas em veículos *vans*). Seu funcionamento colaborou de modo destacado para a resolução de problemas e para a pacificação de conflitos nas mais diversas comunidades em que atuam. A média geral de redução da criminalidade nos bairros e comunidades que contam com UPS era, em 2018, superior à meta de 10% do Programa **Paraíba Unida pela Paz**.

Ao colocar fim nas interferências políticas na alocação de profissionais na Polícia Civil da Paraíba (PCPB), o Governador Ricardo Coutinho permitiu a implantação, ainda que simplificada, de um modelo de gestão por competências. Delegados que ocupavam cargos estratégicos na Polícia Civil foram entrevistados e selecionados pelo próprio governador.

A alteração na forma de seleção dos ocupantes dos cargos estratégicos, somada à metodologia de gestão do programa, que se traduz em um sistema encadeado de cobrança de resultados, que chega até a ponta, são as principais mudanças introduzidas para promover uma efetiva profissionalização da PCPB.

A compatibilização dos territórios promoveu a ampliação da estrutura administrativa da polícia. O que antes era apenas uma gerência (sediada em João Pessoa), que atendia nove regionais, passou a constituir-se de três Regiões Integradas de Segurança Pública e Defesa Social (Reisp) e por 22 Áreas Integradas de Segurança Pública e Defesa Social (Aisps).

Essa ampliação da estrutura exigiu, naturalmente, o aumento do contingente de pessoal. E, também nessa área, o governo buscou atender as demandas. Em 2014, foi oferecido um curso de formação, que possibilitou certa oxigenação na instituição. No ano seguinte, registrou-se o ingresso de cerca de 470 novos policiais: 31 delegados, 249 agentes de Investigação e 190 motoristas.

De acordo com o relatório de ações positivas da PCPB, atualizado com dados de 2017, foram diversas as medidas de valorização profissional adotadas na instituição. Entre elas, pode-se destacar a implantação da Bolsa de Desempenho Policial para todos os policiais civis, em 2013. Essa gratificação para policiais da ativa e em efetivo exercício no Poder Executivo foi regulamentada por lei em 2018. O menor valor pago era de R\$ 499,48, e o maior valor era de R\$ 4.152,39.

Outras medidas importantes foram a implantação de política de recomposição e segurança salarial, por intermédio da reposição anual de perdas em virtude da inflação e do início do processo de incorporação do valor pago em horas extraordinárias; e a implantação, em 2011, do vale-alimentação para todos os policiais civis.

No que diz respeito aos equipamentos, uma das intervenções que reverteu o ciclo continuado de degradação das condições operacionais da corporação foi a adoção do modelo de aluguel das viaturas, especialmente para o interior, que antes contava apenas com o refugo da frota da capital e passou a ter carros novos e/ou em melhores condições de uso. Antes, havia uma cota mínima de combustível, o que fazia com que, absurdamente, operações em curso fossem interrompidas. Com as novas medidas, o combustível passou a ser fornecido nas quantidades suficientes para o funcionamento regular das ações de segurança, conforme o planejamento estabelecido pelos setores específicos.

Uma nova **Academia de Polícia** foi construída com o apoio de uma parceria público-privada e contou com investimentos da ordem de R\$ 7

milhões. A Polícia Civil foi, também, beneficiária dos recursos repassados ao Governo do Estado, pela União, o que, com algumas iniciativas locais, possibilitou avanços estruturais marcantes na instituição. Entre as medidas estaduais, vale destacar a negociação empreendida para a permuta do terreno em que ficava originalmente localizada a Academia da Polícia Civil (Acadepol) pelos recursos necessários para a construção de uma nova Academia e de uma moderna Central de Polícia.

A Acadepol foi inaugurada em 2013 e ocupa três hectares de área construída, com 14 salas de aula, biblioteca, laboratório, bloco administrativo, auditório para 300 pessoas, refeitório, campo de futebol, gabinetes médico e psicológico e enfermaria, ampla área de lazer e um complexo de tiro desportivo.

A atividade de formação mantida na Acadepol é continuada e realizou, em parceria com a Universidade Estadual da Paraíba (UEPB), cursos de especialização em Gestão Estratégica em Segurança Pública; em Inteligência Policial e Análise Criminal; em Direito Penal e Processual Penal; que serão considerados para a promoção da carreira.

Inaugurada em 2015, em João Pessoa, a Central de Polícia da PCPB é motivo de muito orgulho para a instituição. Trata-se de um complexo que congrega quase todas as unidades especializadas, além da central de flagrantes. Essa superestrutura veio substituir a central anterior, muito antiga e sem condições adequadas de funcionamento; e não apenas motivou os servidores como elevou significativamente a qualidade do atendimento à população.

Também foram construídas e reformadas unidades policiais nos municípios de Mari, Esperança, Mamanguape, Alhandra, Itaporanga, Santa Rita, Queimadas, Monteiro. Em Guarabira, Catolé do Rocha e Solânea, foram instaladas novas Centrais de Polícia. Patos recebeu uma Superintendência Regional. Em 2011, com investimentos de cerca de R\$ 2 milhões, em estrutura e equipamentos, uma nova Central de Polícia foi inaugurada em Cam-

pina Grande. Desde 2014, a cidade passou a contar, também, com uma nova sede do **Instituto de Polícia Científica** (IPC), na qual foram investidos mais de R\$ 11 milhões. O complexo centralizou em um único local os serviços de Medicina Legal e Criminalística e possibilitou o início do funcionamento de novas especialidades periciais, como documentos copia forense, informática forense, além da expansão dos laboratórios e a diversificação de exames.

Foram criadas, ainda, as **Delegacias do Consumidor e de Combate ao Crime Organizado**. A Delegacia Especializada de Repressão aos Crimes Homofóbicos da Capital foi transformada e passou a combater e tratar, também, os crimes Raciais, Étnicos e Delitos de Intolerância Religiosa.

Com relação às unidades especializadas, a lógica adotada foi para fortalecer sua atuação na investigação e qualificar o atendimento prestado ao público nas delegacias de bairro. A cobrança e o monitoramento do combate ao crime foram, portanto, destinados às especializadas, enquanto às delegacias de bairro competia prestar contas das mudanças de qualidade do atendimento ao público; modelo esse considerado mais um mecanismo de profissionalização da PCPB.

Na pauta das especializadas, mereceram especial atenção os atendimentos às mulheres vítimas de violência e as investigações de homicídios.

Por orientação do governo, foi criada a **Coordenação das Delegacias Especializadas de Atendimento à Mulher** (Coordeam), que, com a estatutura funcional de uma superintendência, coordena a atuação de todas as **Delegacias Especializadas de Atendimento à Mulher** (Deams). A Coordenação formula a linha da política pública, e um núcleo administrativo articula todas as delegacias, dá orientações, adota um fluxograma comum, pensa a política de prevenção, oferece palestras e articula parcerias com a Secretaria da Mulher e com toda a rede de proteção. Quatro novas Deams foram criadas: uma em Mamanguape; uma em Monteiro; uma em Picuí; e mais uma em João Pessoa. Criou-se, adicionalmente, dois novos núcleos

específicos, que não são delegacias, mas contam com uma delegada especializada. A atenção especializada à mulher pode ser avaliada como uma prática inovadora introduzida no estado pelo governo do PSB.

A investigação de homicídios – atividade fundamental para o **Programa Paraíba Unida pela Paz** – organizou-se em uma rede composta por uma delegacia especializada, em João Pessoa, que contava com nove delegados, e outra em Campina Grande, além de núcleos em todas as seccionais. Todos os profissionais que atuavam na investigação de homicídios passavam por uma capacitação específica, e cada caso era acompanhado, diariamente, pela Delegacia-Geral e pelo Nace.

O monitoramento sistemático dos inquéritos – não só dos homicídios, mas de todos os CVLIs – foi chamado de Operação Autoria CVLI e, logo, demonstrou resultados relevantes no que se refere à elevação dos indicadores de elucidação e resolução dos casos mais emblemáticos. Em 2013, o índice de resolutividade era de 38% dos casos. Em 2017, o índice registrado já era de 52%. Essa prática foi primordial para estabelecer uma relação de novo tipo entre a polícia e a sociedade.

Parte da melhora nos índices de esclarecimentos de CVLI é creditada à parceria com o Programa Brasil Mais Seguro, que financiou a aquisição de diversos equipamentos. Mas é reconhecido que a metodologia de gestão do Programa Paraíba Unida pela Paz foi fundamental para alcançar esses resultados, uma vez que a contrapartida de todos os insumos era cobrada regularmente dos gestores responsáveis pelo andamento dos inquéritos instaurados

O principal legado da gestão na área da perícia foi um esforço de interiorização das atividades. Além de reduzir o tempo de chegada ao local da ocorrência – o que constitui um indicador de tempo-resposta fundamental para os procedimentos de perícia –, a interiorização também agilizava o encaminhamento da prova pericial para as delegacias locais.

A criminalística passou a contar com um setor de engenharia forense,

e a efetiva instalação do serviço de reprodução simulada, além do aprimoramento das perícias genéticas, que passaram a incluir a análise de DNA mitocondrial.

Vários novos equipamentos que permitiram *upgrade* tecnológico das atividades periciais foram adquiridos, como *scanner* corporal, *scanner* 3D para perícia em local de crime, além de cinco novos microcomparadores destinados a exames de balística forense. Também foram introduzidas algumas melhorias nos processos internos, mediante a normatização de procedimentos centrada na qualidade da prova (como coleta, manuseio e acondicionamento de vestígios). Uma inovação fundamental para os êxitos do Programa Paraíba Unida pela Paz no que se refere às atividades periciais foi a instalação de lacres numerados nos cadáveres das vítimas. O novo protocolo passou a garantir maior correção na contagem das vítimas de CVLIs e a eliminação das trocas de identidades.

Uma das insatisfações do ex-governador Ricardo Coutinho, quando olha para trás para avaliar seus mandatos, é não ter conseguido avançar na resolução dos vários problemas existentes no sistema penitenciário. Em 2010, o Brasil tinha 66,37% presos a mais do que vagas no sistema prisional. O número de presos excedia o de vagas em 75,83%, no Nordeste, e em 58,89%, na Paraíba. Em 2011, na busca pela reversão dos dados desfavoráveis nessa área, o Governo da Paraíba criou a **Secretaria de Administração Penitenciária** (Seap); o que possibilitou, a princípio, maior profissionalização na gestão da área. Além da imediata mudança de competência da secretaria, outras medidas modernizadoras foram, progressivamente, introduzidas no sistema, ao longo dos oito anos dos dois mandatos.

A compatibilização das áreas de gestão penitenciária com as divisões territoriais do sistema de segurança pública foi uma iniciativa já aprendida na Tecnologia Social do Programa Paraíba Unida pela Paz. A seleção de diretores dos estabelecimentos penais passou a ocorrer entre agentes penitenciários concursados com o perfil operacional e de gestão. O fortale-

cimento da escola de gestão penitenciária garantiu a atualização e especialização da equipe. Houve, ainda, a inclusão dos agentes penitenciários no sistema de metas do **Programa Paraíba Unida pela Paz** e a criação de uma **Gerência de Ressocialização**, inovação que exerceu uma função destacada para a requalificação do sistema.

O aumento no aporte orçamentário do estado na área de Segurança e a aproximação com o Governo Federal, por meio do Programa Brasil Mais Seguro, também possibilitaram a captação ampliada de recursos do Fundo Penitenciário. Foram pactuados nove convênios, que, juntos, totalizaram R\$ 20,354 milhões. Além disso, com a adoção do sistema de transferência fundo a fundo, o Departamento Penitenciário (Depen) repassou ao estado R\$ 44.784 milhões, em 2016, e R\$ 18.888 milhões, em 2017.

Pautados pela situação de conflito no Presídio do Róger, a partir de agosto de 2015, o Governo do Estado passou a contar com o sistema de audiências de custódia, determinado pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ), que tem dupla função: a) verificar a necessidade de manutenção da prisão provisória das pessoas detidas em flagrante; e b) verificar se o preso foi submetido a algum tipo de agressão ou tortura pelos agentes responsáveis por sua prisão. De acordo com o CNJ, entre agosto de 2015 e junho de 2017, foram realizadas 6.027 audiências de custódia em João Pessoa, que resultaram na liberdade provisória de 44,32% dos presos.

Duas ações promovidas no interior do Presídio do Róger destacaram-se, nesse período. A primeira foi a criação de um pavilhão específico para os presos condenados pela Lei Maria da Penha. A segunda foi a reserva de espaços e instalações exclusivas para atendimento a presos LGBTs. Apesar das dificuldades inerentes aos manejos no sistema superlotado, foram adotadas algumas iniciativas importantes relacionadas à preservação de direitos e ao esforço para evitar o envolvimento de presos comuns com presos organizados em facções.

Com as mudanças propostas na legislação do Programa Paraíba

Unida pela Paz, os agentes penitenciários passaram a fazer jus ao mesmo prêmio recebido pelos praças da Polícia Militar, conforme metas específicas e pertinentes às suas rotinas no presídio, como, por exemplo, o controle de fugas e a redução de violência no interior das unidades. Com isso, a redução de problemas passou a ser uma prioridade para os agentes, visto que resultava em ganhos financeiros. Assim, o número de mortes violentas no sistema caiu de 18, em 2016, para três, em 2017, e o de fugas foi reduzido de 44 para 28, no mesmo período.

O aumento no número de agentes penitenciários, que passou de 982 para 1.861; os salários médios, que passaram de R\$ 1.992,00 para R\$ 3.547,80; e a quantidade da frota de viaturas, que aumentou de 59 para 137 unidades, sendo 56 próprias e 81 locadas, foram iniciativas acertadas para minimizar e, mesmo, gerenciar os problemas imediatamente decorrentes do limite de vagas no sistema prisional.

Uma medida do impacto foi a criação da **Gerência de Ressocialização**. Instituída nos primeiros meses de 2011, a nova estrutura era responsável pela formulação e execução da política de (re)inclusão social dos presos, além de prestar assistência às famílias, quando pertinente. A Gerência atuava com base em um programa chamado Cidadania é Liberdade, que se traduz em uma série de iniciativas estratégicas relacionadas a cinco eixos: trabalho, educação, saúde, família e cultura.

Voltada para as metas de ressocialização, a oferta orientada de trabalho foi fator responsável pelo atingimento de marcas animadoras. Cerca de 11,4% da população carcerária da Paraíba passou a se envolver em atividades laborais internas e externas. As atividades internas eram desenvolvidas pelos presos que estavam em regime fechado e se constituíam, basicamente, dos trabalhos necessários ao funcionamento da própria unidade prisional (alimentação, manutenção e limpeza), bem como da costura de bolas, atividade realizada no interior das próprias celas, por meio da parceria com uma empresa privada.

Os presos em regimes aberto e semiaberto, aqueles que já haviam alcançado o benefício do livramento condicional, tinham o trabalho viabilizado por meio de convênios ou da parceria com empresas que, desde 2011, estavam obrigadas legalmente a contar com 5% de mão de obra de egressos do sistema prisional nos contratos que firmavam com o Estado.

No mesmo sentido, a Seap oferecia cursos profissionalizantes para qualificar trabalhadores como assistente de cabeleireiro; em cozinha básica; serigrafia; como garçom; em informática básica; e como aplicador de revestimento cerâmico.

Academia de Polícia, em João Pessoa. Foto: Acervo Memorial Ricardo Coutinho, 2020.



Instituto de Polícia Científica (IPC), em Campina Grande. Foto: Acervo Memorial Ricardo Coutinho, 2020.





Acima, posto de atendimento da Polícia Solidária e, abaixo, evento de entrega de novas viaturas para a PM. Foto: Acervo Memorial Ricardo Coutinho, 2020.



11 Políticas para garantir a visibilidade orientada para o desenvolvimento humano

Comadre Guerreira, Sandro Gomes, Capitão, Antônio e Júnior são indígenas potiguaras. Gileide Ferreira da Silva e Maria Janaina Silva dos Santos são quilombolas. Mãe Renilda e Babalorixá Pai Erivaldo são, respectivamente, Mãe e Pai de Santo. Marinalda Cavalcante e Jovânia da Silva são mulheres. EfuNyaki é mulher negra. Govana Laverna e Aliel Maia são trans. Todos e todas são paraibanos, paraibanas. Criar e desenvolver uma política pública de desenvolvimento humano que as/os contemplasse foi um desafio assumido nas gestões de Ricardo Coutinho à frente do Governo da Paraíba, entre 2011-2018. Em entrevista, cada um deles e cada uma delas, todos de maneira diferente e referindo-se a práticas distintas, afirmaram terem sido vistos pelo governo.

Houve os que citaram a criação da Patrulha Indígena, o apoio e a oferta de formação na língua dos Potiguaras e dos Tabajaras. Houve as que narraram sua trajetória antes e depois do apoio do **Empreender Mulheres**. Houve aquelas que, felizes, descreveram o desenvolvimento da Associação Mãos que se Ajudam e o sucesso na produção da cocada na kenga. Todos e todas aplaudiram o apoio que receberam para seguir propagando sua cultura religiosa. Houve as que contaram como o forno novo, viabilizado pelo apoio do governo estadual, estava ajudando na queima das louças no Quilombo do Talhado, a 24 quilômetros de Santa Luzia. Houve as que afirmaram que, sozinhas, já vinham fazendo a sua parte; mas que, apoiadas pelos insumos das políticas públicas governamentais, puderam crescer e multiplicar a assistência prestada a outras mulheres negras. Houve, ainda, os que contaram como a música entrou para a rotina dos jovens ciganos.

Olhar para o estado e enxergar todos os paraibanos e paraibannas foi um compromisso e uma conduta permanente do governo. Organizados em movimentos ou não, todos os segmentos da sociedade precisavam ser contemplados como cidadãos plenos alcançados igualmente pelos fundamentos e prerrogativas asseguradas pelo Estado Democrático de Direito. A proposta foi acender as luzes da cidadania e tirar das sombras da sociedade todas as pessoas que estivessem impositivamente invisibilizadas pela exclusão, pelas desigualdades, pelos preconceitos. Isso incluiu jovens sem qualquer acesso anterior à cultura; pessoas idosas que avançaram no tempo sem uma casa própria; crianças em estado de vulnerabilidade, precisando de carinho, atenção e leite para crescer; famílias sem renda para o desenvolvimento humano; pessoas com sede.

Em decorrência de todo o perverso passivo social deixado pelas elites oligárquicas, as demandas por inclusão e autonomia eram muitas. Para dar conta do enorme desafio, seria necessário criar políticas estruturadas e consolidadas no orçamento do estado. Nesse sentido, ao longo dos oito

anos, Ricardo Coutinho mais que quadriplicou o orçamento nessa área. “Essa decisão de investir no desenvolvimento social do povo paraibano reflete a nossa crença. Eu penso que a gente fez muita coisa, porque, na verdade, estruturamos uma política de desenvolvimento humano. A Paraíba não tinha uma política de desenvolvimento humano, era mais uma secretaria criada especialmente para pegar os produtos federais. Até 2011, eles somente replicavam aqui as políticas ofertadas pelo governo federal. Eles aplicavam, de acordo com o critério da União, muito mais do que com base na política real da Paraíba. Os recursos iam para as cidades muito mais em resposta às demandas políticas, dependendo de quem representa aquela cidade, do que a partir do vínculo de necessidade do lugar. Isso não podia ser chamado de política. Nós conseguimos montar redes de atendimento social em todo o estado. Nós conseguimos ter projeção nacional”.

O ex-governador lembra de citar alguns programas implementados, como, por exemplo, as ações na área da **Economia Solidária e da Segurança Alimentar**. Enaltece, como um dos destaques, a política de instalação de cisternas. “Nós instalamos milhares de cisternas, porque essa região, até poucos anos atrás, 15 anos atrás, não tinha nenhuma cisterna. Não existia isso. Com o tempo, passou a ter uma aqui, outra acolá. Imagina o que é você morar lá no Primata, com 300 milímetros de chuva anual, e, ao mesmo tempo, mesmo sendo pouca, não ter onde guardar essa água. E, mais, ter que se deslocar cinco, sete milhas, andando com a lata, é algo desumano. Hoje, no meio do mundo tem cisterna. Isso é um avanço na dignidade humana. Isso não é assistencialismo, isso é dignidade humana.”

Entre as ações na área do Desenvolvimento Social, o governador cita iniciativas que beneficiaram Comunidades Quilombolas. “Fizemos o calçamento em um quilombo do grilo. Investimos, lá, R\$ 800 mil. Apesar das dificuldades, fizemos investimento em todos os cantos do estado. Era

preciso reconhecer todos os segmentos. Todo mundo é igual segundo os direitos, mas nem todo mundo é igual na realidade. Nós tínhamos que tratar diferentemente os que não são iguais.”

Na sequência, lembrou de como o **Projeto Prima** chegou às comunidades de Ciganos. “Nós criamos coisas que apresentaram resultados significativos. As **orquestras do Prima**, por exemplo, nós levamos para dentro da comunidade cigana, lá em Sousa. O cigano é naturalmente muito musical. Eles têm uma facilidade enorme de aprender músicas. Qual era a política que a gente podia colocar lá, fora pão e leite e cartão alimentação? O que a gente poderia levar para aquela criançada? A resposta foi a Orquestra do Prima. Poderíamos contratar professor para ensinar a tocar guitarra ou violão, seria muito mais barato, mas escolhemos levar um tipo de música que gerasse um comportamento, que dialogasse com a vida real, que dialogasse com uma coisa chamada sociedade. As pessoas são interdependentes. Uma orquestra é uma atividade que inclui. Era isso que queríamos, promover a inclusão. Isso é meio imperceptível, porém é real. Todas as orquestras do Prima que nós viabilizamos nas áreas mais vulneráveis, socialmente falando, e em muitas áreas violentas, todas elas, efetivamente, tinham dentro da proposta, e as pessoas automaticamente reconhecem, coisas como disciplina e solidariedade, porque a própria arte sinfônica tem que ser solidária, porque, se ela não for solidária, acaba atrapalhando o trabalho de todo mundo.”

Duas ações, em especial, marcaram os avanços na Assistência Social da Paraíba. Primeiro, a avaliação e a reorganização dos serviços existentes, tendo em vista sua adequação à política nacional para o setor. Posteriormente, a elaboração do trabalho **Topografia Social Regionalizada da Paraíba**, que se consubstanciou em uma ferramenta de estudo socioterritorial, transdisciplinar e multidimensional de planejamento e gestão de políticas públicas. Essa iniciativa produziu informações relevantes para proceder ao mapeamento do território estadual em identificações regionais

de assistência social e para orientar a implantação dos serviços nos municípios-sede ou polo e municípios de abrangência.

O diagnóstico mostrou que o Sistema Único de Assistência Social (Suas) começou a ser implantado na Paraíba no ano de 2005. Porém, de acordo com o Relatório Anual de Gestão da área, realizado em 2010, até este ano, a Secretaria de Desenvolvimento Humano (SEDH) não dispunha de uma estrutura capaz de implantar o sistema conforme as diretrizes estabelecidas na política de regulamentação. No âmbito do Suas, o que estava mais ou menos estruturado, até aquele momento, era a Proteção Básica, que ofertava apenas os Programas Bolsa Família, Benefício da Prestação Continuada (BPC) e o BPC na Escola.

Em 2018, o Suas estava implantado em todos os municípios da Paraíba, com cobertura de 100% do território estadual, em conformidade com a Política Nacional de Assistência Social (PNAS). Além dos equipamentos da Rede Socioassistencial do Suas, o governo estadual implementou outras atividades em regime complementar à Proteção Básica e Proteção Social Especial (Tabela 8).

Tabela 8 - Evolução dos equipamentos do Suas

| | | |
|-----------------|-----|-----|
| Cras | 256 | 269 |
| Creas Municipal | 71 | 78 |
| Creas Regional | 20 | 26 |
| Centros POP | 02 | 06 |
| Centro Dia | 0 | 01 |

Fonte: Paraíba 2011-2018, Gestão Pública, 2018.

A Paraíba avançou, em relação aos demais estados, por ter desenvolvido o Registro Mensal de Atendimento (RMA) de Média Complexidade, em 2014, e o Centro Pop (2018), para realizar a gestão de informações e de conhecimento da Assistência Social. O RMA é um sistema em que,

mensalmente, são registradas as informações relativas aos serviços ofertados e o volume de atendimentos ocorridos nos Centros de Referência da Assistência Social (Cras), Centros de Referência Especializados de Assistência Social (Creas) e Centro de Referência Especializado para População em Situação de Rua (Centros POP). Seu principal objetivo é uniformizar essas informações e, dessa forma, proporcionar dados qualificados que contribuam para o desenvolvimento do Suas.

Com base no diagnóstico sócio-territorial da SEDH, de 2011, foi realizado o reordenamento dos 20 Creas regionais, devido à municipalização de algumas unidades, em 2011, e à expansão de mais seis. Em 2018, a cobertura era de 100% do território paraibano de média complexidade. Em 2013, a Paraíba já contava com 96 Creas, sendo 20 polos regionais de gestão estadual e 76 municipais. Em 2014, essa estrutura foi ampliada com a expansão dos serviços socioassistenciais, e o estado passou a dispor de 26 polos regionais e 78 municipais, o que totalizou 104 unidades. No último ano do governo, 152 municípios estavam inseridos no modelo regionalizado dos 26 polos, que atendiam a oito mil famílias, e os 78 Creas municipalizados. Todos os Creas da Paraíba estavam em conformidade com as Normas Operacionais Básicas (NOB). Nesse caso, também, adotou-se a estratégia de pactuação com o envolvimento de diversos atores sociais. A Paraíba encontrou o caminho da regionalização e da gestão compartilhada como a melhor estratégia para a implementação das políticas públicas de desenvolvimento social.

Dentro da lógica da Proteção Básica, da prevenção, do fortalecimento de vínculos familiares e comunitários, os Centros Sociais Urbanos realizavam atividades socioeducativas, profissionalizantes, esportivas, culturais e de lazer, em parceria com outras instituições. O Governo do Estado investiu R\$ 4.197.660,31 nos CSUs, incluindo reformas da estrutura física, aquisição de equipamentos, oferta de atividades esportivas e culturais e realização de 520 cursos profissionalizantes.

Criado em 2014, o Abono Natalino – um benefício anual no valor de R\$ 32,00, pago em dezembro, – alcançava 100% da população que recebia o Bolsa Família. O programa atendia em média 526 mil famílias/ano. Entre 2014 e 2018, beneficiou aproximadamente dois milhões de famílias. O abono natalino estimulava o comércio local nos finais de ano e, principalmente, a autonomia do beneficiário, que passava a decidir como e quando gastar os valores recebidos. Além disso, por estar vinculado ao Bolsa Família, estimulava as famílias a se manterem usuárias das políticas públicas essenciais – educação e saúde –, o que concorria para quebrar o ciclo vicioso da pobreza.

O **Programa Cidade Madura** ainda entusiasma o ex-governador Ricardo Coutinho. Quando fala sobre a iniciativa, parece lembrar a relação estabelecida com cada um dos beneficiados. Uma política interdisciplinar, o Programa Cidade Madura, criado em 2014, foi implantado pela Secretaria de Infraestrutura. Sua gestão, contudo, ficou a cargo da Secretaria de Desenvolvimento Humano. A proposta era inovadora, pioneira, naquele momento no Brasil, e transformou o modelo de assistência pública às pessoas idosas, ainda com autonomia, que viviam com parentes, em regime de coabitação, sem as melhores e mais adequadas condições de vida plena. Formado por 40 unidades habitacionais adaptadas às necessidades dos moradores, cada condomínio dispõe de posto médico, pista de caminhada, praça e centro de vivência. No período das gestões do PSB, foram entregues cinco condomínios, com um investimento de R\$ 24, 3 milhões.

Quando da realização do diagnóstico dos municípios, houve o reconhecimento da prática do trabalho infantil em 18 deles. Com o reordenamento do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (Peti) na Proteção Básica, o Governo do Estado investiu R\$ 1,8 milhão, a partir de repasses do Governo Federal.

Em 2014, o Estado da Paraíba oferecia 270 vagas para crianças e

adolescentes em unidades de acolhimento. Em 2017, passou a oferecer 480 vagas. A partir de estudos e monitoramentos regulares, formulou-se um plano de implantação para as modalidades Abrigo, Casa Lar e Família Acolhedora. Entre 2016 e 2017, foram implantadas três Casas Lares e reordenadas quatro unidades. Passou-se a promover a capacitação das entidades, assim como se instituiu a cogestão com o Sistema de Justiça.

A principal inovação foi a criação de um protocolo de gestão que passou a orientar as relações entre o Suas e o Sistema de Justiça da Paraíba, na forma de uma resolução que trata das medidas protetivas e socioeducativas.

As atividades de capacitação foram consideradas prioridade, no estado. A Secretaria executou 100% dos cursos do Capacita Suas, em parceria com a Universidade Federal da Paraíba (UFPB) e com a Fundação de Apoio à Pesquisa do Estado da PB (Fapesq) e, com isso, tornou-se referência no Nordeste. Além do que foi repassado pelo Governo Federal, a Paraíba destinou recursos próprios do estado para garantir o suporte às viagens, hospedagens e alimentação dos participantes, inclusive para participação em outros cursos fora da grade do Suas. O maciço investimento governamental em capacitação, intensificando a Política de Capacitação Permanente do Suas, gerou, na prática, a Escola de Gestão do Suas, uma inovação criada pela Paraíba.

Durante a IV Conferência Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, realizada em 2011, o governador da Paraíba assinou o Termo de Adesão ao Sistema Nacional e se comprometeu com a elaboração do **1º Plano Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional**, vigente desde 2016.

A partir de um diagnóstico da situação do estado, nessa área, o Plano definiu diretrizes, estratégias, competências e responsabilidades a serem adotadas pelos órgãos das administrações direta e indireta, envolvidos na condução da política, visando a alcançar as metas estabelecidas para o período de 2016 a 2019.

O Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), executado em convênio

com o Governo Federal, faz a transferência de renda com o objetivo de garantir às famílias em situação de vulnerabilidade social o acesso à alimentação adequada. O programa, que está estruturado em duas modalidades – o PAA Leite e o PAA Compra Direta da Agricultura Familiar – promove a doação simultânea em 127 municípios do estado. Entre os anos de 2011 e 2017, o PAA atendeu a 83 municípios, beneficiando 152 mil famílias.

Em incentivo ao pequeno agricultor, fornecedor de leite para o programa, o Governo do Estado acresceu um subsídio de R\$ 0,20 pagos ao produtor/fornecedor de leite de cabra, e R\$ 0,25 pagos ao produtor/fornecedor de leite de vaca. Para as usinas de beneficiamento (usinas pequenas, cooperativas) era dado um subsídio de R\$ 0,06 para cada litro de leite beneficiado. A Paraíba foi, à época, o único estado do Nordeste a subsidiar o valor do litro de leite além do estabelecido pelo Convênio.

Também, a fim de aperfeiçoar a eficiência do Programa, foram criadas centrais de recebimento e organização de compras de produtos da agricultura familiar. As iniciativas beneficiaram diretamente mais de quatro mil agricultores familiares, 407 entidades e cerca de 100 mil pessoas.

Quando, já governador, Ricardo Coutinho foi informado sobre o Programa Pão e Fubá, mantido pelo Governo do Estado. Ele considerou aquilo um nivelador sem propósito. Pediu, então, a introdução de mudanças e a criação de um Cartão Alimentação sem restrições. O programa estadual de transferência de renda regulamentou o benefício de R\$ 25,00 de crédito, destinado às famílias em situação de vulnerabilidade social, que residiam em localidades não atendidas pelo Programa Leite da Paraíba. Entre os anos de 2016 e 2017, o programa atendeu 11.909 famílias, a partir de um investimento de R\$ 6,4 milhões.

Os projetos **Viva Água** e **Água para Todos** foram executados em regime de parceria da Companhia de Água e Esgoto da Paraíba (Cagepa) com as Secretarias de Infraestrutura, da Saúde e de Desenvolvimento Social.

O projeto fazia a distribuição de filtros de cerâmica à população em situação de emergência em decorrência da crise hídrica. O programa surgiu a partir de um estudo realizado pela Cagepa em cooperação com a Secretaria Estadual da Saúde, que identificou um grande número de pessoas idosas e crianças com diarreia, em consequência da má qualidade da água consumida. Tratou-se de uma ação emergencial inovadora, que contribuiu para a prevenção de riscos à saúde das famílias da zona rural, que não tinham acesso à água de qualidade para o consumo humano. No total, até o final do governo, foram distribuídos 42.720 filtros, a um custo de investimentos da ordem de R\$ 3,3 milhões.

O **Projeto Água para Todos – Cisternas** funcionava conforme os termos de cooperação firmados entre a Secretaria Estadual de Desenvolvimento Humano do estado e o Governo Federal. O programa tinha duas vertentes: uma para acessar água destinada ao consumo humano e outra para a produção de alimentos. Para apoio e estímulo à Produção de Alimentos, foram construídas 2.903 tecnologias sociais para captação de água das chuvas, mediante o aporte de mais de R\$ 85,3 milhões em investimentos públicos.

Outra iniciativa de importante repercussão social foi a construção de dois **Restaurantes Populares**, nos municípios de João Pessoa e Campina Grande, com capacidade para oferecer mil refeições por dia. O governo reformou, ainda, as unidades de Santa Rita e Patos, ampliando o atendimento para mil refeições diárias. No total, eram oferecidas quatro mil refeições por dia, nos quatro equipamentos, o que beneficiava pessoas de baixa renda, que pagavam o valor de R\$ 1,00 e tinham acesso a refeições de qualidade.

A **Economia Solidária**, sempre esteve na base estrutural do novo projeto de estado que o governo do PSB estava implantando na Paraíba. Trata-se de um conceito utilizado para definir as atividades econômicas dos trabalhadores que se associam e praticam a autogestão. Atuando

nesse campo desde 2011, no sentido de construir, implantar e manter uma Política Estadual de **Economia Solidária**; o governo adotou um plano de desenvolvimento para expansão desse modelo de economia, mediante um processo democrático, contando com a participação ativa do Fórum Estadual de Economia Solidária, do Fórum Estadual de Empreendimentos e Cooperativas, de Universidades, entidades representativas do Terceiro Setor.

A partir de um levantamento realizado, em 2013, pela Secretaria Nacional de Economia Solidária (Senaes), foram identificados, na Paraíba, 416 empreendimentos de Economia Solidária, com a participação de 14 mil trabalhadores. Destes, 64% concentravam-se na área rural; 28%, na área urbana; e 8%, nas duas áreas. Em relação às formas de organização, 49% representavam as organizações constituídas como associações; 46% eram grupos informais e 5,5%, cooperativas.

A partir de 2011, a Economia Solidária da Paraíba passou a ser pensada em termos de política pública. Nesse processo, foi criada, na estrutura da SEDH, a Secretaria Executiva de Segurança Alimentar e **Economia Solidária**, um passo importante para a institucionalização dessa política social estratégica no estado.

Outro avanço considerável foi o **convênio firmado entre a SEDH e a Senaes** para execução do Projeto de Ações Estaduais Integradas de Economia Solidária (Paies). Com o objetivo principal de apoiar ações integradas como estratégia de promoção do desenvolvimento local e territorial sustentável, o projeto estava orientado para a superação da extrema pobreza, por meio da geração de trabalho e renda em iniciativas econômicas solidárias. A execução do Paies teve início em 2014; e, desde então, foram realizadas inúmeras ações de grande relevância e com excelentes resultados.

A criação do Plano Estadual de Economia Solidária como a principal diretriz da política no estado ofereceu a base institucional necessária e adequada às iniciativas que se seguiram. A instalação de equipamentos

públicos destinados a servir como bases materiais para a articulação e o suporte aos envolvidos no plano de desenvolvimento foi de grande relevância. Três Casas de Economia Solidária passaram a sediar os grupos participantes. Uma Central de Beneficiamento e Comercialização da Agricultura Familiar e Economia Solidária foi instalada em Sapé, e um Centro Público Estadual de Economia Solidária ficou baseado em João Pessoa.

A SEDH realizou a III Conferência Estadual de Economia Solidária, o que fez com que o tema ganhasse ainda mais relevância a partir da reunião dos envolvidos em todo o estado. Em sequência, ocorreram quatro outras Conferências Territoriais no estado, sediadas nas Regiões do Sertão; do Agreste e Curimataú; do Cariri; e da Zona da Mata.

O fortalecimento da organização produtiva das redes de cooperação de grupos informais de agricultura familiar, artesanato e catadores de materiais recicláveis, em 20 associações e/ou cooperativas decorreu, naturalmente, dessas ações e desses insumos introduzidos pelo governo estadual.

As medidas socioeducativas de Liberdade Assistida (LA) e de Prestação de Serviços à Comunidade (PSC) eram executadas pelos Creas e acompanhadas pela SEDH. A semiliberdade e a internação são da responsabilidade da Fundação de Desenvolvimento da Criança e do Adolescente (Fundac). Segundo dados enviados pelo Tribunal de Justiça do Estado da Paraíba (TJ-PB), em 2013, um total de 645 adolescentes cumpriam medidas socioeducativas em meio aberto, na Paraíba.

Uma criação do governo estadual muito bem-sucedida foi o **Disque 123**, um serviço implantado em 2014 para o recebimento de denúncias de violação de direitos contra famílias e/ou indivíduos e, sobretudo, de crianças em situação de trabalho infantil e violência sexual. As denúncias recebidas por meio do dispositivo são registradas, apuradas e encaminhadas aos setores governamentais competentes, constituindo-se num instrumento

de condução, orientação e cobrança da garantia legal de direitos. Desde a sua implantação, e até o ano de 2017, o serviço recebeu 5.100 denúncias. A Paraíba inovou no sentido de ter sido o primeiro estado do País a implantar um serviço próprio, adequado às suas especificidades.

A **Escola de Conselhos**, criada em 2013, tinha como objetivo oferecer formação contínua para conselheiros tutelares e de direito do Estado da Paraíba. Desde a sua implantação, a instituição desenvolveu três projetos, que capacitaram 1.700 conselheiros em todo o estado. Foram adquiridos 13 veículos para os Conselhos Tutelares que ganharam o Selo Unicef, em 2012, e também equipamentos de informática para os Conselhos Tutelares dos 223 municípios paraibanos.

A Secretaria de Desenvolvimento Humano investiu, também, na área de trabalho, emprego e renda. As principais ações visaram à qualificação dos trabalhadores em situação de desemprego; à formação de jovens para ingressarem no mercado de trabalho; e à ampliação e manutenção dos postos do Sistema Nacional de Emprego (SINE).

Embora os programas fossem análogos aos de 2010, houve um avanço, com destaque para a ampliação e o alcance das ações executadas, além de elevação significativa dos valores investidos, o que demonstrou o efetivo compromisso do Governo do Estado com o estímulo à qualificação profissional e à promoção social dos paraibanos. Apesar das dificuldades econômicas do País, a Paraíba apresentou a menor taxa de desocupação do Nordeste (Tabela 11).

Tabela 11 - Taxa de desocupação do Nordeste

| Colocação | Estado | Taxa de desocupação (p.p) | Varição |
|-----------|---------------------|---------------------------|---------|
| 1º | Paraíba | 11,4 | - 1,8 |
| 2º | Ceará | 13,2 | - 1,1 |
| 3º | Piauí | 13,5 | + 0,9 |
| 4º | Sergipe | 14,1 | - 2 |
| 5º | Maranhão | 14,6 | - 0,4 |
| 6º | Rio Grande do Norte | 15,6 | - 0,7 |
| 7º | Nordeste | 15,8 | - 0,5 |
| 8º | Bahia | 17,5 | - 1,1 |
| 9º | Alagoas | 17,8 | + 0,3 |
| 10º | Pernambuco | 18,8 | + 1,7 |

Fonte: Sistema Nacional de Emprego (Sine).

Entre 2011 e 2018, a rede de atendimento do Sine, na Paraíba, foi ampliada com quatro novos postos, tendo realizado 657 mil atendimentos e 28.500 colocações de trabalhadores no mercado de trabalho, além do atendimento e orientação a 3 mil trabalhadores, que frequentaram cursos profissionalizantes. O crescimento do serviço deveu-se, sobretudo, à iniciativa do governo estadual, que concedeu incentivo fiscal para as empresas que utilizassem a mão de obra referenciada pelo Sine, por um lado; e, por outro, em nível operacional, resultou do esforço das equipes itinerantes que trabalharam constantemente na captação de vagas.

O **PROJovem** foi outra ação realizada em parceria com o Governo Federal que atendeu pessoas de 18 a 29 anos de idade nos últimos oito anos. O programa qualificou 7 mil jovens paraibanos. Os cursos oferecidos abrangiam áreas ocupacionais, como administração, agroextrativismo, alimentação, construção e reparos, metalmecânica, pesca/piscicultura, telemática, turismo e hospitalidade, vestuário.



Economia Solidária garantiu fonte de renda para trabalhadores.



Cidade Madura vem abrigando pessoas idosas.



Paraibanos e paraibanas celebravam a chegada das cisternas. Fotos: Acervo Memória Ricardo Coutinho.

12 Investir em cultura para transformar profundamente o estado

Ao abrir a 4ª Sessão Legislativa da 18ª Legislatura da Assembleia Legislativa da Paraíba, em fevereiro de 2018, o então governador Ricardo Coutinho assim iniciou a apresentação dos avanços e realizações do governo socialista na área da Cultura:

“Como nos ensinou o ilustre pensador paraibano Ariano Suassuna, ‘Arte não é produto de mercado. Arte é missão, vocação e festa.’”

É desse modo que nosso governo pensa a Cultura. Como uma missão que emancipa, reúne e identifica as pessoas. Como vocações que nos encantam e que nos salvam da dureza inevitável do cotidiano. As manifestações culturais de todo tipo são mais do que a expressão de nossos

legados. Elas são, de fato, uma força poderosa que mobiliza aquilo que os indivíduos e os coletivos humanos têm de melhor: as suas sensibilidades, suas emoções, sua capacidade inesgotável de criar, de inventar.”

Quando uma liderança política se deixa emocionar pela música, significa que a sensibilidade artística não apenas figura como um elemento virtuoso e central de sua ideia de sociedade e de seu projeto de transformação, como também o protege do embrutecimento que decorre da governança política e administrativa. Ao pensar no **Programa de Inclusão Através da Música e das Artes (Prima)**, Ricardo Coutinho queria manter-se sensibilizado e, mais que isso, queria sensibilizar a Paraíba.

Essa política pública teve enorme significado cultural-educativo e um alcance social profundo. Com o objetivo imediato de criar orquestras, grupos e outras formações instrumentais jovens - especialmente nas áreas de maior vulnerabilidade social do estado -, o Prima foi levado para todas as regiões da Paraíba, do litoral ao sertão. Criado em 2012, o Programa recebeu, ao longo de seis anos, recursos próprios do estado da ordem de R\$ 10 milhões, que beneficiaram cerca de 3 mil jovens, com formação musical de alto nível técnico, revelando talentos e estimulando vocações. Em 2018, havia 22 Polos do Prima instalados em 15 cidades do estado, com capacidade para atender até 2 mil jovens.

Considerado um modelo exitoso de política de inclusão social, o Prima é mais do que oportunidade de aprendizagem musical, é uma possibilidade de transição cultural e social. Para o governo do estado, a melhor tradução dos excelentes resultados formativos do Programa era a constatação de que seus alunos estavam vivendo em sociedade e encarando a vida com um repertório de conhecimentos requalificado e ampliado, com mais disciplina, seriedade e expectativas. “Esse contato com a música e com toda a rotina da orquestra abre os olhos da juventude para novas perspectivas e ajuda a superar as adversidades.”

Uma das conquistas do Prima foi permitir a aprovação de alunos do



Acima, Teatro Pedra do Reino, no Centro de Convenções. Abaixo, reinauguração, depois de reforma, do Teatro Santa Roza. Fotos: Acervo Memorial de Ricardo Coutinho, 2020.



Programa na Orquestra Sinfônica Jovem da Paraíba (OSPB) e em instituição de ensino superior de música. Esse foi o caso, por exemplo, de Izabella Raiane Ferreira de Sousa, que participou do Programa e foi aprovada como estudante de música do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia (IFPB) da Paraíba. Em reportagens, a jovem revelou que não tinha dúvidas das transformações promovidas em sua vida pelo Programa. Desde que entrou para o Prima, ela ampliou o seu raio de visão e passou a ver o mundo sob outras perspectivas. “A minha mente para a educação e para o interesse musical se expandiu, eu cresci pessoalmente.”

A estudante, natural de Cajazeiras, Sertão do estado, obteve sete aprovações, entre cursos técnicos e superiores, incluindo instituições públicas e privadas. “Eu não tenho dúvidas de que esse resultado se deve, em parte, à influência que recebi dos professores do Prima para eu me dedicar mais aos estudos. Hoje, faço música no IFPB e também na UFPB”.

Momentos inesquecíveis fazem parte da memória do projeto; entre eles, a participação no Festival Internacional de Música de Santa Catarina (Femusc), um dos maiores da América Latina; o presente dado pelo violinista Fábio Zanon, um dos mais conceituado instrumentista contemporâneo, que doou um violão para os alunos do Polo do Alto do Mateus, em João Pessoa; a oportunidade de serem regidos pela maestrina inglesa Catherine Larsen-Maguire, para citar somente alguns.

12.1 Infraestrutura e incentivos culturais

Outros dois destaques da política de fomento à cultura empreendida nos dois mandatos socialistas na Paraíba referem-se à recuperação e à **revitalização dos equipamentos e instalações culturais do estado e ao fortalecimento do Fundo de Incentivo à Cultura Augusto dos Anjos.**

Em 2014, o Espaço Cultural José Lins do Rêgo (Funesc), um dos

principais polos de atividades artísticas da Paraíba, passou por ampla reforma, custeada por cerca de R\$ 48 milhões. Nesse mesmo ano, a sede da Fundação Casa de José Américo foi reinaugurada, em João Pessoa. Suas instalações foram renovadas com investimentos de mais de R\$ 1 milhão. Também, um dos principais pontos de cultura da cidade de Campina Grande, o Cine Teatro São José, fechado há trinta anos, foi reaberto e entregue ao público depois de reformas realizadas com investimento superior a R\$ 3 milhões.

Com **investimentos que superaram R\$ 1 milhão, foram recuperados o prédio histórico da Casa do Artesão Paraibano e o Museu Casa do Artista Popular Janete Costa**, que reúnem o que há de mais representativo no artesanato e na arte popular paraibana. Em dezembro de 2016, o Teatro Santa Roza – o quinto mais antigo teatro do Brasil – foi reaberto inteiramente reformado, com investimentos de R\$ 4,5 milhões aplicados na recuperação de uma área total de cerca de 2.500 m². Foi também inteiramente restaurado O Casarão dos Azulejos, prédio histórico tombado pelo IPHAEP, que passou a sediar o **Programa de Inclusão Através da Música e das Artes** (Prima).

Outros destaques são a inauguração do Teatro Pedra do Reino, um dos maiores e mais modernos da América Latina, com quase 3 mil lugares; a reconstrução, em Cajazeiras, do Teatro Íracles Pires, que passou a ser uma referência em qualidade de espaço cultural; e a criação do Museu da Cidade, em João Pessoa, ainda em construção.

Mesmo com as restrições financeiras e orçamentárias do período das duas gestões, os recursos do **Fundo de Incentivo à Cultura Augusto dos Anjos** (FIC) foram territorializados do litoral ao sertão da Paraíba. Ao todo, 458 projetos, de 88 cidades paraibanas, foram contemplados pelo Fundo. Entre 2015 e 2017, foram destinados ao FIC cerca de R\$ 3,5 milhões em recursos próprios, alocados em projetos que divulgaram uma variedade de linguagens e expressões culturais.



Apresentações dos alunos do Prima. Foto: Acervo Memorial Ricardo Coutinho, 2020.



12.2 E mais

Os dois mandatos consecutivos do governo socialista da Paraíba tiveram de enfrentar e superar a herança anacrônica de anos continuados de abandono e retrocesso deixados pelas administrações conservadoras do passado oligárquico. Assim, iniciativas em todas as áreas somaram-se em favor da recuperação e conservação das identidades culturais e artísticas do povo paraibano

O governo do PSB **conquistou para a Paraíba o maior acervo de arte expressionista do Brasil**. Ao viabilizar a salvaguarda do acervo do pernambucano Abelardo da Hora, o governo demonstrou seu compromisso com o povo nordestino de maneira geral.

Ao fomentar a realização de feiras e festas literárias em todo o território paraibano, o governo socialista contribuiu para a difusão do livro e da literatura. A Paraíba figura entre os estados com o maior número de feiras literárias do Nordeste.

Nessa lista de práticas culturais criadas, implementadas e revisitadas, seguem muitas outras iniciativas, como o **incentivo das rotas culturais**, atingindo regiões nunca antes atendidas pelas políticas culturais; a atenção especial às culturais tradicionais, com projetos para as populações cigana, quilombola e potiguara; a democratização do Conselho Estadual de Políticas Culturais, que deixou de ser um colegiado de notáveis, indicados, para ser um conselho democrático, com membros eleitos pelo voto direto em todas as regiões.

13 Os dados comprovam a virada do jogo

Está consagrada, no senso comum, a ideia, muito razoável, segundo a qual se pode avaliar melhor os fatos e as coisas, em geral, depois que acontecem. No campo das políticas públicas, essa evidência se valida ainda mais pela observação, consolidação e análise dos dados correspondentes a cada uma das ocorrências.

Assim é que analisar as políticas criadas e mantidas por Ricardo Coutinho quando governador da Paraíba, entre 2011 e 2018, pode parecer correto, afinal, trata-se de um olhar para trás. Entretanto, o período em questão não está ainda a uma distância histórica suficiente para que seja avaliado em sua plenitude, uma vez que algumas mudanças somente poderão ser adequadamente medidas em um espaço geracional. Esse é, por exemplo, o caso da política das Escolas Cidadãs com a oferta de uma nova pedagogia. O que está no centro da análise não é simplesmente o resultado da ampliação do tempo em sala de aula, mas, sobretudo, a proposta de apoio ao projeto de vida do estudante.

Para conhecer e avaliar os efeitos estruturantes dessa política, será necessário esperar que esses jovens, muitos levados para as universidades, respondam ao estímulo que receberam. Enquanto isso, outras políticas, de consolidação e menor prazo de tempo, já revelam os seus efeitos benéficos nas esferas econômica, social e humana do estado da Paraíba.

Entre os estados da Região Nordeste, a Paraíba é o melhor em competitividade. Em 2018, assumiu a 9ª posição após avaliação de áreas como segurança pública, sustentabilidade, infraestrutura, educação, solidez fiscal, eficiência da máquina pública, entre outras. Em relação ao Produto Interno Bruto (PIB) *per capita*, a Paraíba apresentou a sétima maior evolução entre os anos de 2010 e 2015. Mas o índice que realmente reflete a mudança econômica social, medido no período de 2010 a 2018, é o do aumento da renda média do trabalho. A Paraíba registra a maior média entre os estados da Região Nordeste. Em 2010, o salário mínimo era de R\$ 510,00, e a média recebida pelo trabalhador paraibano correspondia a 70% desse valor, R\$ 350,00. Em 2018, o salário mínimo aumentou para R\$ 954,00, e a renda média no estado passou para R\$ 900,00. Somada a essa conquista, outro avanço resultante da iniciativa do governo estadual merece destaque especial: segundo o IBGE, em 2018, a Paraíba era o estado com a menor taxa de desocupação. Enquanto Pernambuco figurava na nona posição, com 18,8, a Paraíba aparecia na primeira colocação, com 11,4.

Outro indicador representativo do êxito e dos acertos da administração estadual é o crescimento na arrecadação do Imposto sobre a Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS). No período de 2010 a 2016, a Paraíba ocupou a primeira posição no Nordeste. Enquanto, em 2011, a arrecadação foi de R\$ 2,9 bilhões, em 2017, esse recolhimento tributário aumentou para R\$ 5,5 bilhões.

As políticas públicas foram adotadas a partir de um projeto de transformação do estado. A meta principal foi sempre a de promoção ampla do desenvolvimento social da Paraíba, com foco no fortalecimento de cada um

dos paraibanos, na estimulação e no suporte para as suas vocações e potenciais. O compromisso foi oferecer mais com o menor investimento possível, buscando cotidianamente o aprimoramento qualitativo dos serviços ofertados pelo Governo do Estado.

A história política da Paraíba até 2010 revela a trajetória continuada de forças, conflitos e interesses que culminaram no enrijecimento da relação de dependência que submetia a maior parte da população aos recursos e poderes de uma máquina pública apropriada de modo patrimonialista. Romper com esse vínculo foi estruturante para ampliar a capacidade de desenvolvimento das diversas regiões e localidades do estado. Foi necessário superar o assistencialismo crônico, passando a proporcionar às pessoas oportunidades efetivas de participação relevante nas potencialidades e nos investimentos governamentais.

Esse enfrentamento agudo ao *status quo* que dominava, viciosamente, as relações entre Estado e sociedade encontra, no **Programa Empreender**, um exemplo notável de como as políticas públicas elaboradas e conduzidas pelo governo estadual criaram condições favoráveis para a reorganização financeira do estado a partir de iniciativas da população.

O **Programa Empreender** mudou, substantivamente, a vida de muitos paraibanos. Com ações e linhas de financiamento para pessoas físicas e jurídicas, o Programa tem apoiado iniciativas empreendedoras em áreas como o artesanato, a cultura, a tecnologia, e tem dado atendimento a grupos específicos, como a juventudes, a mulheres, aos cooperados. A iniciativa tornou-se uma das mais amplas do Governo do Estado, voltadas para a geração de emprego e renda. Foram investidos R\$ 130 milhões e atendidos mais de 2 mil empreendedores, muitos dos quais jovens. Dinheiro investido na base da economia, apostando no povo, produzindo desenvolvimento local.

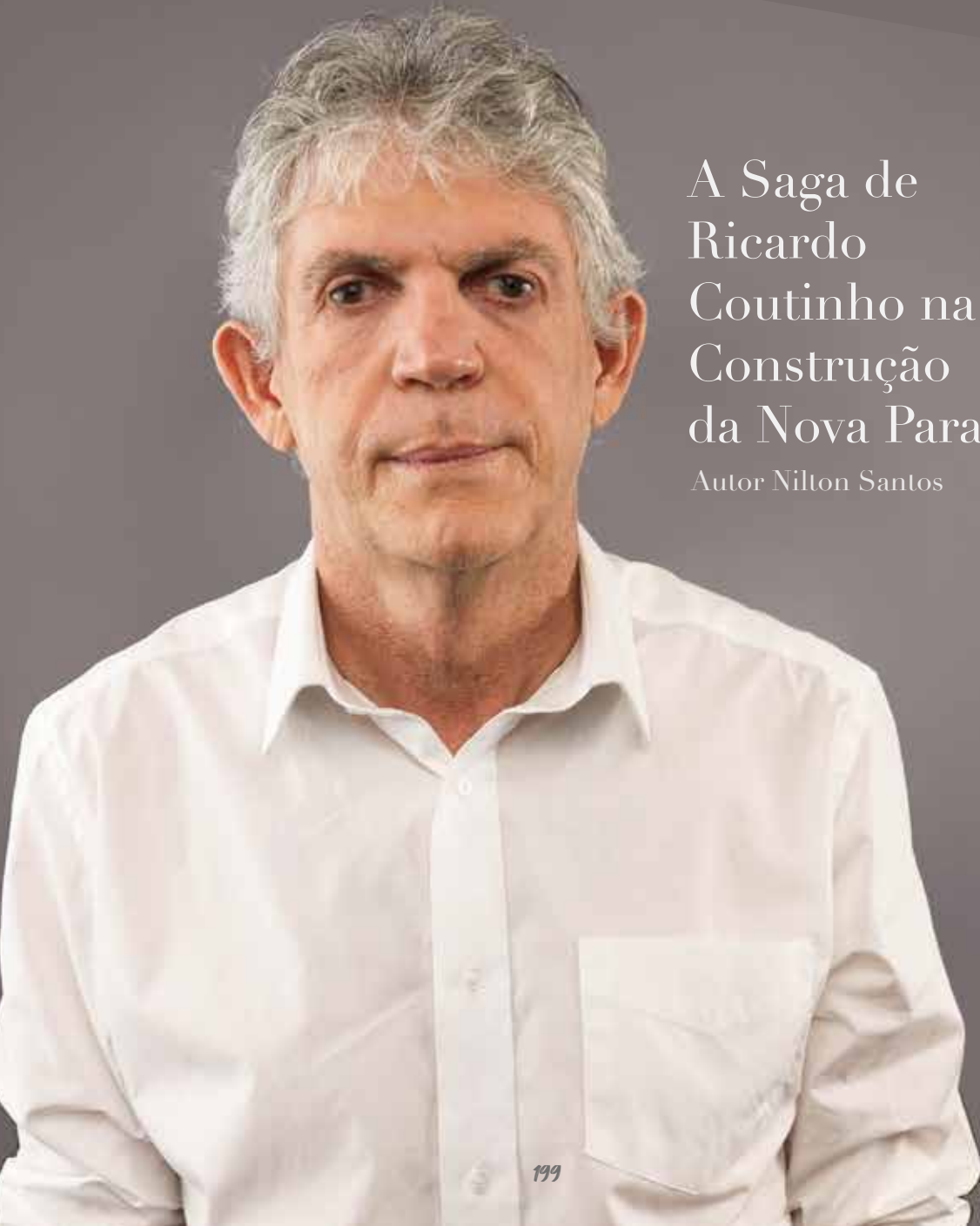
Outro bom exemplo de dinamização da economia paraibana promovida pela intervenção governamental diz respeito à atenção dada ao setor do

turismo. Durante décadas, a Paraíba permaneceu fora do circuito dinâmico e crescente de feiras, eventos e *shows*. Embora vocacionado para recepcionar e acolher visitantes, o estado não dispunha de equipamentos adequados capazes de atrair as demandas nacionais e internacionais por modalidades diversas de turismo. As limitadas instalações existentes não permitiam, por exemplo, a reunião de público superior a 700 pessoas. A ousada construção do Centro de Convenções rompeu esse ciclo de isolamento e inaugurou um período virtuoso de desenvolvimento. Construído com 2/3 de recursos próprios do Estado e apenas 1/3 oriundos do Governo Federal, o novo complexo produziu impactos econômicos imediatos e continuados na Capital e no estado. Com o início de seu funcionamento, João Pessoa ampliou seus leitos de hotelaria dos 8 mil existentes em 2011 para 12 mil leitos em 2018.

O **Programa de Fomento à Agricultura Familiar** foi outra construção do governo estadual que desempenhou um papel muito relevante para o êxito da meta de promover a geração de renda com os recursos e potencialidades dos existentes no estado. A política baseou-se no estímulo à economia no meio rural, mediante o oferecimento de apoio técnico e financeiro aos pequenos produtores e a promoção do estreitamento de vínculos entre os produtores e a rede pública de ensino, para o fornecimento de insumos destinados à alimentação escolar. Em 2011, foram destinados pelo Governo do Estado, R\$ 2,6 milhões para a compra de gêneros diretamente dos produtores familiares. Em 2016, esse valor investido na Agricultura Familiar foi de R\$ 6,1 milhões.

Para o equilíbrio necessário da máquina pública, a fim de obter as condições necessárias ao autoinvestimento estrategicamente planejado, tornou-se imperativa a imposição da austeridade e do rigor administrativo na gestão. Logo no primeiro ano, algumas empresas públicas foram fechadas, e outras precisaram ser saneadas. Um exemplo tornou-se emblemático. A Cagepa nunca tinha alcançado *superávit*. Somente em 2016 foi possível reverter o quadro com o registro de R\$ 19 milhões de *superávit*.

O desenvolvimento do estado deu-se de maneira abrangente, visto não ter havido política centralizada. Como as demandas das benfeitorias do Estado foram elencadas pelo OD, um modelo de gestão com ênfase na participação cidadã, e as plenárias aconteceram nas 14 regionais, toda a Paraíba entrou em obras. Pensar no estado como um todo, a partir dos moradores e não em recortes específicos, fez com que muitas políticas transversais fossem implantadas. A Paraíba propôs-se uma conexão com o cidadão e o fez da maneira mais republicana possível. O Estado abriu canais de escuta, em 2011, e, muito mais do que somente ouvir, dialogou. Os números contabilizados em oito anos do OD são expressivos. Foram 120 audiências públicas, em todas as regiões administrativas, com a participação de 240 mil pessoas, inclusive 1.300 conselheiros eleitos. Ao final, 130 mil demandas foram registradas. Este panorama, que intentou demonstrar a longa jornada de Ricardo Coutinho e suas gestões na Paraíba, não poderia ser finalizado de outra forma. Seus governos estiveram fundamentalmente orientados para a pessoa humana, para seu desenvolvimento e sua liberdade, a partir da escuta de suas necessidades, do conhecimento de suas realidades e da transformação de vidas por meio de um Estado autônomo, republicano e democrático.



A Saga de
Ricardo
Coutinho na
Construção
da Nova Paraíba

Autor Nilton Santos

Aos senhores e senhoras
Uma licença vou pedir
Para falar de uma história
Que não se pode mentir
É verdade verdadeira
Se quiser, é só conferir.

Prestem muita atenção
Às cenas que eu vou narrar
Não é “causo” desses acasos
É fato de se acreditar
Uma história sem igual
Para na memória guardar.

Vou direto ao assunto
Ao que eu quero falar
Apesar de ter muita coisa
De que se pode contar
Pois a vida de quem eu falo
Nada se pode ocultar!

Vou falar de Ricardo
De sobrenome Vieira
Conhecido como o “Mago”
Governador de primeira
Político como poucos
Nessa nação brasileira.
Em 19 de novembro

Em João Pessoa ele nasceu
Foi no ano de sessenta
Em pouco tempo ele cresceu
Menino simples e inteligente
Para a história ele ascendeu.

Esse se formou em farmácia
Na Universidade Federal
Em pouco tempo já concursado
No universitário hospital
Foi empossado farmacêutico
Um trabalhador sem igual.

Começou sua carreira na
política
Ainda no movimento estudantil
Isso foi lá na década de 80
No final da ditadura hostil
Que massacrava muita gente
Que queria mudar o Brasil.

Do Sindicato dos Farmacêuticos
Ricardo foi presidente
Fazendo uma excelente gestão
Um sindicalista persistente
Na luta por melhores condições
Ele sabia ser insistente.

Para fortalecer as categorias
Nos idos dos anos noventa
Funda o Sindicato da Saúde
Que no momento se apresenta
Como uma frente de batalha
Um hino de luta que se acalenta.

Líder nato de verdade
Por duas vezes vereador,
Por duas vezes prefeito,
Por duas vezes governador,
Por duas vezes deputado,
E por mil vezes vencedor!

Do nobre Ricardo Coutinho
Há muito que se aclamar
Dos seus feitos, suas obras
Há muito que se elogiar
O seu nome é trabalho
“Deixa o Mago trabalhar”

No enfrentamento às secas
Ricardo como governador
Criou política de acesso as águas
Ajudando o agricultor
A irrigar sua terra
Do seu povo lutador

Criou adutoras e cisternas
Barragens, açudes e cacimbas
A água alimentou a vida
E a paisagem da caatinga
Começou então a mudar de cor
Virando uma Aquarela Nordestina.
Antes disso acontecer
A única água que o povo via
Era lágrima escorrer
Pelos olhos de quem sofria
De ver o chão em fogo arder
De uma terra que não chovia.

De mãos dadas com Lula
Na luta pela transposição
Surgiu a maior obra hídrica
Já feita nesta Nação
As águas do velho Chico
Agora molham o sertão.

Campina Grande,
Barra de Santana, Cubati,
Alagoa Nova e Boqueirão,
Caturité, Queimadas,
Pocinhos, Lagoa de Roça
de São Sebastião,
Lagoa Seca, Boa Vista e
Matinhas, Soledade,
Juazeirinho e Riachão.

E ainda tem Pedra Lacrada
Acauã, Itatuba e Araçagi
Olivedos, Seridó e Cabeceiras.
Se tudo eu for falar aqui
O cordel vai encher
Não vai dar para inserir.

E com tanta obra hídrica
Resta o povo agradecer
Dando um riso de vitória
Para o homem que mostrou ser
Gestor de primeira linha
Fazendo o Estado crescer!

Agora o povo te saúda
Com a réplica de uma cisterna
Homenagem simples e singela
Por esta grande ação fraterna
De matar a sede de quem morria
De uma seca que parecia eterna.

O projeto Caminhos da Paraíba
Construiu estradas e mobilidade
Fez viadutos e pontes
Tudo com muita qualidade,
Tirando do isolamento
Um bocado de cidades.

É um canteiro de obras,
Que até então não se via,
Agora podemos ver
Em todo canto, uma rodovia,
Os motoristas agora podem
Dirigir com alegria.

São etapas de futuro
Que conduzem à modernização
A Paraíba está interligada
Do litoral ao sertão,
São os fluxos rodoviários,
Do estado fazendo a Integração.

Vamos seguir em frente
Falando de sua boa gestão
Dos programas
socioassistenciais
Eis o mérito em questão
Políticas que ajudam o povo
Que precisam apenas
de uma mão
Pelos idosos de seu estado
Ricardo soube zelar
Criando o Projeto Acolher
Como uma forma de organizar
Casas de longa permanência
Conseguiu reestruturar

Esse trabalho foi efetuado
Para melhorar a vida
De quem tanto trabalhou
Por sua terra querida,
A Paraíba agora acolhe
A idade a ser acolhida

Agora o antigo abrigo
Tem rampa de acessibilidade
Banheiro com piso antiderrapante
E isso “não é só pela idade”
Falou o senhor governador
“É por mais dignidade”.

Com dignidade ele sabe,
O cidadão de mais idade tratar
Criou o condomínio Cidade Madura
Para os idosos sem casa abrigar
Uma obra pioneira no Brasil
Que muitos vieram “espiair”

O Cidade Madura tem tudo
Parece outra civilização
Tem horta e Centro de Vivência
Lugar para fazer malhação
Núcleo de saúde, pista de
caminhada.
Tudo segue regras de urbanização.

E agora os idosos te saúdam
Vindo aqui agradecer
Ao melhor governador
Que a Paraíba pôde ter
Este é Ricardo Coutinho
Do Cidade Madura e do Acolher.

E não parou por ai
Os feitos deste Governador
Criou o Cartão Alimentação,
Que a várias famílias alimentou
Na aquisição de alimentos
Mais opções ele proporcionou.

Esta é uma importante política
De transferência de renda popular
Assim surgiu abono natalino
Como uma fonte complementar
Para quem recebe a Bolsa Família
E o natal melhor comemorar.

O benefício de transferência
de renda
Atende na Paraíba muitos cidadãos
No Brasil é projeto pioneiro
E já está na sua oitava edição
O investimento não é pouco
Ultrapassa mais dezenove “milhão”.

No segmento socioassistencial
Da criança e do adolescente
Contribuiu com a sociedade civil
Em programas de proteção
eficiente
Combatendo a violação de
direitos
Que afeta a nossa
pequena gente.

Com o apoio dos secretários
Ricardo muita coisa fez
Fortaleceu os Creas regionais
Criou o Dique Um, Dois, Três
Apoiou o Acolhimento
Institucional
Fez tudo isso e faria tudo
outra vez

As comunidades quilombolas
Em seu governo têm prioridade
Não é apenas uma reparação
histórica
É uma questão de dignidade
De saber tratar quem merece
Ser tratado com humanidade

As comunidades tradicionais
Foram por Ricardo auxiliadas
Com a perfuração de poços
artesianos
Teve até construção de estradas
Cisternas, filtros e habitações.
Enfim, muita coisa estruturada.

Por isso o povo de luta saúda
Ricardo Vieira Coutinho
Com um canto de resistência
Agradecendo o carinho
Destinado por sua gente
Que agora achou o caminho.

Com os movimentos sociais
Ricardo tem compromisso
De promover o avanço social
Os segmentos sabem disso
E encontram força neste governo
Que não quer ver seu povo
submisso.

As bandeiras de lutas estão fortes
Na Paraíba a submissão acabou,
As mulheres não dão mole
E buscam políticas em seu favor
Lutando contra o preconceito
Que tanto lhes causam dor.

Ricardo para as mulheres
Fez um Centro de Referência
E a casa abrigo Aryane Thais,
Garantindo a assistência,
Fortalecendo a política
De combate à violência.

No Empreender Mulher
Um programa de crédito ofertou,
Ajudando a mulher
empreendedora
Feira de produtoras rurais criou,
A Paraíba é feminina
Mulher Forte de Valor.

O movimento LGBT no Estado
Ganhou espaços contra
“LGBTfobia”
Que são Centros de Referências
Em direitos humanos e cidadania,
É um avanço que antigamente
Não se falava, nem existia.
Quando assumiu o governo
No movimento Pró-moradia
Ricardo fez diferença,
Tratou com soberania
E quem precisava de casa
Encontrou a garantia.

Para as Nações Indígenas
Linha de crédito liberou,
Estimulou o
empreendedorismo,
Cursinho vestibular ofertou,
Atendeu muitas demandas
Deste povo forte lutador.

Apoiou o povo cigano
Fortalecendo a sua tradição
Consolidou investimentos
Na área da cultura e educação
Para as comunidades ciganas
Ricardo deu atenção!

Assim também aconteceu
Com o povo de terreiro,
No apoio da valorização cultural
Ricardo foi um guerreiro,
Fortalecendo de verdade
O Patrimônio Cultural Brasileiro.

Para o segmento MST
Houve diálogo e cooperação,
Um novo tempo que se inicia
Para pensar a desapropriação
De terras que não se produzia
Nem um pé de plantação.
O MST está presente
Com sua bandeira em mão
Para demonstrar a Ricardo,
O que fez por seus irmãos,
Com salva de palmas
Sinal de sua gratidão!

Agora no campo tem fartura
A vida rural brota do chão
É a vez da Agricultura Familiar
Fortalecer a agrícola produção
A Paraíba é uma várzea imensa
Com direito ao trabalho,
água e pão.

E pessoa com deficiência
Em seu governo teve vez
Melhorou a estrutura da Funad,
Reforma e ampliação ele fez,
Inaugurou em Sousa uma unidade
Se bem o disse, melhor o fez.

A Funad foi para Ricardo
Uma humana bandeira de luta
Apoiou os paratletas
Mantendo constante escuta
Para os usuários autistas
Teve uma atenção absoluta.

A Funad hoje é referência
No processo de reabilitação,
E ainda tem a central de libras
Que atende com atenção,
Por isso viva ao trabalho
De quem promove a inclusão!
Os artesãos da Paraíba,
Agora podem contar
Com o apoio do Empreender
Para sua arte escoar,
Isso é a força do trabalho
Fazendo a Paraíba prosperar

Quando Ricardo assumiu
A posse de sua gestão
Deu posse também ao povo
Na tomada de decisão
A população também opina
Na sua administração.

É o Orçamento Democrático
Instrumento de participação
No qual o cidadão é convidado
A fazer também Gestão
Direcionando os recursos
Na melhor forma de aplicação.

Por isso os Conselheiros
Unidos em uma só voz
Foram juntando gente
Para falar por Nós
Quebrando as correntes
Desatando todos os nós.

O OD ergue a mão
"Para a Paraíba se erguer"
Instrumento importante
A Paraíba vem fortalecer,
A gestão participativa
"Tem que permanecer"

No Governo de Ricardo
Os teatros foram reformados
Em favor da arte e diversão
Um projeto arretado
Para melhor atender
A cultura de nosso Estado.

Governador de grandes obras
Fez o Centro de Convenções
É o centro maior do Nordeste
Tem salão de feiras e reuniões
Tem mirante e um teatro enorme
Lugar de grandes emoções.

A Vila Olímpica Parahyba
Destinada ao esporte e lazer
Foi um grande investimento
Que Ricardo conseguiu fazer
Obra das mais modernas
É coisa linda de se ver.

A Educação na Paraíba
É política prioritária
Sendo uma linha de frente
Da pauta orçamentária
Assim foi o governo
Da causa igualitária.

Igualou todas as classes
No quesito formação
Sendo Ricardo premiado
Pela sua atuação
No campo educacional
Referência de gestão.

Foi o Troféu Augusto Cury
Forma de reconhecimento
Da sua governabilidade
Pelo o desenvolvimento,
Das práticas educacionais,
Disseminação do conhecimento.

A educação tem projetos
De promover a integração,
Do ensino tradicional
Com o mundo da inclusão,
Para quebrar as barreiras
De sua territorialização.

O Projeto Gira Mundo
É Intercâmbio educacional,
Que oferta ao filho do povo
Uma vivência internacional
Construindo um currículo
De forma diferencial.

Atenção senhores passageiros!
A Paraíba vai embarcar,
Seus alunos para o futuro
E de lá eles vão voltar
Mais preparados do que nunca
Para o Estado transformar.

E tem Programa de Inclusão
Através da Música e da Arte,
É o projeto chamado Prima,
Que faz o jovem tomar parte
Da música que se ensina
Nos conservatórios de arte.

O Prima compõe a trilha
Deste cordel que se recita
Rimando rima com rima
Para que o leitor reflita
A Administração de Ricardo
Até mesmo podia inspirar
A composição de música erudita.

Na política da socioeducação
Para o jovem que cumpre medida
Foi implantada uma escola integral
Para pensar um projeto de vida
Encontrando na educação
Uma nova perspectiva.

São as Escolas Integrais
Fazendo uma revolução
Pra orientar os jovens
Na tarefa da transformação
E o trabalho tá funcionando
Tem jovem ganhando premiação.

Foi o Prêmio Jovem Pesquisador
De Iniciação Científica da UFPB
Se você ainda não acredita
Abra bem os olhos para ver
Pois aqui ele se encontra
E ao governador quer agradecer.

Em 8 anos de mandato
Ampliou a rede hospitalar,
Criando hospitais para o povo
Que precisa se consultar,
Aumentou mais de 1.500 leitos
Para a saúde melhorar.

4 hospitais foram construídos
E mais 10 foram reformados,
Criou 154 UTIs
É hospital para todo lado,
Foram mais 25 milhões
Só de equipamento comprado.

É qualidade no atendimento
Dedicado à população,
A saúde se ampliou
Do litoral ao sertão
Na Paraíba temos até
Um hospital pro Coração.

É Dom José Maria Pires
O nome desse hospital,
Atende ao estado inteiro
E não somente a capital,
Na saúde é referência
Com atendimento diferencial.

Além do coração também atende
As especialidades da neurologia
Com serviços de última geração,
Assim a quem antes dependia
Da mera sorte e do destino
Pode contar hoje com um centro
Dotado de alta tecnologia.

Ainda tem o Hospital do Bem
Localizado no Alto Sertão
Foi uma obra muito ousada
Construída por essa gestão
Agora o Sertanejo pode
Ser atendido em sua região.
O Hospital do Bem funciona
Com serviços de oncologia,
Tendo uma estimativa por ano
De fazer 650 cirurgias
E mais 5.300 procedimentos
Ambulatoriais de quimioterapia.

A Paraíba Unida pela Paz
É uma Premiação por resultado
Para diminuir a violência
Em todas as partes do Estado,
Assim se recompensa
O policial que é dedicado.

Na Paraíba, a Segurança
Deu um imenso salto
Os regimes de violência
Possuía um número muito alto,
Atualmente, a segurança reduz
Este número, passo a passo.

Polícia Civil, Militar e Bombeiros
Contam com a modernização
Da frota de carros e equipamentos
Que garante a boa monitoração,
Dos sistemas de segurança
Das tecnologias da informação.

Queremos agradecer
A estes bons profissionais
Que de mãos dadas com Ricardo
Trabalharam bem demais
Isso é força do trabalho
De quem fez e quem faz.

Todas as Secretarias
Fizeram excelente Gestão
Trabalharam iguais ao “Mago”
Na forma de condução
Conduziram bem o estado
No processo de Administração.

O sucesso desse governo
É coisa de se admirar
Em todo país foi notícia
Algo de se elogiar
O paraibano tem orgulho
De Ricardo “pra daná”.

O seu governo é do povo,
E o povo tem seu lugar,
É uma gestão participativa,
Onde todos podem colaborar
Fazendo cada um sua parte
Na construção do bem-estar.

Por aqui vou encerrando
Esta simples homenagem
A Ricardo Governador,
Este nobre personagem
Que se inscreve na história
Como um líder de coragem.

Ricardo como governador
Muito fez por seu Estado,
Em cada canto uma obra,
É obra pra tudo que é lado
No desenvolvimento humano
Seu trabalho foi aprovado!

Damos viva a Ricardo
De sobrenome Vieira
Gestor de verdade
Governador de primeira
Político como poucos
Nessa nação brasileira.

Por isso saudamos
Ricardo Vieira Coutinho
Todos em uma só voz
Com afeto e carinho
Obrigado governador
Por nos mostrar o caminho!

Referências

CRM, Conselho Regional de Saúde. Disponível em: http://www.crm-pb.org.br/index.php?option=com_content&view=article&id=22022:crise-na-saude-da-paraiba-e-desta-que-no-site-do-cfm-&catid=3. Acesso em: 29 fev., 2020.

FILHO, Stélio Coêlho Lombardi; JÚNIOR, Otoniel Rodrigues dos Anjos; ALMEIDA, Aléssio Tony Cavalcanti. Efeitos do programa Pacto pelo Desenvolvimento Social da Paraíba sobre indicadores educacionais e de saúde. Ver.Econ.NR, Fortaleza, v.50, n.2, p.41-57, abr./jun.,2019. Acesso em: 24.fev,2020. Disponível em: <https://ren.emnuvens.com.br/ren/article/view/808>

PARAÍBA, Instituto de Desenvolvimento Municipal e Estadual Idme), Secretaria de Estado do Planejamento, Gestão, Orçamento e Finanças. Estudo de Impacto Econômico do Programa Empreender – PB 2011 – 2012. Acesso em: 25 fev. 2020. Disponível em: https://publicadministration.un.org/unpsa/Portals/0/UNPSA_Submitted_Docs/2018/4D72372F-F61F-4694-865E-9AA88F18F680/STUDY%20ECONOMIC%20IMPACT%20OF%20EMPREEN-DER%20PB.pdf?ver=2018-02-21-152445-970

PARAÍBA, Instituto de Desenvolvimento Municipal e Estadual Idme), Secretaria de Estado do Planejamento, Gestão, Orçamento e Finanças. Estudo de Impacto Econômico do Programa Empreender – PB 2013 – 2014. Acesso em: 25 fev. 2020. Disponível em: https://publicadministration.un.org/unpsa/Portals/0/UNPSA_Submitted_Docs/2018/4D72372F-F61F-24694-865E-9AA88F18F680/STUDY%20ECONOMIC%20IMPACT%20OF%20EMPREEN-DER%20PB.pdf?ver=2018-02-21-152445-970

PARAÍBA. Decreto nº 34.827, mar, 2014. Institui o programa Pacto pelo Desenvolvimento Social da Paraíba – PACTO define a estrutura operacional, dispõe sobre a sua operacionalidade através do SGI-PACTO e dá outras providências. DOE n.o 15.487, p. 01, 18/03/2014 (mar 2014).

PARAÍBA. Decreto nº 32.168, mai., 2011. Institui o Pacto pelo Desenvolvimento Social da Paraíba – PACTO, define a contrapartida solidária de Municípios, nas transferências voluntárias de recursos do Estado, e dá outras providências. DOE nº 14.653, p. 01, 28/05/2011 (mai. 2011).

Portaria Nº 001/2012/SEDAM, fev., 2012. Aprova o Manual de Análise das Prestações de Contas dos Convênios firmados no âmbito do Pacto pelo Desenvolvimento Social da Paraíba e dá outras providências. DOE nº 14.886, p. 08, 13/03/2012 (mar, 2012).

SILVA JÚNIOR, Ednaldo Joaquim. A Contribuição da Democracia Participativa na Construção de Outro Modelo de Gestão Pública: A implementação do Orçamento Democrático no Estado da Paraíba (2011-2014), 2014, 67 p. (Trabalho de conclusão de curso apresentado ao Curso de Tecnologia em Gestão Pública, UFPB, para obtenção do título de Tecnólogo em Gestão Pública).

Gráfica Imediata - CNPJ 29.379.974/0001-00
Av. João Wallig, 2.640 Bloco 17 Anexo 1
CEP 58.411-170 - Campina Grande - PB